

ISSN 2675-956X

# Revista Canudos

Vol. 11, N°1, Jan/Jun 2021



**UNEB**  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



**CEEC**  
Centro de Estudos  
Euclides da Cunha

ISSN 2675-956X

# Revista Canudos

Salvador, v. 11 , n. 1, p. 1-164, Jan/Jun 2021



**CEEC**  
Centro de Estudos  
Euclides da Cunha

Publicação anual temática do Centro de Estudos Euclýdes da Cunha que analisa e discute assuntos relacionados ao Semiárido dos Estado da Bahia, aberta a contribuições externas, desde que estejam de acordo com a linha editorial adotada. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. É permitida a reprodução parcial ou total, respeitada a obrigatoriedade da citação da fonte.



## **UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**

**JOSÉ BITES DE CARVALHO**

Reitor

**MARCELO DUARTE DANTAS DE AVILA**

Vice-Reitor

**MARCEA ANDRADE SALES**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação

## **CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA**

**MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO**

Coordenador

### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Carlos Perrone Jobim Junior  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof.ms Eric Maheu  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Jairo Carvalho do Nascimento  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Luiz Paulo Neiva  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Profª Drª Lutigarde Oliveira Cavalcante Barros  
ANTROPÓLOGA E ESCRITORA

José Dionísio Nóbrega  
ESCRITOR

Profª Drª Léa Costa Santana Dias  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Marielson de Carvalho Bispo da Silva  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Profª Drª Marilécia Oliveira Santos  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Sérgio Guerra  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Prof. Dr. Thiago Machado de Lima  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Profª Udineia Braga  
SEC (Bahia)

Revista  
*Canudos*



**EDITOR CHEFE**

MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO

**COMISSÃO EDITORIAL**

MARTA MARIA LEONE LIMA

ROBERTA RIBEIRO PUGLIESI

**REVISÃO**

MARTA MARIA LEONE LIMA

LUCIJANE DE SOUZA LIMA

**CRIAÇÃO DE CAPA E**

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

LUCAS SOUZA VIANA

**FICHA CATALOGRÁFICA – SISTEMA DE BIBLIOTECA DA UNEB**

**Revista Canudos / Universidade do Estado da Bahia, Centro de Estudos Euclides da Cunha – v. 11, n. 1, p. 1-164, (Jan/Jun 2021) – Salvador. UNEB, 2021.**

**ISSN 1413-9421**

**1. Canudos (BA) – História. 2. Brasil – História – Guerra de Canudos, 1897.**

**CDD: 981.05**

**CDU: 981”1897”**

A *Revista Canudos* publicou 9 volumes entre 1996 e 2014. A partir de 2020, passou a ser publicada exclusivamente no formato digital e online.

Disponível em: [www.revistas.uneb.br/index.php/canudos](http://www.revistas.uneb.br/index.php/canudos)

A correspondência relativa à colaboração, solicitações de exemplares e pedidos de permuta devem ser enviados para o e-mail [revistaceec@gmail.com](mailto:revistaceec@gmail.com) e/ou para o Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC, Rua do Cabeça, nº10, Edifício Marquês de Abrantes, Sala 812, CEP 40.060-230, Salvador-BA, Brasil.

## AGRADECIMENTOS

*Agradecemos imensamente a Pedro Oliveira por nos ter dado acesso à maravilhosa e inédita pesquisa produzida por seu pai, o grande fotógrafo Claude Santos, sobre identificação de fotografias avulsas da Guerra de Canudos existentes no acervo do Museu da República.*

## DEDICATÓRIAS

*Dedicamos este volume da Revista Canudos a três grandes amigos e colaboradores do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC/UNEB:*

*A Claude Santos (1953-2016), fotógrafo e pesquisador, em razão de sua saudosa memória e participação no presente volume desta revista.*

*Ao Prof. José Calasans (1915-2001), historiador, em razão dos 20 anos de seu falecimento.*

*A Luitgarde Barros, antropóloga, em razão dos seus 80 anos de idade a serem comemorados em dezembro do presente ano.*

# SUMÁRIO

9 EDITORIAL

11 APRESENTAÇÃO

## ARTIGOS

15 ***Roteiros de Sobrevivência: Videoartes contra o Coronavírus***

*Por Michel Silva Guimarães  
e Filipe Dias dos Santos Silva*

30 ***José Calasans e as “Manifestações do nosso Populário”***

*Por Anselmo Ferreira Machado Carvalho*

38 ***A Presença de Antônio Conselheiro em Sergipe***

*Por José Bezerra Lima Irmão*

53 ***O Vilarejo de Canudos: Um Movimento de Resistência no Semiárido Baiano (1890-1900)***

*Por Zaqueu Abreu Reis*

67 ***Um Manuscrito Apócrifo: A Guerra de Canudos Segundo Moreira de Azevedo***

*Por Marcos Roberto Brito dos Santos*

92 ***Samba, Política e Jagunçagem no Sertão de Juazeiro (1870-1880)***

*Por Josias Pires Neto*

113 ***Judas-Ashverus: Uma Narrativa Decadentista***

*Por Cláudia de Socorro Simas Ramos*

125 ***Arqueologia de uma Entrevista***

*Por José Carlos da Costa Pinheiro*

139 ***Fotografias da Guerra de Canudos: Pesquisa para Identificação de Fotografias Avulsas Existentes no Acervo do Museu da República***

*Por Claude Santos*

**147 *João Gutierrez e Flávio De Barros: Dois Fotógrafos na Guerra de Canudos (1896-1897)***

*Por Claude Santos*

**POETAS BRASILEIROS**

**153 *Ascenso Ferreira: O Encantador das Palavras***

*Por Manoel Antonio dos Santos Neto*

**155 *História Pátria***

*Por Ascenso Ferreira*

**157 *Trem das Alagoas***

*Por Ascenso Ferreira*

**160 *Cinema***

*Por Ascenso Ferreira*

**161 *Filosofia***

*Por Ascenso Ferreira*

**162 *Minha Escola***

*Por Ascenso Ferreira*

# EDITORIAL

Se cumprem mais de três decênios da criação do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC e muita coisa mudou no mundo, como inevitável, também no Brasil e, por consequência, no nosso modo de viver e pensar. Mudar, todavia, não significa que tenhamos necessariamente que abolir ou abandonar princípios morais, convicções éticas e escolhas ideológicas. Há que se evoluir é óbvio, há que se avançar e rever conceitos, nada mais dialético, nada mais natural, assim ocorre igualmente com as instituições de Estado, governamentais, enfim, com os seres humanos e com tudo que se originou de sua consciência.

Naqueles decênios aos quais me referi acima, nos primórdios do CEEC, a equipe de pesquisadores que constituíam o Projeto Interdisciplinar de Desenvolvimento Integral do Sertão de Canudos – PIDIASC – técnicos de várias áreas do conhecimento - criaram um modestíssimo veículo de comunicação que servia de noticioso a divulgar as atividades do projeto, referenciando o andamento das pesquisas, informando sobre dificuldades, avanços e recuos enfrentados a cada passo dado; aquele jornalzinho de pequena tiragem e circulação interna, editado precariamente, era o porta-voz de uma realidade desafiadora, mas, que nunca nos tirou a ventura do sonho, da utopia, da compreensão daquele mundo sertanejo profundo e encantador no qual buscávamos nos inserir. A propósito o nome da publicação era *O Estafeta*. Ou seja, um entregador de mensagens, quimeras e resistências, um disseminador de aprendizados.

Tantos anos transatos e nos defrontamos com uma época mais que desafiante, atravessando um período lúgubre, atemorizados por uma pandemia universal que ceifa milhares de vidas em todo mundo e, que, *matamorfoseia* vidas humanas como se fossem brinquedos de montar e desmontar. Lamentavelmente nestes momentos é que muitos sucumbem e desfiliam-se das suas crenças e ideias, as quais lhes formaram o caráter, o predicado da honestidade e a empatia inegociável pelos seres vivos. Sem presunção, no entanto, por respeito histórico e moral a verdade, podemos afirmar que o CEEC manteve sempre aceso e em vigor os seus compromissos, notadamente no que tange ao seu vínculo

com a história, a cultura e a memória das gentes que habitam e cuidam do semiárido brasileiro.

Sucessivas e intermitentes publicações da Revista Canudos em edições impressas que em breve disponibilizaremos na internet, são atestados cabais do esforço em mantermos nossa linha editorial, conquanto, não abdicássemos em remodelar a forma, o conceito estético, o designer gráfico. Avançamos com a *conheçença* de que a invisibilidade das camadas subalternas da sociedade, podem e devem ser retiradas da obscuridade com a reabilitação das suas memórias e o reconhecimento dos seus saberes como elementos vivos e legítimos da nossa nacionalidade; e que para se cumpra esse desiderato urge combatermos sem tréguas as desigualdades sociais, os preconceitos de qualquer ordem, ou seja, tudo aquilo que macula a inteligência e a sensibilidade daqueles que acreditam que ser moderno, não significa desmemorializar-se ou atirar ao lixo os sinais e representações do pretérito. Cuidando para não negligenciarmos com a contemporaneidade, provocamos os possíveis articulistas a narrar suas impressões sobre a COVID 19, e com sucesso trouxemos esse conteúdo, hoje rotina no dia a dia de todo planeta, para o presente número virtual.

Conscientes de tudo que realizamos e do por realizar alcançamos a segunda edição eletrônica deste periódico, assinalada pela diversidade das temáticas abordadas, pelos registros e homenagens a companheiros e mestres que nos deixaram levados pelas mãos sinistras e invisíveis da morte, pelo ineditismo do conteúdo de alguns artigos, sobretudo, pela ampliação das possibilidades no Edital de lançamento, para todos aqueles que escrevem em consonância com o perfil da Revista Canudos, que em sendo uma publicação acadêmica não se limita tão somente ao que nela circula e se produz, ao contrário, entende que sem filiar-se ao mundo daqueles que realizam, criam e desvelam o mundo que pulsa além de tais limites, seríamos apenas mais um tabloide universitário!

**Prof. Manoel Neto**

*Coordenador do CEEC - UNEB*

# APRESENTAÇÃO

O CEEC lança mais uma edição da Revista Canudos, em um momento de grandes mudanças no mundo devido ao aparecimento da Covid-19 e os seus impactos na vida cotidiana de todos nós. Muitas vidas foram ceifadas, muitas famílias foram desfeitas e o adoecimento provocado pela manifestação do vírus no corpo humano deixou e vai deixar milhões de sequelados pelo planeta. Impossível não refletir sobre os desdobramentos sociais, políticos e econômicos da Covid -19 em todas as nações e devemos considerar que tais fenômenos se assemelham a uma Grande Guerra.

No Brasil, mais de 500 mil pessoas foram vitimadas e perderam suas vidas para esse vírus. Se pegarmos como exemplo a Guerra do Paraguai e a Guerra de Canudos, no primeiro conflito armado morreram mais 50 mil pessoas e no segundo 25 mil brasileiros se foram. Não seria exagero afirmar que só com a Covid – 19, teríamos em termos de mortes, o correspondente a vinte (20) Guerras de Canudos e dez (10) Guerras do Paraguai. E o pior, a guerra contra o vírus não acabou!

Enquanto o resto do mundo segue vacinando e retomando a sua rotina, nós aqui no Brasil fazemos uma CPI no Senado para identificar quais os responsáveis por essa tragédia. Em função do tamanho da calamidade provocada pela Covid-19 a Revista Canudos em seu edital de publicação elege como uma das temáticas dessa nova edição relatos ou reflexão sobre a pandemia no semiárido baiano e suas consequentes mudanças nas interações sociais e humanas.

Para esse número, a revista está dividida em 4 secções. A primeira se dedica à apresentação de sete artigos selecionados para compor a nova Revista Canudos. A segunda é composta pela publicação inédita de artigos, entrevistas e textos produzidos pela equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC). Nesta nova edição apresentamos o artigo *Arqueologia de uma Entrevista* de autoria de José Carlos Pinheiro que trata de uma entrevista realizada pelo autor ao professor José Calasans na década de 1990.

A terceira secção apresentamos os inéditos *Fotografias da Guerra de Canudos: Pesquisa para identificação de fotografias avulsas existentes no acervo do Museu da*

*República e João Gutierrez e Flávio de Barros: Dois Fotógrafos na Guerra de Canudos (1896-1897)* de Claude Santos. A quarta secção intitulada *Poetas Brasileiros* homenageia Ascenso Ferreira e apresenta cinco poemas de sua composição, prefaciado pelo professor Manoel Neto. Expomos a seguir os artigos selecionados.

O primeiros deles é sobre a pandemia, o artigo intitulado *Roteiros de Sobrevivência: Videoartes Contra o Coronavírus* de autoria de Michel Silva Guimarães e Filipe Dias dos Santos Silva relata o projeto extensionista realizado no semiárido baiano, através da produção e divulgação de vídeos no YouTube sobre os protocolos sanitários para combate e prevenção ao novo Corona vírus, bem como refletir sobre às interações sociais da comunidade diante da pandemia.

O Artigo *José Calasans e as “manifestações do nosso populário”* de autoria de Anselmo Ferreira Machado Carvalho discorre sobre a caminhada de Prof. José Calasans , a sua produção intelectual e a sua atuação política em defesa do folclore na Bahia.

*A Presença de Antonio Conselheiro em Sergipe* de autoria de José Bezerra trata da passagem do Beato de Canudos por vários estados do Nordeste até sua chegada na Bahia. O artigo destaca as andanças, reformas e reconstruções de Cemitérios e Igrejas em várias cidades do Estado de Sergipe

*O Vilarejo de Canudos: um movimento de resistência no semiárido baiano (1890-1900)* de Zaqueu Abreu Reis discute o nascimento do vilarejo de Canudos e a relação político-social da elite local versus os sertanejos da região, mergulhados em práticas sociais baseadas no coronelismo que dispunham de poder absoluto para uns e para os demais de desigualdade e pobreza. O autor relata a luta do povo do Sertão contra esse sistema de opressão e de diferença na recente Canudos.

*Um Manuscrito Apócrifo: A Guerra de Canudos Segundo Moreira de Azevedo* de Marcos Roberto Brito dos Santos. O artigo apresenta um manuscrito inédito encontrado nos arquivos online da Biblioteca Nacional de autoria de Manuel Duarte Moreira de Azevedo. O referido historiador, membro do IHGB relata, após um ano do final da Guerra de Canudos, a sua visão sobre esse evento e representa mais um depoimento contemporâneo da luta de Antônio Conselheiro.

*Samba, Política e Jagunçagem no Sertão de Juazeiro (1870-1880)* de autoria Josias Pires Neto. O artigo discute a relação entre música e política no Brasil Imperial, mais especificamente na região de Juazeiro - Ba a partir da descrição de um acontecimento ocorrido no dia de finados na cidade de Juazeiro em 1873. Destaca as relações políticas, sociais e culturais da época que envolviam racismo, patrimonialismo e relações sociais hierárquicas rígidas e opostas.

No artigo intitulado *Judas-Ashverus uma narrativa decadentista*, de autoria de Cláudia de Socorro Simas Ramos, a autora discute a presença do decadentismo no texto de literário de Euclides da Cunha, discorre sobre um conto literário do autor que denuncia a ausência do Estado Brasileiro frente aos mais pobres e desprotegidos da nação, tendo como cenário a floresta amazônica e o ciclo da borracha.

Boa Leitura!

**Prof. Dra. Marta Leone**  
*CEEC - UNEB*

**ARTIGOS**

# ROTEIROS DE SOBREVIVÊNCIA: VIDEOARTES CONTRA O CORONAVÍRUS

*Michel Silva Guimarães<sup>1</sup>  
Filipe Dias dos Santos Silva<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo investiga o processo de construção de um projeto extensionista voltado para informar à comunidade externa sobre os protocolos sanitários para proteção contra o novo coronavírus, bem como para refletir sobre as condições de sobrevivência de diversos grupamentos sociais diante das circunstâncias impostas pela pandemia. A investigação foi realizada a partir do processo de construção, via dez roteiros, dos dez vídeos editados para execução do projeto. O projeto, intitulado “Videoartes contra o coronavírus - intersecções entre artes, educação, saúde e tecnologias no combate ao covid-19”, valeu-se de conhecimentos artísticos, científicos e técnicos para entrecruzar as áreas da Arte e da Saúde. Auxiliaram nas formulações teóricas desse fazer artístico, científico e técnico os pensamentos de Georges Didi-Huberman, acerca do uso de imagens para resistir às mentiras do fascismo, Durval Muniz de Albuquerque Jr, sobre a identidade nordestina imaginada e Jean-Pierre Sarrazac, cuja reflexão sobre a dramaturgia rapsódica auxiliou no ato de coser e de descoser dos roteiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Videoartes; Arte; Saúde; Pandemia.

**ABSTRACT:** This article investigates the development of a university project aimed at informing the external community about the health protocols for protection against the new coronavirus, as well as to reflect on the survival conditions of various social groups in the face of the circumstances imposed by the pandemic. The investigation was carried out based on the construction process, through ten scripts, of the ten videos edited for the execution of the project. The project, named “Video art against the coronavirus - intersections between arts, education, health and technologies in the fight against covid-19”, used artistic, scientific and technical knowledge to associate the areas of Art and Health. Some theoretical formulations helped the artistic, technical and scientific work, like Georges Didi-Huberman’s thoughts, about the use of images to resist the lies of fascism, Durval Muniz de Albuquerque Jr, about the imagined northeastern identity and Jean-Pierre Sarrazac, whose reflection on rhapsodic dramaturgy helped in the reflective elaboration of the scripts.

**KEYWORDS:** Video art; Art; Health; Pandemic.

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura e Cultura com área de concentração em Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura pela UFBA, PPGLitCult. Professor Substituto de Dramaturgia na Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus VII. Vice-coordenador do projeto extensionista “Videoartes contra o coronavírus - intersecções entre artes, educação, saúde e tecnologias no combate ao covid-19”. E-mail: msguimaraes@uneb.br

<sup>2</sup> Mestre em Artes Cênicas pela UFBA, PPGAC, e doutorando pelo mesmo programa, com área de concentração em etnocologia e culturas populares. Professor substituto na Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus VII. Coordenador do projeto extensionista “Videoartes contra o coronavírus - intersecções entre artes, educação, saúde e tecnologias no combate ao covid-19”. E-mail: fdsilva@uneb.br

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, busca-se a análise de dez roteiros que nortearam a produção de dez videoartes do projeto “Videoartes Contra o Coronavírus”. Com financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que concedeu uma bolsa a estudante, o projeto extensionista se propôs a promover diálogos e cruzamentos nas áreas de Artes, Educação, Saúde e Tecnologias para a produção de conteúdos digitais de roupagem artística com o desejo de contribuir no processo de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), bem como apresentar reflexões acerca das condições impostas pela pandemia a diversos grupamentos sociais, especialmente àqueles mais vulneráveis, como os que vivem da arte.

O edital 030/2020, lançado pela UNEB, permitiu a execução do projeto entre maio de 2020 e agosto do mesmo ano. Os conteúdos produzidos foram antecidos de pesquisa sobre os temas abordados, tendo como interesse primevo sempre o processo educativo da sociedade diante das novas circunstâncias adversas, obtendo e reproduzindo dados e informações dos meios oficiais de saúde, com base em evidências científicas e de acordo com as orientações preconizadas pela Organização Mundial de Saúde.

Os vídeos dialogaram com as diversas linguagens artísticas, como música, poesia, narrativas, teatro, circo e cordel, além da festa junina, capítulo à parte no processo de confecção dos roteiros, em respeito a identidade territorial do Piemonte Norte do Itapicuru, sede do Departamento ao qual o projeto esteve vinculado. Os dez vídeos<sup>3</sup> realizados pelo projeto tiveram duração em torno de cinco a dez minutos. Encontram-se disponíveis em um canal do *Youtube* criado para divulgação do projeto e sua permanência na *web*<sup>4</sup>.

Por estarem permanentemente em uma plataforma aberta, a presença do projeto estende-se no tempo e converte-se em material didático para todos aqueles que desejarem utilizá-lo. Por isso, aqui, objetiva-se a análise dos roteiros, isto é, o descortinamento das estruturas por trás dos vídeos, a exposição dos andaimes para sua arquitetura. Para tal, valer-nos-emos da contribuição teórica de três autores: Georges Didi-Huberman, cuja *Sobrevivência dos vagalumes* (2011) nos auxilia a pensar o uso

---

<sup>3</sup> Os dez vídeos têm os seguintes títulos: 1. A arte do isolamento; 2. Amor nos tempos da pandemia; 3. São João do fica em casa. 4. São João na Pandemia; 5. Literatura em tempos de pandemia; 6. Dança na pandemia; 7. Teatro na pandemia; 8. A população negra na pandemia; 9. Circo na pandemia; 10. Gratidão e despedida.

<sup>4</sup> Link para o canal - <https://www.youtube.com/channel/UCfhGEiqjAgFND0wVj0YwYVA>

das imagens como forma de resistência; Durval Muniz de Albuquerque Jr, que, na obra *Invenção do Nordeste* (2009), permite-nos imaginar um território como forma de resiliência; e Jean-Pierre Sarrazac, o qual nos possibilita refletir sobre uma escrita rapsódica, capaz de inventariar as múltiplas informações necessárias, a partir das ideias abordadas em *O futuro do drama* (2002).

No primeiro momento, na seção “Os vagalumes”, discutiremos os roteiros 1, 2, 5, 6 e 7, mais relacionados à literatura e às formas de arte que se reinventaram no “fique em casa”. No segundo momento, na seção “As constelações”, discutiremos os roteiros 3 e 4, relacionados à festa junina, uma expressão popular repleta de arte, que se dá de forma aberta; 8 e 9, o primeiro relacionado ao circo, arte nômade, e o segundo à população negra na pandemia, grupo mais afetado; e o roteiro 10, derradeiro vídeo, fruto da gratidão dos coordenadores e monitores do projeto<sup>5</sup>.

## **OS VAGALUMES: A LITERATURA, O TEATRO E AS ARTES**

Em *Sobrevivência dos vagalumes* (2011, p. 11), Didi-Huberman intertextualiza o vigésimo sexto canto do “Inferno”, primeira parte da obra italiana *A divina Comédia* (séc. XVI), de Dante. Na “oitava vala infernal; a vala política”, junto aos “conselheiros pérfidos”, estão os vagalumes. Estes representam a “pequena luz” frente à grande luz do fascismo, traduzida na voz dos conselheiros. Dante e o “Inferno” são tomados como metáfora política da exposição dos políticos desonestos e da condenação da existência dos vagalumes.

No contexto da Pandemia da Covid-19, no Brasil, o poder público federal se comportou como os dantescos conselheiros pérfidos, sobretudo na atuação do presidente da República, “aconselhando” a aglomeração, o não uso de máscaras e a não vacinação, ou seja, atuando em favor do vírus. Contra esses aconselhamentos para a morte, o projeto Videoartes Contra o Coronavírus se utilizou das artes como forma de aconselhar para a sobrevivência: distanciamento social, uso de máscara, e, quando ela ocorresse, a vacinação.

Outra fonte para a bela imagem dos vagalumes transformada em ensaio por Didi-Huberman são as cartas e o cinema de Pier Paolo Pasolini. É o cineasta italiano

---

<sup>5</sup> O projeto teve como bolsista a discente Cláudia Barbosa, responsável pela edição e publicação dos vídeos, e com os bolsistas voluntários Jociélio Cardoso, Lucas Souza, Melissa Bonfim, Murillo Aguiar e Uriel Caruano.

que vaticina a morte dos belos insetos. Contudo, a sobrevivência destes, tanto material quanto simbólica, é defendida pelo teórico francês. Para Didi-Huberman, os vagalumes são a arte, a literatura e as culturas populares, como no cinema pasoliniano, pois representam as pequenas histórias na grande história e, de lampejo em lampejo, guiam-nos em meio à cegueira da grande luz do fascismo.

Na busca por esses vagalumes, o primeiro roteiro do projeto foi tecido pelo cordel “A arte do isolamento”, da bióloga e cordelista Débora Almeida. Escrito sob encomenda, o cordel descreve a situação inicial da pandemia e os objetivos do projeto: informar, esclarecer e convidar para uma rota guiada pela arte.

Um predador desse porte/Não é novidade/ Os tempos são outros/  
Mesma vulnerabilidade/ Usa os mesmos métodos/ Noutra sociedade/  
Para tentar bloquear/ Há coisas pra fazer/ Máscara e isolamento/ Por  
hora, resolver/ Cuidar da higiene/ Novos hábitos trazer. [...]

No início da pandemia, as medidas de isolamento, o uso da máscara, e os cuidados de higiene – como as lavagens das mãos e dos produtos vindos do supermercado, assim como o uso de álcool em gel e de tapetes sanitizantes – eram as únicas armas contra o vírus, pois a vacinação parecia ainda distante. Tendo sido *upado* em 05 de junho de 2020, o vídeo segue atual, uma vez que, embora haja vacina, as doses chegam a conta gotas, novas cepas – mais contagiantes e letais – circulam e a gestão da crise segue em favor do vírus, como já trazia o cordel:

O “meu pirão primeiro”/ Pode muito atrapalhar/ A falta de empatia  
faz/ A curva de casos aumentar/ Consciência é um bem/ Que pode nos  
salvar/ A informação é escudo/ E a governança o horizonte/ Quando  
em boas mãos/ Conduz à fonte/ De esperança de vida/ Segura ponte/  
Mas a desgovernança é perigo/ Como veneno fatal/ Como barco sem  
rumo/ Em meio ao temporal/ Nas águas escuras/ Condenação arbitral.

No cordel, feito ainda nos primeiros meses da pandemia, a autora parecia antever, diante das relações de causa e efeito, o que vivemos nos dias atuais. O “meu pirão primeiro” aponta para falsa dicotomia criada pelos gestores: ou salva-se vidas ou salva-se a economia. Criou-se, no país, um falso conflito entre CPF e CNPJ, tratando vidas humanas como números. Números esses a serem preteridos em detrimento do bem-estar do mercado e suas empresas. O cordel chama atenção para desgovernança, na

qual os conselheiros pérfidos defendem a suspensão das máscaras, o fim do isolamento social e o retorno irrestrito das atividades econômicas.

A escolha do cordel como primeira forma de arte para o entrecruzamento com as informações da área da saúde foi estratégico por sua força rapsódica, capaz de aglutinar múltiplas referências e de inventariar diversas informações; e por sua expressão cultural ligada à identidade nordestina, identidade sobre a qual a UNEB, em múltiplos projetos e pesquisas, busca refletir. A propósito da técnica do inventário, Sarrazac traz a seguinte contribuição ([1981] 2002, p. 153):

Tudo acontece como se da comunicação entre as pessoas do povo não tivéssemos, conscientemente, retido senão a parte do nada: o que constitui precisamente, o inventário, o catálogo. Retorno, em pezinhos de lã, de uma dramaturgia do lugar comum.

Em *O futuro do drama* ([1981] 2002), Sarrazac abordará o recurso épico do inventário/catálogo, que, via de regra, provoca um esvaziamento da linguagem, devido ao olhar panorâmico que o recurso proporciona, sem aprofundamento e, ao mesmo tempo, bombardeando o leitor/espectador de informações. Contudo, o gesto rapsódico do cordel, inventariando as medidas sanitárias e traços da má gestão, atribui a elas destaque, fazendo a manutenção de uma linguagem popular e acessível a todos.

A produção de um trabalho artístico remoto e mediado pelas tecnologias não pode deixar de pensar a lógica das redes sociais e de seus usuários. Sabendo que o segundo vídeo iria para as redes no dia 12 de junho de 2020, Dia dos Namorados, escolheu-se como tema “o amor na pandemia”. Para tratar da temática e das estratégias para os casais enfrentarem o isolamento, foi convidada a psicóloga Manuela Amorim, servidora pública federal. A data deu ao projeto a oportunidade de discutir a saúde mental em meio ao isolamento e às notícias sobre as mortes.

Para costurar o roteiro com a fala técnica da psicóloga, foram selecionadas seis poesias românticas: “Marcha”, de Cecília Meireles, “Casamento”, de Adélia Prado, “Soneto de Fidelidade”, de Vinicius de Moraes, “Amor é fogo que arde sem se ver”, Luís Vaz de Camões, “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade e, por fim, “Safena”, de Elisa Lucinda. A escolha da poesia lírica, na qual o “eu” fala em um presente eterno, de distintas épocas e a partir da emissão de diversos poetas, buscou informar e, ao mesmo tempo, acalentar.

A psicóloga Manuela Amorim, em sua reflexão, reitera o problema do desgoverno e da falta de assistência à saúde, o que torna falar de amor mais difícil. Ela

foca nas afecções do amor e do medo, que, contudo, nesse momento, não são dicotômicas, mas parceiras, pois o medo de perder a pessoa amada nos auxilia a seguir os protocolos de segurança, tornando, assim, apenas o amor contagiante. A profissional retoma, ainda, Freud e seu texto *O mal-estar na civilização* (1930), destacando que, por mais que tentemos fugir da dor – a exemplo das concessões a serem feitas para nossa própria proteção durante a pandemia – ninguém passa incólume a ela.

Dessa forma, a profissional enfatiza o custo-benefício de acatar todas as medidas e orientações sanitárias, pois, por mais que seja sofrível, no primeiro momento, são elas que garantirão, a médio e longo prazo, a manutenção de nossas vidas e daqueles a quem amamos. Por fim, Manuela Amorim volta a enfatizar a importância da arte nesse momento pandêmico. Sua fala foi toda recortada pela rapsódia das poesias líricas, que falam de amor e de vida.

Provavelmente, inspirada pela poesia do segundo vídeo, a equipe decidiu que o terceiro material versaria sobre a “literatura na pandemia”. Como amplamente difundido, a venda de livros, sobretudo romances de grande extensão, cresceram exponencialmente no período pandêmico, demonstrando a importância das narrativas ficcionais no cotidiano humano, principalmente em tempos de crise. Para costurar o roteiro escrito pelo professor Michel Silva Guimarães, Doutor em Literatura e Cultura, foram selecionadas três obras do cânone ocidental que têm como temática uma pandemia: *O Último Homem* (1826), de Mary Shelley; *A Peste* (1947), de Albert Camus; e *Amor nos Tempos do Cólera* (1985), de Gabriel García Márquez.

No decorrer de um longo período de isolamento, no qual até visitar um outro bairro é desaconselhável, a literatura se tornou uma das melhores companhias na pandemia. Mary Shelley, autora do clássico *Frankenstein*, de 1818 – obra com a qual inaugura a literatura de horror e de ficção científica –, aborda uma situação pandêmica e de total isolamento social no romance *O Último Homem*, de 1826, no qual tematiza uma praga que assolou a humanidade e volta ao tema da solidão, já aludido em *Frankenstein*.

Outro romance que explora a temática da pandemia e que voltou a ser comentado nesse duro período é *A Peste*, de Albert Camus, de 1947. No romance, o autor expõe a forma como a doença afeta as pessoas e incide sobre seus modos de vida. Mais próximo de nossa realidade, na América do Sul, o autor colombiano Gabriel García Márquez publica, em 1985, o romance *Amor nos Tempos do Cólera*, no qual também apresenta a peste, a quarentena, a enfermidade e a necessidade de seu enfrentamento pelo poder público.

Excertos dessas três narrativas demonstraram o que o cordel *A arte do isolamento* aponta: “Um predador desse porte/ Não é novidade/ Os tempos são outros/ Mesma vulnerabilidade?”. Os problemas tematizados por esses romances – como medo, egoísmo, ingerência e negacionismo das autoridades, cansaço das medidas sanitárias e de isolamento e seus resultados nefastos – espelham a realidade do Brasil pós-covid-19. Entretanto, acentuam que a criação e a imaginação humana sempre buscam formas de enfrentamento ao horror e de sobreviver a ele.

Após essas três primeiras incursões, tendo a literatura como lanterna-guia, os dois roteiros seguintes, “Dança na pandemia” e “Teatro na pandemia”, resolveram abordar outras duas formas de arte – além da Literatura e sua vocação natural para leitura em casa – que se reinventaram para o “fique em casa”: a Dança e o Teatro.

Para o roteiro sobre dança, foram convidados jovens artistas da cidade, do país e da cena internacional<sup>6</sup>, que apresentaram os estilos livres *krump*, *vogue*, *hip-hop* e *break*, em cenas curtas, no primeiro momento do vídeo, ao som do rap “Passar do tempo”, de Marcos de Assis. No segundo momento, intercalada com o cordel “Dançando embolada das nossas matrizes”, concebido pelo professor Filipe Dias, Mestre em Artes Cênicas, apresentou-se a fala da Ma. Edeise Gomes (UESB<sup>7</sup>).

Edeise Gomes correlaciona as danças populares à vida doméstica, pois, segundo ela, é em casa que, em geral, essas danças nascem: a partir da contação de história, da recuperação de memórias, de indumentárias e ornamentos. Para a Mestre, a epistemologia é a alegria, unindo dança, ritos religiosos, bebidas e comidas preparadas em casa, renovando os sentidos de continuidade e de ancestralidade.

Entretanto, ela destaca a reinvenção desses hábitos em decorrência da covid-19, sendo realizados, agora, apenas no seio familiar mais íntimo e interno, em respeito, sobretudo, aos mais velhos, grupo de maior risco. A fala de Edeise Gomes, abordando as danças populares do Brasil, e os estilos de “danças na rua”<sup>8</sup>, que vêm se

---

<sup>6</sup> Dançarinos: Xandy Magalhães (estilo livre), Princess Wave (estilo krump), Lil’ Shamgar (estilo krump), Filipe Ferreira (estilo livre), Afrobuck (estilo krump), Kid Vall (estilo krump), Nadosn Eccentric (estilo vogue), Thélyda (estilo hip-hop), Grezzly Lion (krump), Young Heat (estilo krump), B-boy the Rock (estilo break), Kid Medtprize (estilo krump).

<sup>7</sup> Universidade Estadual do Sudoeste Baiano.

<sup>8</sup> O que, antes, era conhecido como “danças de rua”, hoje, é entendido, por grande parte de seus praticantes e pensadores, como “danças na rua”. No entanto, essa diferenciação foge à discussão proposta neste trabalho.

popularizando cada vez mais no país, encontram-se no cordel “Dançando embolada com nossas matrizes”:

Mas, menina! Essa pandemia/ Dá um aperreio retado/ Tudo que,  
antes, a gente fazia/ Precisou ser reinventado/ E as nossas tradições/  
Não podem ficar de lado/ Temos as nossas danças/ De expressão na  
cultura popular/ E também muitas andanças/ Que precisamos  
valorizar/ Vivas no corpo-memória/ Nós iremos relembrar/ [...] A  
nossa cultura popular/ Encontra na tradição/ O poder de se reinventar/  
O baiano tem grande coração/ Abraça todos os tipos de dança/ Dos  
confins desse mundão/ Pensar as danças na rua/ De nossa cultura  
popular/ Hip Hop na favela se acentua/ O importante é mesmo  
misturar/ Numa chula funkeira afro-pop/ Dançado no sol ou na luz do  
luar.

A reinvenção da dança, levando-a, nesse período, para dentro de casa, fez com que distintos ritmos se encontrassem, a partir daquilo que os une: ancestralidade, manifestação popular, origem nos guetos, becos e vielas, mostrando que a dança também é uma arte da resistência. A dança trouxe para o projeto “Videoartes contra o Coronavírus” uma poética do corpo, na qual a expressão popular pulsa na vitalidade de uma juventude reinventiva e disruptiva com relação às artes mais clássicas da dança.

Outra arte da presença que precisou se adaptar ao dito “novo normal” foi o Teatro. Como a produção teatral tem sobrevivido nessas épocas de pandemia, já que o teatro, enquanto arte da presença, se alimenta da interação física e das grandes aglomerações? As novas possibilidades teatrais têm se pautado nas interpretações mediadas pelo ambiente *online*. Uma forma de resistir que explora novos caminhos de produção, de ensaios e de diálogo com o público.

Ao se pensar a História do Teatro, encontramos exemplos de alguns momentos nos quais foi necessário sobreviver aos isolamentos, em pestes e pandemias anteriores. Dentre as diferenças desses momentos para o que vivemos hoje, podemos sublinhar o vasto público conectado à internet. Um exemplo notório é o dramaturgo William Shakespeare que, durante um período epidêmico na Inglaterra, no século XVII, produziu algumas peças: *Rei Lear* (1605 – 1606), *Macbeth* (1606) e *Antônio e Cleópatra* (1606). Estima-se que esses textos tenham sido escritos durante um período em que os teatros estavam fechados.

As chamadas *lives* têm sido um dos recursos que os artistas têm lançado mão para angariar fundos e garantir a materialidade da vida nesse momento. Com isso, a utilização de aplicativos como o *Zoom*, *Google Meet*, *Discord*, entre outros, têm sido

fundamentais para o processo reinvenção do labor artístico desses profissionais: alguns grupos se propõem a apresentar os espetáculos ao vivo, por mediação tecnológica, outros preferem gravar seus trabalhos para disponibilizar nas plataformas digitais. Obviamente, todas essas alternativas obrigaram os artistas a enveredarem por caminhos não necessariamente trilhados antes, como se procurassem os vagalumes nas telas dos computadores em vez de perseguirem os refletores sobre o palco.

De uma forma ou de outra, a criatividade, principal insumo dos artistas teatrais, foi se transformando, aos poucos, em alternativas de sobrevivência. A venda de ingressos e os cachês solidários não conseguiram suprir as necessidades dos artistas satisfatoriamente – uma vez que nem mesmo a bilheteria de momentos não pandêmicos consegue dar conta. Todavia, essas adversidades não apagaram a bioluminescência que pulsa do corpo dos trabalhadores-vagalumes da arte teatral.

Embebidos desse sentimento de angústia e da sensação de deslocamento, por estarmos pisando em terrenos novos e movediços para muitos artistas do teatro, mas tentando, ao mesmo tempo, traduzir esses atravessamentos em uma forma de reflexão, registro e experimentação, o sétimo roteiro do videoartes propôs a apresentação de um exercício que se aproxima do que muitos profissionais da área têm denominado de teleteatro ou webteatro: o compartilhamento da leitura dramática do 1º ato da peça *Ao Dente*, ainda no prelo, de autoria de Tatá Universo, nome artístico da bolsista do projeto, Cláudia Barbosa, que, dessa forma, assinou o roteiro e a peça nele contida.

Neste viés, a Literatura (Cordéis, Poesias, Romances), a Dança e o Teatro, sobretudo em suas manifestações mais populares, comportam-se, no projeto, como os vagalumes cujas luzes, a partir de pequenos lampejos, nos guiam em meio à desinformação e à necropolítica perpetradas pelo Estado brasileiro.

## **AS CONSTELAÇÕES: O SÃO JOÃO, A POPULAÇÃO NEGRA E O CIRCENCE**

Para Albuquerque Jr. (2009), as estrelas nordestinas da literatura e da música contribuíram de forma axial para invenção de uma identidade nordestina. Nomes como os de Dorival Caymmi, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Luiz Gonzaga – só para mencionar alguns – contribuíram com sua literatura e música para construção desse personagem: o nordestino. Para o autor, “O Nordeste, assim como o

Brasil, não são recortes naturais, políticos ou econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagético-discursivas, constelações de sentido” (p. 307).

Retoma-se o autor e sua tese sobre o Nordeste enquanto um território inventado, não para estabelecer contrapontos aos estereótipos – como tão bem faz o historiador –, mas para pensarmos um ponto específico de uma construção imagético-discursiva que povoa o imaginário coletivo baiano: a festa junina. Assim como Didi-Huberman (2011) centra sua análise nas imagens criadas pela arte e pela cultura popular, traduzidas como formas de resistência, vagalumes lampejantes cuja pulsão de vida nos convoca à luta, Albuquerque Jr. traz a imagem da constelação de sentidos. Nesta imagem, advoga-se, estão também os festejos juninos, nos quais reúne-se música, dança, teatro, brincadeiras, culinária, religiosidade e diversos outros traços da cultura do Nordeste.

Nesse sentido, com o projeto coincidindo com as datas do festejo junino, foi imperativo dedicar dois roteiros, o terceiro e o quarto, a pensar esse momento idiossincrático para o bonfinense. Nas datas de 19 de junho e 23 de junho de 2020, foram *upados* nas redes os vídeos “São João do #FiqueEmCasa” e “São João na pandemia”.

O primeiro vídeo, “São João do #FiqueEmCasa”, como o nome estilizado com *hashtag*, focou na mensagem de que as pessoas não viajassem para os interiores. Não viajar para as festas comemorativas, como Natal, Ano Novo e Carnaval, tornou-se essencial para conter a disseminação do vírus. No território nordestino, contudo, esse alerta se deu desde o festejo junino, festa na qual as pessoas retornam para suas cidades natais, tanto para rever a família, quanto para brincar o São João.

O roteiro do vídeo foi costurado por um cordel homônimo, “São João do #FiqueEmCasa”, também de autoria de Filipe Dias, intercalado pela canção “A natureza das coisas”, de Accioly Neto, na interpretação da cantora e aluna do curso de Licenciatura em Teatro Melissa Bonfim. A fala dos especialistas, ao final do vídeo, ficou a cargo dos moradores da cidade de Brejões, interior baiano do Recôncavo Sul e terra natal do cordelista.

A pandemia quase tudo mudou/ Tirou nossas festas no largo/  
Dançando forró e tomando licor/ Fogueira, quadrilha e casamento/  
Parece que tudo acabou/ Mas, minha irmã, sem avexamento/  
Vamos fazer o que são João mandou/[...]/ Este ano, pedimos: não vá pro  
interior/ Na sua casa, você cuida de nossa gente/ Que todo ano te  
recebe cheia de amor/ Estamos também enfrentando a pandemia/ Que

por aqui também já chegou/ Se der saudade ligue, mande vídeo, até corrente/ Mande cheiro no zap pra vó e vô.

Como se pode ver no excerto escolhido, o foco foi a proteção dos mais velhos – vó e vô – e a tentativa de impedir a propagação da pandemia pelo interior do Estado. Dado o tamanho da importância dos festejos juninos para o território e para a identidade bonfinense, pois a cidade de Senhor do Bonfim se arvora como a capital baiana do Forró, foi solicitado ao professor Reginaldo Carvalho da Silva, historiador do Teatro e da cultura da cidade, um outro roteiro abordando os festejos.

Além de reiterar os protocolos sanitários, o roteiro de Carvalho da Silva chama atenção para o abandono do poder público em relação aos artistas, desamparados sem os festejos, algo que só veio a ser corrigido minimamente pela Lei Aldir Blanc, Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Apesar de nascer no mês de junho, a Lei chegou tarde para os artistas do São João, pois só foi implementada entre agosto e setembro. O roteiro enfatiza que, quando a importância da cultura é negada, é sinal de que houve grande falha na educação estética, sendo necessária uma autocrítica e responsabilização de políticos, gestores públicos, educadores e artistas. Ainda segundo o roteiro, independente da classe social, não há um letramento satisfatório na cultura e na arte.

Embora o lazer cumpra papel fundamental nas sociedades, ele ainda é visto como algo de direito apenas das classes privilegiadas e negado aos menos favorecidos, para os quais, muitas vezes, resta muito pouco em termos de produção cultural. Esse é o caso da festa junina, na qual a quadrilha, as fogueiras e os folguedos, o casamento matuto, o forró, em sua expressão cantada e dançada, são apenas alguns dos exemplos de uma enorme produção cultural popular.

O roteiro de Carvalho da Silva é entrecortado pela fala de atores, que dão o texto informativo; e por depoimentos de artistas locais de Senhor do Bonfim, que narram suas histórias pessoais com o tradicional São João da cidade. O roteiro chama atenção para a potência da arte na manutenção da memória cultural de um território e, sobretudo, para saúde mental da população. Carvalho da Silva, acertadamente, equipara os saberes artísticos e científicos, que, atuando lado a lado, cada um à sua maneira, são fulcrais para o bem-estar de um povo.

Se, nos terceiro e quarto roteiros, uma demanda local nos guiou, em um outro momento, já mais à frente no projeto, no oitavo roteiro, um problema global requisitou nossa atenção: a população negra na pandemia. O movimento *Black Lives Matter*, após

o assassinato de George Floyd, cidadão estadunidense, asfixiado pelas forças policiais, chamou atenção para o fato de que o Estado também estava asfixiando a população negra por negligência, em meio a pandemia do Covid-19.

No Brasil, os primeiros casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus foram de trabalhadoras domésticas, assim como os primeiros casos de óbito. Com a pandemia evidenciando o racismo estrutural, sobretudo nos países da diáspora, foi imperativo para a equipe pensar sobre essa temática. Para confecção do roteiro, Michel Guimarães escolheu a poesia “*And Still I Rise/ Ainda Assim Me Levanto*”, da poeta Maya Angelou, para intercalar o texto enunciado pela atriz e advogada Alessandra Sena Passos de Moraes.

A pandemia escancarou um agravante na desigualdade socioeconômica nacional, o recorte étnico-racial que há nela. À época da realização do roteiro, havia os seguintes dados:

No caso das internações pela doença, há um equilíbrio: negros representam 49,1% dos internados por Covid-19, enquanto brancos representam 49%. Mas na análise das mortes, o descompasso aparece, pretos e pardos representam 57% dos mortos pela doença enquanto brancos são 41% dos mortos (VINAS; DURAN; CARVALHO, 2020).

A falta de acesso aos serviços de saúde, a exames e a diagnósticos, a subnotificação na confirmação de casos e no número de óbitos decorrentes da Covid-19 atingem a população em geral, mas especialmente a população negra, pois é um reflexo do racismo estrutural ao qual estamos expostos. O advogado e jurista Silvio Almeida, em sua obra *O que é racismo estrutural?* (2018), defende que o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados são estruturalmente reproduzidas.

Essa reprodução estrutural das condições de subalternidade e de privilégios acontece quando, em dados do IBGE de 2018, 36,1% dos jovens universitários eram brancos, enquanto apenas 18,3% eram negros, denotando uma clara manutenção de privilégios. Também segundo dados do IBGE de 2018: o Brasil possui 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, o maior contingente de pessoas nessa função no mundo. 92% desse total é de mulheres (5,7 milhões), das quais 68,4% são mulheres negras (3,9 milhões), um claro exemplo da subalternização da mulher negra em nossa sociedade.

Essa realidade estatística que, muitas vezes, desumaniza pessoas, vertendo-as em dados, é humanamente plasmada pela poesia de Angelou, na tradução de Francesca Angiolillo: “Das choças dessa história vergonhosa/Eu me levanto/De um passado que se ancora doloroso/Eu me levanto/Sou um oceano negro, vasto e irrequieto/indo e vindo contra as marés me elevo”<sup>9</sup>.

Elevar os artistas e os mais vulneráveis a um espaço seguro de informação foi o maior objetivo do projeto e, já em sua fase derradeira, no nono roteiro, não poderíamos deixar de nos deter naqueles impossibilitados de levantarem a lona: os artistas circenses. A artista circense Mariana Costa, integrante do circo “Los Manos”, foi a convidada para expor a situação atual do circo. Ela e sua trupe estavam, à época, parados na cidade de Congonha do Norte – MG, sobrevivendo de doações e do auxílio emergencial.

Entrecortando a fala da artista, os palhaços Kauba (Valter Ferreira), Tampila (Jeniffer Oliveira) e Catchup (Israel Santana) encenaram a retirada da maquiagem no espelho, refletindo, assim, a desmontagem pela qual passa o circo. Manchetes de jornais, evidenciando a situação calamitosa das artes do picadeiro, junto com a declamação, pelo professor Filipe Dias, da poesia “O mal e o sofrimento”, de Leandro Gomes de Barros, também compuseram o roteiro.

A arte do Circo, um patrimônio da humanidade, também tem fortes raízes na cidade de Senhor do Bonfim, compondo, junto com os festejos juninos, parte dessa constelação de sentidos cujas construções imagéticas-discursivas compõem o imaginário do bonfinense e a invenção de sua identidade.

O décimo e derradeiro roteiro, para o vídeo “Gratidão e despedida”, foi composto pelo professor Filipe Dias e retomou toda a trajetória do projeto, ao mesmo tempo em que reiterou todas as informações trazidas e todos os vídeos editados. Na despedida, a gratidão pela contribuição de todos os profissionais envolvidos e pela audiência que, embora pequena, acreditamos ser disseminadora das informações verídicas que buscamos espalhar. O último roteiro e seu vídeo foi também a derradeira rapsódia, na qual todo o percurso foi feito de forma sucinta.

---

<sup>9</sup> ANGELOU, Maya. Ainda assim eu me levanto. Tradução de Francesca Angiolillo. Revista TAG Experiências Literárias - Curadoria, setembro de 2018, p. 27.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Além dos professores coordenadores, especialistas em suas respectivas áreas de atuação, as Artes Cênicas e a Literatura, o projeto contou com as vozes de demais especialistas: a bióloga Débora Almeida, a psicóloga Manuela Amorim, a professora Ma. em Dança Edeise Gomes, os moradores de Brejões, o professor Dr. em Artes Cênicas Reginaldo Carvalho da Silva, a advogada Alessandra Sena Passos de Moraes, a circense Mariana Costa e tantos outros artistas e profissionais que doaram seu tempo pela luta contra o novo coronavírus.

Essas vozes, intercaladas com as constelações da Literatura, Música, Teatro, Festejos Juninos, Dança e Circo, em texto e corpo, uniram-se aos profissionais-vagalumes sobreviventes, em um inventário caleidoscópico que buscou refletir a miríade de vagalumes e constelações, imagens tradutoras do que diz um antigo compositor baiano: “gente nasce é pra brilhar”.

Ao longo de quase três meses de sua execução, o “VIDEOARTES CONTRA O CORONAVÍRUS - INTERSECÇÕES ENTRE ARTES, EDUCAÇÃO, SAÚDE E TECNOLOGIAS NO COMBATE AO COVID-19” contou com apoiadores, parceiros e seguidores unidos em objetivos comuns: desmentir os conselheiros pérfidos, disseminar as informações corretas, entreter a população em meio ao caos, defender a sobrevivência simbólica e material da arte e dos artistas.

O fomento da Universidade do Estado da Bahia, através do edital 030/2020, da PROEBEX, possibilitou que o trabalho realizado pelo projeto se somasse às milhares de vozes espalhadas pelo país que, juntas, conquistaram a Lei Aldir Blanc, Lei nº14.017, de 29 de junho de 2020. A UNEB, desta forma, cumpre sua vocação acadêmica e social enquanto uma universidade pública, gratuita e de excelência.

Eternamente presente na nuvem da *web*, em uma plataforma aberta, acompanharemos o crescimento e os desdobramentos do projeto, trabalhando para que ele chegue cada vez mais longe, perpetuando-se no tempo, mas desejosos de que ele se torne apenas o registro de um período infeliz de nossa história.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos vaga-lumes. Tradução de Vera Casanova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

SANTOS, M. P. A. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

SARRAZAC, Jean-Pierre. O futuro do drama: escritas dramáticas contemporâneas. Tradução de Alexandra Moreira da Silva. Porto: Campo das Letras, 2002.

VINÃS, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. 05 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil> Acesso em: 20 jun. 2020.

# JOSÉ CALAZANS E AS “MANIFESTAÇÕES DO NOSSO POPULÁRIO”<sup>1</sup>

*Anselmo Ferreira Machado Carvalho*<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo discorre sobre a trajetória de José Calasans e sua relação com o folclore. As suas pesquisas sobre o tema reverberaram em artigos nos periódicos baianos ao longo do século XX e sobretudo na sua atuação de defesa do folclore no Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) e na Comissão do Folclore da Bahia.

**PALAVRAS-CHAVE:** José Calasans; folclore; Bahia

**ABSTRACT:** This article discusses the trajectory of José Calasans and his relationship with folklore. His research on the subject reverberated in articles in Bahian periodicals throughout the 20th century and above all in his role in defending folklore at the Bahia State Council of Culture (CEC) and at the Bahia Folklore Commission.

**KEYWORDS:** José Calasans, folklore, Bahia

## 1. SOBRE O FOLCLORE

“*Folk lore*”, vem do inglês e significa saber das pessoas comuns, ou da gente comum. No decorrer da modernidade, foi apanágio dos românticos, intelectuais, literatos e poetas que viam no folclore a busca do passado em meio às transformações modernas. Os iluministas, diferentemente dos românticos, estavam mais interessados em ressignificar a noção de saberes populares, dar-lhes um caráter racional.

No Brasil, sobretudo durante o século XIX, foram os românticos os pioneiros a pensar o folclore, entendido, primordialmente como cultura do povo. Era necessário catalogar, localizar, descortinar os folguedos, as danças, as manifestações de caráter popular. Sílvio Romero foi um desses intelectuais preocupados em catalogar em sua terra natal, Sergipe, manifestações populares.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. Revista da Academia de Letras da Bahia. Nº 36, nov. 1989, p. 117.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

<sup>3</sup> A cidade de Lagarto, interior de Sergipe, cidade natal de Sílvio Romero, foi o campo de observação de inúmeras manifestações consideradas folclóricas como ele entatiza que: “No Lagarto, cidade da província de Sergipe, foi que melhor as estudamos. Os brinquedos mais comuns são: O Bumba meu boi, os marujos, o Cego, etc”. ROMERO, Sílvio. Folclore Brasileiro- Cantos populares do Brasil. TOMO I e II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 52.

Nas décadas iniciais do século XX, os modernistas, a exemplo de Mário de Andrade, forjaram novas concepções do folclore, ao desvincular o sentido que lhe era atribuído como coisas pitorescas, exóticas, numa tentativa de atribuir um caráter científico ao estudo folclórico, onde a observação etnográfica e de campo seriam uma constante. Para Mário de Andrade, a desvinculação do folclore da alcunha de “popularesco” deveria ser acompanhada de sua contribuição à constituição da identidade nacional, rompendo inclusive uma dicotomia entre cultura popular e erudita.

Depois de Mário de Andrade, ocorre entre as décadas de 1940 e 1950, uma preocupação maior de outros pensadores brasileiros sobre o tema, a exemplo de Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Arthur Ramos, Cecília Meireles, Câmara Cascudo — que foi seguida pela institucionalização do folclore. Em 1947, foi criada a Comissão Nacional do Folclore, sob a presidência de Renato Almeida, um dos mais respeitados nomes do assunto no Brasil. Para ele, o folclore deveria ser retratado como uma ciência de interpretação da cultura do povo, com o objetivo de desvendar, através dos “modos de ser dos primitivos o complexo espiritual da nacionalidade”. Completava seu raciocínio com a afirmação de que o “folclore é atividade científica e humana, uma e outra tem de ser realizada com inteligência e com amor, trabalho de campo, de laboratório, de gabinete, de biblioteca, para a investigação, o registro, o cotejo, a exegese”.<sup>4</sup>

As comissões estaduais do folclore se espalharam pelo Brasil, sendo a da Bahia, criada em 1957, sob liderança de Edison Carneiro. Em 1958, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que depois se tornaria o Instituto Nacional do Folclore, ligado ao MEC. (CALABRE, 2008, p. 92) Da Campanha, surgiu seu principal veículo de difusão: a *Revista Brasileira de Folclore*, que congregou muitos intelectuais na tentativa de inserir o folclore na pauta das políticas públicas de cultura durante a ditadura civil-militar e ratificar o papel do folclore como vetor principal da identidade nacional. (LORYM SOARES, 2009)

A Campanha e a Revista foram incorporadas à Fundação Nacional de Arte, criada em 16 dezembro de 1975 através da Lei nº 6.312, mas só iniciaria suas atividades no ano seguinte. A FUNARTE foi criada para ser um dos órgãos de execução das diretrizes políticas do governo, conforme orientação do Plano Nacional de Cultura (PNC) de 1975.

---

<sup>4</sup> ALMEIDA, Renato. Mensagem aos Jovens folcloristas do Brasil. *Revista Brasileira do Folclore*. Ano V n 13, set/dezembro 1995, p. 225-226.

Aloísio Magalhães, chefe do IPHAN no início dos anos 1980, inspirado também em Mário de Andrade, e vindo da experiência do Centro Nacional de Referência Cultural- CNRC, evitava as noções de cultura popular e folclore, já que, não via os bens culturais como sobrevivências do passado, mas como expressões consagradas. Aloísio Magalhães ressignificou a noção de patrimônio e, com ela, desconstruía a ideia do folclore como algo estático. No entanto, a sua metodologia congregava as expectativas de folcloristas e de pesquisadores, pois juntava o caráter de herança ao de continuidade, a noção de autenticidade dinâmica, mas também preocupação com perigos “alienígenas” que pudessem desvirtuá-las.

Na Bahia, além de Edison Carneiro, afetado e perseguido pelo golpe civil-militar de 1964, outros baianos, estes, não reprimidos, seguiram a trilha na identificação e catálogo dos materiais considerados folclóricos, dentre eles Frederico Edelweiss, Hildergardes Vianna e José Calasans.

## **2. JOSÉ CALASANS NO CEC**

José Calasans Brandão da Silva (1915-2001) nascido em Aracaju, era homem de muita representação nos meios intelectuais. Em Sergipe, participou intensamente das questões culturais e ao chegar à Bahia onde se tornou em 1937, bacharel em ciências jurídicas e sociais, seguiu caminho semelhante. Ao longo de sua trajetória, presidiu casas culturais importantes como o CEC, o IGHB, a ALB, foi professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), e vice-reitor da UFBA.<sup>5</sup> Nacionalista na juventude, tinha trânsito livre entre militares e civis e participou das principais mobilizações nacionais e regionais em prol da defesa do folclore, a destacar o III Congresso Nacional do Folclore realizado, em 1966, na capital baiana do qual foi presidente.

Suas concepções sobre o folclore em muito influenciaram as diretrizes e ações do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC), órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado criado em 1967 na Bahia, responsável pela elaboração das políticas

---

<sup>5</sup> Informações obtidas em FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva. José Calasans foi convidado por Isaias Alves em 1949 para assumir a regência da cadeira de História Contemporânea, logo em seguida em 1951, leciona História da América, em 1955, assume a cátedra em História Moderna e Contemporânea e em 1973, lhe é concedido o título de Doutor em História pelo concurso de docente livre de História do Brasil. Orientou inúmeros trabalhos de mestrado na FFCH, concomitantes a ocupação de cargos administrativos como o ocorrido em 1974, quando fora nomeado pelo presidente da república, diretor da FFCH, antes de ter exercido o cargo de chefe do Departamento de História.

culturais. (CARVALHO, 2020). Por isso, discutir o lugar do folclore dentro do CEC é importante, já que no âmbito de Brasil e em outros estados, os estudiosos do Folclore integraram o Conselho Federal de Cultura e inúmeros conselhos estaduais. (LORYM SOARES, 2012)

Para o CEC, folclore e cultura popular eram distintas no plano narrativo. Nesse sentido, a opção da instituição foi pelo primeiro. O folclore caricaturiza a cultura, ao mesmo tempo em que a inscreve numa temporalidade estática. O folclore é um lugar de memória — monumentaliza, elogia, consagra; mas também nega o dinamismo, a vitalidade, a força da tradição.

De um ângulo mais amplo essa é a crítica, talvez, mais pertinente que se aplique nesse contexto, ao pensar as concepções do folclore numa perspectiva memorialística.

As publicações sobre o folclore por exemplo, que chegavam ao CEC para serem apreciadas pelos intelectuais do Colegiado ratificavam essa preocupação memorialística. Elas mereceram destaque e foram aprovadas sem maiores problemas. Tratava-se de obras literárias em sua maioria. O debate entre a cultura popular e o folclore, vigente à época, estava resolvido no CEC, que justificava o apoio ao folclore indistintamente. A noção de folclore do CEC girava muito mais no sentido de preservar do que construir, o folclore entendido como preservação do passado, das tradições populares mais autênticas, nacionais, em detrimento muitas vezes, da influência da cultura de massas.

Lucia Lippi informa que, no contexto deste estudo, “preservar a tradição da cultura popular — entrava em choque com a visão da sociologia da época, que acreditava que o passado colonial deveria ser superado, que as regiões atrasadas pouco tinham a contribuir para o desenvolvimento nacional”. (LIPPI, 2018, p.92) A visão de cultura popular para o CEC era sinônimo de folclore, diferentemente de outras noções, que a partir dos anos 1960, sob influência de Bakthin (1987), revisitaram um novo conceito de cultura popular, impregnada do riso, da subversão e dos costumes.

Nos fins dos anos 1980, os estudos de Roger Chartier, apontavam para o conceito de cultura popular como um sistema de representações simbólicas, apropriados de maneiras distintas e que rompia a dicotomia simples entre cultura popular *versus* cultura de elite. (CHARTIER,1995). Enfim, esses debates tangenciaram a atuação de Calasans e do CEC.

### 3. CALASANS E O FOLCLORE

O historiador José Calasans escreveu inúmeras obras nas quais discorreu sobre o tema do folclore, membro da Comissão Baiana do Folclore na condição de secretário geral entre 1956-1962, o intelectual dedicou estudos no intuito de fazer uma espécie de “arqueologia” do saber folclórico baiano. Revisitou bibliografias, cordéis, fontes impressas, canções e analisou sobretudo as obras dos folcloristas. Na condição de Conselheiro de Cultura, opinou e emitiu pareceres que garantiram recursos para os grupos folclóricos, para publicação de obras de folcloristas, de cancioneiros e de pesquisadores.

Como pesquisador, foi responsável pela pesquisa “*Folclore Geo-Histórico da Bahia*”, financiada pela Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro em 1970, num convênio firmado com a FFCH/UFBA. No parecer favorável a esse convênio, o então diretor da FFCH, Joaquim Batista Neves, relatava sobre a importância dos estudos folclóricos desenvolvidos por Calasans, que envolviam alunos de vários cursos da Universidade, inclusive os de música, além de opinar sobre o autor:

Algun presságio de ser o autor notável professor de história que tanto admiramos, ou do orador primoroso, cujas plamas de eloquência fazem vibrar, com sua palavra fluente e culta, os temas cívicos e históricos que versa com tanta proficiência. Pesquisador atento e lúcido, os seus estudos, sobre o folclore (de que o presente trabalho é exemplo), sobre a historiografia, e, em especial, sobre o messianismo, são hoje em dia, subsídios indispensáveis à literatura desses temas no país e no estrangeiro.<sup>6</sup>

O folclore apareceu em suas principais obras: “*Temas da Província*” de 1944, “*O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*”, apresentado como tese de Livre Docência em 1959, na UFBA, “*No tempo de Antônio Conselheiro*” s/d, “*ABC de Canudos*” escrito em 1969 e inúmeros outros artigos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, na *Revista da Academia de Letras da Bahia (RALB)* e em *Universitas*, Revista do Departamento Cultural da UFBA.

Para Calasans tudo aquilo que surgisse de manifestações genuinamente populares era considerado folclore. Na Bahia, o historiador afirmava que o folclore tinha um caráter reivindicatório, pois muito do que se falava que era de fora, era

---

<sup>6</sup> Informações obtidas em FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva, 13/01/1970.

manifestação baiana.<sup>7</sup> Calasans em seus escritos buscava analisar o caráter popular das manifestações folclóricas contidas nos eventos cívicos baianos e nas representações sobre eles. Exemplo do Dois de Julho da Bahia, data cívica maior do estado, e suas expressões recorrentes registradas nos ditados como “o ABC do dois de julho”, expressões como “vá rezar no pé do caboclo”, canções e versos sobre o “O vapor de Cachoeira”<sup>8</sup>, importante vetor de transporte do Recôncavo baiano, região, segundo o historiador, das mais ricas em manifestações folclóricas.

No seio popular circulavam as peças de sagas de personagens que marcaram o cotidiano do Recôncavo da Bahia. “*Tu és um Lucas*” e “*Estrela brilha no céu*”, foram expressões das peças folclóricas mais representativas; a primeira se referia a Lucas da Feira, o “salteador” das roças e das fazendas que, na década de 1840, amedrontava os lares oligárquicos dos sertões; e a outra, o Besouro Mangangá, justiceiro dos malfeitores de Santo Amaro. Uma narrativa depreciava e a outra positivava.

Era preocupação de Calasans registrar, preservar e entender a importância dos versos, das trovas, desenhos e das cantigas, como aconteceu no parecer sobre o livro “*A Língua e o Folclore da Bacia do São Francisco*”, de autoria de um vivente na região por nome Edilberto Trigueiros e indicado pelo CEC para publicação, tendo como argumento principal “o recolhimento de aspectos folclóricos e lexicográficos dos mais ricos da Bahia”.<sup>9</sup>

O ofício de historiador consistia na análise da fonte folclórica e no entendimento dos sentidos atribuídos pelo folclorista, como intérprete do povo, nos acontecimentos que revelavam a identidade da Bahia. Segundo análise do historiador Jairo Nascimento (2008), a perspectiva historiográfica de José Calasans não buscava grandes explicações teóricas sobre os fatos, mas a busca da veracidade, cruzando fontes para checar as informações mais precisas. Foi uma prática historiográfica de influência positivista que não desmerecia em nada o seu pioneirismo na Bahia em considerar as fontes orais equitativas aos documentos escritos em grau de importância e relevo para a pesquisa.

Do mesmo modo como registrava as representações populares sobre personagens importantes de episódios como a Guerra de Canudos. Composições de

---

<sup>7</sup> CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. Revista da Academia de Letras da Bahia. Nº 36, nov. 1989.

<sup>8</sup> Caetano Veloso durante o exílio em Londres se reportou na música *Triste Bahia*, do álbum *Transa*, gravado em 1971, os versos “O vapor da cachoeira não navega mais no mar; Triste Recôncavo, oh, quão dessemelhante...”

<sup>9</sup> PARECER 13/73/75. Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano VI, nº 08, jan-dez 1973.

cancioneiros, registros bibliográficos sobre o comandante da 3ª expedição contra Canudos, o “*Corta cabeças*”, o Moreira César, ajudam na interpretação do gênio psicológico do almoz conselheirista, morto nos sertões da Bahia, como registrado por Calasans, ao citar um poema de um folheto escrito por Jota Sara, pseudônimo de José Aras, escrito em 1963, e reproduzido pelo historiador nos seguintes termos, “e disse Moreira Cesar, por seu ódio não há perdão, foste orgulhoso no mundo, não terá salvação, volte lá para a terra, vá cuidar de sua guerra, no reino da escuridão.”<sup>10</sup>

O folclore como contribuição ao nacionalismo foi influência das leituras de Calasans, ainda estudante na Faculdade de Direito, sobre os pensadores estudiosos da questão nacional do período, como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Porém, talvez a influência mais significativa em sua formação fosse Gilberto Freyre e suas teses sobre a democracia racial, que atestavam a resiliência dos portugueses em forjar a nação muito mais pelo apaziguamento do que pelo conflito.

Jairo Nascimento (2008) afirma que a orientação teórica de Calasans nos estudos sobre o folclore está ligada a esse movimento de cunho nacional institucionalizado, que refletia na sua essência, uma preocupação em formar uma identidade nacional brasileira.

Esse movimento nacional institucionalizado ao qual se reporta o historiador Jairo Nascimento (2008) em seu livro sobre a trajetória e escrita historiográfica de Calasans, diz respeito à perspectiva onde se encontrava o historiador, no grupo de pesquisadores que se preocupavam em analisar o nacional a partir do folclore regional. E Calasans não se furtava em valorizar seus antepassados, até os não baianos, como Celso Vasconcelos e Nina Rodrigues, inserindo-os como referenciais na valorização do folclore nacional.

#### 4. CONCLUSÃO

José Calasans foi, antes de tudo, um defensor do folclore, das coisas do povo. A concepção de folclore de José Calasans era consenso dentro de um colegiado tão diversificado como foi o CEC, haja vista, que os pareceres eram unanimidade entre todos que julgavam as coisas do folclore, nos quais a quase totalidade partia da iniciativa de José Calasans sob fortes argumentos. Esse conjunto de pensamentos formava um amálgama das ideias sobre o folclore nas instituições de cultura e

---

<sup>10</sup> CALASANS, José. Moreira César na poesia popular. *Universitas*. Nº12/13 maio/dezembro 1972, p.42.

educacionais, que o tornava um dos seus principais vetores de atuação na Bahia daqueles anos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato. Mensagem aos Jovens folcloristas do Brasil. *Revista Brasileira do Folclore*. Ano V n 13, set/dezembro 1995, p. 225-226.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALASANS, José. Moreira César na poesia popular. *Universitas*. Nº12/13 maio/dezembro 1972.

\_\_\_\_\_. Primeiros estudos de folclore na Bahia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Nº 36, nov. 1989, p. 117.

CARVALHO, Anselmo F. M. *Intelectuais, políticas culturais e poder na Bahia (1968-1987)*. 1. ed. Aracaju: EDIFS, 2020. v. 1. 385p.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, n. 16, p. 179-192.

FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva, 13/01/1970.

LIPPI, Lucia. *Cultura é patrimônio - um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NASCIMENTO, Jairo. *José Calasans e a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ROMERO, Silvio. *Folclore Brasileiro- Cantos populares do Brasil*. TOMO I e II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

SOARES, Ana Lorym. *Revista Brasileira de Folclore: folclore, intelectuais e políticas culturais (1961-1976)*. 2010. Dissertação (Mestrado- História Social da Cultura – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

## A PRESENÇA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO EM SERGIPE

*José Bezerra Lima Irmão<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Pretende-se neste trabalho avivar um aspecto da saga do Conselheiro pouco estudado: sua passagem por Sergipe em sua jornada do Ceará para a Bahia, assinalando-se as obras comunitárias realizadas nessa ocasião em Currálinho, Itabaiana e Riachão do Dantas, bem como sua peregrinação, mais tarde, por Simão Dias e Lagarto, destacando-se por fim a construção e restauração de igrejas e cemitérios em Campos (Tobias Barreto), Itabaianinha, Geru e Vila Cristina (Cristinápolis). A Guerra de Canudos foi uma guerra unilateral, uma agressão. Procura-se aqui reparar o equívoco perpetrado contra sua figura histórica, retratado como uma criatura esquisita, um louco. O Conselheiro não tinha nada de louco. Nas circunstâncias do seu tempo e do meio em que viveu, foi um homem cuja memória deve ser tratada com respeito. Um homem que pregava o bem e realizava obras que caberia ao governo fazer – o governo só aparecia para punir e para cobrar impostos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antônio Conselheiro; Beato; Sergipe; Obras comunitárias; Guerra de Canudos.

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to revive an understudied aspect of the Counselor's saga: his passage through Sergipe on his journey from Ceará to Bahia, highlighting the community works carried out on that occasion in Currálinho, Itabaiana and Riachão do Dantas, as well as his pilgrimage, later, by Simão Dias and Lagarto, highlighting finally the construction and restoration of churches and cemeteries in Campos (Tobias Barreto), Itabaianinha, Geru and Vila Cristina (Cristinápolis). The War of Canudos was a unilateral war, an aggression. The aim here is to repair the mistake perpetrated against his historical figure, portrayed as a strange creature, a madman. The Counselor was nothing crazy. In the circumstances of his time and the environment in which he lived, he was a man whose memory must be treated with respect. A man who preached good and performed works that it would be up to the government to do - the government only appeared to punish and to collect taxes.

**KEYWORDS:** Anthony the Counselor; Blessed; Sergipe; Community works; War of Canudos.

### O APÓSTOLO CONSELHEIRO

Antônio Vicente Mendes Maciel deu início à sua vida de beato itinerante em 1871. Seu pai, dono de um armazém em Quixeramobim, falecera em 1855, deixando muitas dívidas. O jovem Antônio tentou em vão salvar os negócios arruinados deixados por seu

---

<sup>1</sup> Advogado. Membro da Academia de Letras e Artes do Cangaço, da Academia Literária do Amplo Sertão Sergipano e da Academia de Cultura da Bahia. Autor de *Lampião – a Raposa das Caatingas*, *Fatos Assombrosos da Recente História do Nordeste* e *Capítulos da História do Nordeste*.

pai. Exerceu várias profissões – professor, caixeiro de uma casa comercial, escrivão de juiz de paz e rábula, advogado de pobres. Ele tivera uma boa preparação. Seu pai queria que ele fosse padre. Antônio tinha sido bom aluno de português, latim e francês. Falava e escrevia com clareza e objetividade. Tinha uma caligrafia invejável. Não bastassem os dissabores financeiros, Antônio ainda sofrera as frustrações de um casamento infeliz (CUNHA, 2002, p. 102-103; MACEDO, 1969, p. 21/25, 39/43 e 101/143; BENÍCIO, 1997, p. 35/41; NOGUEIRA, 1978, p. 4-5 e 193-194; COSTA, 1993, p. 61/63; VILLA, 1995, p. 14/16).

Naquela época eram muito comuns no Nordeste as chamadas Santas Missões: frades missionários saíam pelas vilas e fazendas celebrando missas, cantando benditos, rezando terços e ladainhas, realizando procissões, confessando pecadores, batizando, crismando, casando amancebados. As pregações e práticas religiosas duravam oito a dez dias. Além da preocupação com a purgação dos pecados e a salvação das almas, os frades também cuidavam de incentivar os homens a fazerem obras comunitárias, como a construção de capelas e cemitérios e a escavação de tanques. Sugestionados com as práticas e os sermões dos missionários, muitos sertanejos tornavam-se beatos, passavam a usar um hábito de cor escura e de alguma forma imitavam as ações dos frades missionários.

Foi o que aconteceu com o jovem Antônio Vicente. Na infância ele tinha lido a vida de vários santos da Igreja. Conhecia bem a Bíblia e dois livros muito populares no sertão, *Missão Abreviada* e *Horas Marianas*. Sofreu grande influência do Padre Mestre Ibiapina, o missionário andarilho.

Em 1871 Antônio Vicente saiu do Ceará com outros peregrinos acompanhando missionários nas Santas Missões. Começou a fazer pregações. Um grupo de seguidores formou-se em torno de sua figura carismática. Tornou-se um apóstolo ambulante, viajando a pé pelos sertões de Pernambuco, rezando, pregando, dando conselhos – daí o apelido: Antônio Conselheiro. Por onde passava ia arrebanhando gente para rezar, abrir estradas, fazer cacimbas, cavar tanques e construir ou reformar igrejas, capelas e cemitérios. Não aceitava esmolas, e pouco se alimentava. Só recebia o que considerasse necessário à sua subsistência. Para os que trabalhavam com ele, pedia apenas alimentos, roupas e remédios. Os estudos sobre o Conselheiro evidenciam que ele não fazia milagres. Era amado pelo povo em virtude do seu trabalho e do seu exemplo de vida. Os registros dão conta de que ele era humilde, respeitador e honesto, sempre procurando fazer o bem. E seu estilo de vida denota que ele não sabia o que era ambição.

Em 1874 o Conselheiro desceu de Pernambuco com seus romeiros em direção à Bahia. É incerta a rota seguida no território alagoano. Sabe-se que no início daquele ano ele atravessou o São Francisco para o lado sergipano, desembarcando no porto de Curralinho, hoje município de Poço Redondo. Seus seguidores eram quase todos cearenses e pernambucanos. Foi em Curralinho a primeira obra realizada pelo Conselheiro nessa nova fase de sua peregrinação, onde ele restaurou uma capelinha no alto de um morro na beira do São Francisco, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.



Figura 1: Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Curralinho (“Igreja do Conselheiro”), no atual município de Poço Redondo (SE), construída ou restaurada em 1874 por Antônio Conselheiro. Sergipe em Fotos: <http://sergipeemfotos.blogspot.com/2013/01/igreja-de-conselheiro-povoado-de.html>

Dali, o Conselheiro prosseguiu com seu séquito abrindo a facção a estrada de Curralinho à Serra Negra, na Bahia, e depois do arraial de Cipó de Leite entrou novamente em Sergipe, passando por Carira, Gameleiro, São Paulo (atual Frei Paulo), Saco do Ribeiro (Ribeirópolis), a caminho de Itabaiana.

Nos poucos dias que passou em Itabaiana, o beato construiu o cemitério de Flechas, nos arredores da vila, e cavou um tanque que ficou conhecido como Perpétua. Arranchou-se numa casa da família de Romão de Nanã, na Rua da Pedreira (atual Rua Marechal Deodoro da Fonseca). Ao retomar a caminhada, engrossavam o seu séquito três rapazes da família de Romão e quatro negros fugidos da escravidão. Mais tarde iriam juntar-se ao beato muitos moradores dos sítios Matapoã, Caraíbas, Pé do Veado, Flechas e Nicó (SAMARONE, 2018).

O beato andarilho deteve-se alguns dias em Riachão do Dantas, onde foi bem recebido pelo vigário José Antônio de Vasconcelos. O Conselheiro fazia suas prédicas na Praça da Matriz. Pregava bem alto para que todos escutassem. Os moradores ouviam com atenção e fervor (FONTES, 1977).

Muitas famílias decidiram acompanhá-lo quando ele se dirigiu ao povoado Samba (atual Bonfim), onde construiu uma capelinha e um cemitério. Ao mesmo tempo, os seguidores do beato construíram também o cemitério de Tanque Novo, outro povoado do município de Riachão do Dantas. No Samba, um cidadão de posses chamado Antônio Marciano dos Santos reuniu a família, até os velhos pais, vendeu tudo o que tinha e juntou-se aos peregrinos (CALASANS, 1995). Passaria a ser chamado de Marciano de Sergipe, um dos homens de confiança do beato, a quem foi fiel até o último instante na tragédia de Canudos. Fato curioso: Antônio Marciano era parente próximo do tenente-coronel Antônio José Siqueira de Menezes, que participou da tenebrosa Guerra de Canudos como chefe da comissão de engenharia do Exército.

Viajando com sua gente em direção à Bahia pela estrada de Jabiberi, acima da vila de Campos (atual Tobias Barreto), o beato deteve-se no outro lado do Rio Real, no povoado Rainha dos Anjos, termo de Itapicuru (antiga Missão da Saúde). Gostou do lugar. Em Rainha dos Anjos não havia necessidade de tanques ou cacimbas, pois o arraial ficava na beira do rio. O que faltava era um lugar para rezar e sepultar os mortos. Antônio restaurou a antiga capela e construiu um cemitério.

Corria o sertão todo a fama do beato misterioso. Diariamente chegavam a Rainha dos Anjos pessoas vindas de toda parte, famílias inteiras, até velhos, mulheres com filhos de colo, outras com filhos na barriga. O estranho personagem era chamado de

diversas formas: o Aparecido, Antônio Aparecido, Irmão Antônio, Antônio dos Mares, Pai Conselheiro, Santo Conselheiro... À noite, depois do trabalho, todos se reuniam na frente da igreja em construção, acendiam várias fogueiras, para ouvir o beato pregar o Evangelho e ouvir os seus conselhos. O Conselheiro era magro, de aparência sofrida, cabelos longos, barba crescida, usando um hábito azul de algodão. O povo achava que era o próprio Jesus Cristo (FONTES, 1977, p.7-8; SAMARONE, 2018; COSTA, 2019).



Figura 2: Mapa da passagem do Conselheiro por Sergipe, elaborada pelo autor a partir de imagem obtida no Wikimedia Commons: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=2682854>

## “O RABUDO”, TRIBULAÇÕES E TRUCULÊNCIA

Quem não estava gostando eram os padres e os fazendeiros da região: os padres por não aceitarem que as pessoas, em vez de irem à missa, agora só ouvissem o Aparecido; e os fazendeiros porque seus vaqueiros e escravos abandonavam os afazeres do campo e das roças e iam juntar-se aos esmolambados seguidores do esquisito santarrão. O Barão de Jeremoabo, dono do Engenho Camuciatá, a légua e meia de Itapicuru, considerava-se o mais prejudicado com a desordem causada em seus domínios pelo beato Aparecido.

O jornal semanário *O Rabudo*, editado em Estância, noticiou em novembro daquele ano a passagem de um “Antônio dos Mares”, procedente do Ceará, que pregava e ensinava a doutrina de Jesus Cristo. O jornal descrevia o beato como um personagem misterioso, vestindo um hábito sujo, cabelos sebosos, uma figura degradante. Insinuava que aquele homem havia cometido um grave crime, e pedia providências: que ele fosse preso a fim de prevenir os males que ainda não tinham sido postos em prática. Informava que Antônio dos Mares estava em Rainha dos Anjos, na Bahia, erigindo um templo (*O Rabudo*, de Estância/SE, edição de 22.11.1874).

Encontrando-se nessa ocasião no arraial de Sambaíba, próximo de Rainha dos Anjos, por pouco o beato não foi preso por um alferes de polícia, a mando do Barão de Jeremoabo – quando o alferes chegou a Sambaíba o peregrino tinha seguido para a vila de Campos, em Sergipe.

De volta à Bahia, em 1875 o Conselheiro esteve ocupado na conclusão das obras em Rainha dos Anjos. Contava com o apoio do vigário de Itapicuru, padre Antônio Agripino da Silva Borges, membro ativo do Partido Liberal, adversário ferrenho do Barão de Jeremoabo, do Partido Conservador.

No mesmo ano, o Conselheiro procurou o vigário de Aporá, oferecendo-se para concluir o cemitério local, iniciado pelos padres lazaristas. O padre autorizou, mas com uma condição: o beato podia rezar o terço com o povo, mas não podia fazer pregação, que era atribuição do sacerdote. Inconformado com essa decisão, o Conselheiro interrompeu as obras (CALASANS, 1973).

Em junho de 1876, por pressão do Barão de Jeremoabo e das autoridades eclesiásticas, preocupadas com a ampliação da influência religiosa de Antônio Conselheiro, o chefe de polícia da Bahia mandou prendê-lo. A prisão foi feita em Itapicuru. Ao chegar a Salvador, deportaram-no para Fortaleza, para averiguação de supostos crimes que ele teria cometido no Ceará. Era acusado de ter assassinado a mãe e

a mulher (LITRENTO, 1998, p. 85/89). Porém sua mãe morrera em 1834 quando ele tinha apenas quatro anos, e a ex-mulher estava viva. O juiz de Quixeramobim, Dr. Alfredo Alves Mateus, não encontrando nada que o desabonasse, mandou soltá-lo.

O Conselheiro retornou ao sertão baiano. Em Itapicuru, foi recebido em júbilo por seus seguidores, que tinham ficado desorientados durante a sua ausência (CALASANS, 1997, p. 33/41 e 61/63).

## **ROMARIA DO PEREGRINO POR SIMÃO DIAS E LAGARTO**

O beato retomou as atividades com o mesmo vigor. Depois de ajudar o vigário Agripino Borges na construção do muro do cemitério de Itapicuru, o Conselheiro construiu uma igreja na fazenda Mocambo (atual cidade de Olindina), concluída em 1882.

Em 1884, deu início à construção da igreja de Chorrochó, considerada a mais importante de suas obras até então. Em frente à igreja, na praça principal, foi chantado um cruzeiro numa base de cal e pedra, cercado de madeira, constituindo uma espécie de coreto, onde o beato fazia suas prédicas (CALASANS, 1997, p. 63/66).

Concluída a igreja de Chorrochó, o Conselheiro voltou a Sergipe. Tem-se notícia de sua chegada a Simão Dias em janeiro de 1886, vindo de Patrocínio do Coité (Paripiranga), onde fora mal recebido pelo padre Vicente Valentim da Cunha.

Entrou em Simão Dias numa tarde de sexta-feira, aboletando-se com seus romeiros maltrapilhos num descampado em frente ao Cemitério São João Batista. A notícia espalhou-se, e todo mundo correu ao local para vê-lo. Alguns romeiros portavam espingardas e garruchas de carregar pela boca, mas a maioria trazia apenas instrumentos de trabalho – foices, facões, machados –, e as mulheres conduziam potes, panelas, cabaças, cuias e outros objetos de uso doméstico. O peregrino chamou um sujeito que tinha um grande rosário pendurado ao pescoço e mandou-o levar um recado ao vigário da paróquia, padre José Joaquim Ludovice, pedindo permissão para fazer uma pregação na Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana. O vigário negou o pedido. Obediente, o beato foi acampar fora da vila, na parte sul, junto de uma capelinha num tabuleiro chamado Bonfim. No dia seguinte, mandou outro recado ao padre Ludovice, através de um romeiro, instando para que o autorizasse a usar a capelinha, já que lhe fora vedado o acesso à Igreja Matriz. O pedido foi negado.

O peregrino e sua gente partiram de Simão Dias na direção da “pancada do mar”, pela estrada de Lagarto. No caminho, novos fiéis incorporaram-se ao grupo de romeiros. Depois de atravessar o Rio Jacaré, o Conselheiro dirigiu-se ao povoado Santo Antônio, onde havia uma capelinha. Demorou-se ali alguns dias, sem ser incomodado nem incomodar ninguém, até que a notícia de sua presença no povoado chegou ao conhecimento do vigário de Lagarto, padre João Batista de Carvalho Daltro, o famoso Padre Data, que era também chefe político local, homem mandão e autoritário, que tinha fama de deitar e fazer filhos com as devotas. O Padre Data temia a presença do beato, receando perder a autoridade sobre o seu rebanho. Acompanhado do sacristão Antônio Vitorino e paroquianos da irmandade do Sagrado Coração de Jesus, o vigário dirigiu-se a Santo Antônio a fim de persuadir o beato a retirar-se do povoado, proibindo-o de continuar pregando na capelinha. O Conselheiro ouviu o sacerdote com indiferença, mas no dia seguinte retirou-se com seus romeiros sem qualquer hostilidade.

Sabe-se que passou por Campo do Crioulo, ainda no município de Lagarto, indo sair em Tanque Novo, município de Riachão do Dantas, passou pela vila de Campos (Tobias Barreto) e penetrou de novo na Bahia (MACEDO, 1969, p. 154/157; SANTOS, 2010, p. 5/7; WANDERLEI, 2013, p. 51-52 e 89/91; CALASANS, 1995).<sup>2</sup>

## **O OBREIRO INCANSÁVEL**

De volta a Itapicuru, onde continuava como vigário o amigo Agripino Borges, o Conselheiro estabeleceu-se na fazenda Dendê de Cima, a cinco léguas da vila. Era um lugar aprazível, numa espécie de tabuleiro. Decidiu fazer daquele lugar seu pouso permanente. Mandou que os romeiros derrubassem a mata e levantassem suas casas. Ele também fez a sua. Uma casa simples, sem um móvel sequer, não tinha nem onde se sentar. Iniciou a construção de uma igreja que seria a mais bonita dos sertões da Bahia, superando a de Chorrochó, também com um cruzeiro na frente. Na praça extensa, mandou construir um barracão para abrigar os novos romeiros que fossem chegando. Mandou cavar um tanque. Deu ao lugar o nome de Bom Jesus (atual cidade de

---

<sup>2</sup> Essa incursão por Simão Dias e Lagarto teria sido em janeiro de 1886, conforme carta dirigida ao arcebispo de Salvador pelo vigário de Lagarto, João Batista de Carvalho Daltro, datada de 17 de janeiro de 1886. Porém essa carta somente apareceu em 1910, e surgiram outras cartas do mesmo vigário relatando o mesmo fato datadas de janeiro de 1888. Para completar a confusão, a visita do beato a Lagarto viria a ser noticiado 11 anos depois, em 1897, no jornal *A Notícia*, de Aracaju, no dia 29 de janeiro, p. 2. Teria o vigário deixado de comunicar o fato na ocasião própria? A única coincidência é o mês – janeiro.

Crisópolis). Na inauguração, a igreja foi benzida pelo padre Agripino Borges, com grande festa, música e foguetório.

Entre 1887 e 1888, o beato fez os alicerces da Igreja de Biritinga (antiga Manga) e construiu o enorme cemitério de Entre Rios. Em Monte Santo, reformou em 1892 as capelinhas do Caminho da Santa Cruz, na Serra do Piquaraçá, construídas por frei Apolônio de Todi. Em 1893 levantou o cemitério de Ribeira do Pau Grande (atual Ribeira do Amparo) e o cemitério de Timbó (hoje um bairro da cidade de Esplanada), e foi convidado para construir a Igreja do Sobrado, em Aporá, com dois andares (CALASANS, 1973).

Apesar dos protestos dos grandes proprietários e das autoridades eclesiásticas, o Conselheiro continuava sua missão. As notícias de suas obras grassavam por toda parte, não lhe faltando convites de vários lugares para novas realizações. O Conselheiro apenas pedia alimentos para os trabalhadores. Ele próprio se contentava com um pires de pirão e um ovo cozido, diariamente.

Em 1882, o arcebispo primaz da Bahia, D. Luís Antônio dos Santos, influenciado pelos fazendeiros, havia expedido uma circular ao clero do sertão ordenando aos vigários que tomassem providências para coibir as pregações do Peregrino.

As pressões da Igreja surtiram efeito contrário: a cada dia mais pessoas acorriam para ouvir as pregações do Conselheiro.

Em 1887, o arcebispo chegara a solicitar ao presidente da província a internação de Antônio Conselheiro num hospício de alienados. O presidente da província repassou a questão para o governo central. O ministro dos Negócios do Império, Barão de Mamoré, fez pouco caso da tresloucada solicitação, respondendo que não havia vaga no manicômio.

Enquanto isso, o obstinado Antônio Conselheiro continuava sua missão.

Mesmo depois de se estabelecer em Canudos, em 1893, o Conselheiro ainda realizou algumas obras em Sergipe. Em Campos (atual Tobias Barreto), efetuou naquele ano pequenos reparos na Igreja Matriz e iniciou a construção da capela de Santa Cruz na rua principal da vila. Provavelmente em 1895, fez reformas na Igreja de Itabaianinha e levantou um cemitério em Geru e outro em Vila Cristina (Cristinápolis). O jornal *Folha de Sergipe*, de Aracaju, na edição de 2 de abril de 1897, registra a construção do cemitério de Vila Cristina pelo Conselheiro, sem indicar quando a obra foi efetuada (CALASANS, 1997, p. 66/72; NOGUEIRA, 1978, p. 194-195).

## O MÁRTIR DE CANUDOS

Porém a situação tinha mudado após a Proclamação da República, em 1889, não tanto por ser o Conselheiro adepto de D. Pedro II, mas sobretudo por ser contra o casamento civil, que ele considerava mera mancebia pecaminosa, e também por ser contra os novos impostos, verdadeiramente extorsivos. Nas feiras, os fiscais esfolavam os comerciantes. Manoel Benício relata um caso ocorrido em Chorrochó, em que o valor do imposto exigido de uma vendedora pela ocupação do solo – cem réis – era superior ao da esteira que ela deitara no chão com as mercadorias – oitenta réis (BENÍCIO, 1997, p. 161/163).

A propaganda do governo atribuía aos seguidores do Conselheiro comportamentos agressivos que eles jamais tiveram. Em Canudos havia ordem e respeito. Era proibido o uso de bebidas alcoólicas. Não havia roubos nem prostituição. Pequenas infrações eram punidas por ordem do próprio Conselheiro, geralmente bolos de palmatória. Os responsáveis por delitos graves eram entregues às autoridades de Monte Santo. Porém, para obter o apoio do povo, o governo plantou na imprensa a ideia de que Canudos representava um surto de banditismo e fanatismo religioso, fazendo crer que havia ali um movimento antirrepublicano visando à restauração da monarquia. Jornais a soldo do governo pintavam o Conselheiro como um fanático, impostor, louco, assassino, lunático, perturbador da ordem.

Nonato Marques (1984) faz ver que a imprensa, mal informada, apresentava Canudos como um foco revolucionário monarquista, quando na verdade os moradores do infeliz arraial eram uns pobres coitados que nada entendiam de política, nada sabiam de reis e imperadores, mal sabiam da existência de D. Pedro II.

É um desrespeito tachar os seguidores do Conselheiro de jagunços ou fanáticos. Os moradores de Canudos apenas lutaram para defender seus lares e suas famílias. A Guerra de Canudos foi uma guerra unilateral. Uma agressão.

Antônio Conselheiro, em defesa do povo pobre, dizia em suas pregações: “Eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo” (BENÍCIO, p. 162). E passou a incitar o povo a não pagar impostos e a negar obediência às normas do novo regime (OTTEN, 1990, *passim*).

Por aí se vê que ele não era um indivíduo alienado. Suas pregações não eram ocas, desvinculadas da realidade social. Para ele a religião não era coisa só do espírito, mas também relacionada com a vida. Ele usava o sentimento cristão como elemento

aglutinador da comunidade. Suas palavras davam sentido à vida dos sertanejos, indicando os limites do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários, e mostrando que era possível superar os abusos.

Com isso, além de incomodar a Igreja, Antônio Conselheiro incomodava também o governo. Porém quem se sentia mais prejudicado eram os grandes fazendeiros, pois seus trabalhadores, cansados de ser explorados, abandonavam as roças e iam juntar-se ao peregrino. Acabara de ser decretada a abolição da escravatura, mas os escravos só tinham sido libertados juridicamente, pois na prática continuavam escravos, ou pior, porque antes ao menos tinham comida, e agora, sendo “livres”, nem isso tinham. Foram, com efeito, os grandes latifundiários do sertão que deflagraram os primeiros combates ao Conselheiro.

Conforme assinalou o prof. José Calasans, o mais profícuo estudioso do episódio de Canudos, em depoimento a Oliveiros Litrento, Antônio Conselheiro era um homem humilde e não pretendia ser Deus (LITRENTO, 1998, 243-244). Ele não usurpava funções sacerdotais. Seguia a orientação contida na “Advertência” da *Missão Abreviada*, obra aprovada pelas autoridades eclesiásticas.

Escritores preconceituosos, míopes ou simplesmente mal-informados, assimilaram e difundiram a versão do governo e das autoridades eclesiásticas, dizendo que Canudos era um núcleo de “fanáticos” e retratando Antônio Conselheiro como um louco, um paranóico vulgar, de face escaveirada, a fim de desacreditá-lo, desfigurando-o física, psíquica e moralmente. Para ridicularizá-lo, chamavam sua túnica de “camisolão”. Para completar, sua única representação gráfica verdadeira é a fotografia tirada após a exumação de seu cadáver. Artistas “imaginosos” encarregaram-se de enfeá-lo, retratando-o como um louco, uma figura esquisita, monstruosa.

Antônio Conselheiro não tinha nada de louco. Nas circunstâncias do seu tempo e no meio em que viveu, era um homem dotado de muito saber. Como leitor da Bíblia, conhecia a tradição profética judaico-cristã. Escrevia bem. Em suas prédicas, além de citar a Bíblia (inclusive em latim), ele citava São Paulo, São João Crisóstomo, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Santo Ambrósio, entre outros pais da Igreja. Tinha o poder da palavra, fundada na fé, para orientação e aconselhamento dos fiéis. Baseava-se nos Evangelhos e especialmente no famoso livro *Missão Abreviada*, escrito pelo padre português Manoel José Gonçalves Couto, composto de orações, textos para meditação, instruções sobre assuntos diversos, biografias de santos. A *Missão Abreviada* foi durante muito tempo a “Bíblia do sertão”. O Conselheiro valia-se também

do livro *Horas Marianas*, instituído em latim pela Igreja e vertido para o português por frei Francisco de Jesus Maria Sarmiento, contendo orações e exercícios de piedade e principalmente os famosos ofícios da Virgem Maria, da Santa Cruz e dos Defuntos. Outro livro muito em voga àquele tempo era *Práticas Mandamentais*, de frei Manoel da Madre de Deus, contendo reflexões morais sobre os mandamentos da lei de Deus, exposições sobre as principais festividades do ano e outras práticas destinadas aos oradores sacros. As pregações do Conselheiro não eram simplórias ou primitivas. A leitura de suas prédicas revela o pensamento religioso, filosófico e político que lhe valeram o epíteto de Conselheiro. Suas prédicas em certos aspectos eram superiores às pregações dos frades missionários nas Santas Missões, falando do fim do mundo, dos castigos de Deus e do fogo do inferno, povoado de demônios com rabos, chifres e espetos. E o que mais importa é que ele tinha um ideal e sabia o que queria.

Como bem disse Frederico Bezerra Maciel (1986), ninguém segue um louco. Os loucos apenas são objetos de comisseração e às vezes de mangação. Onde já se viu um louco atrair prosélitos?

Observe-se este trecho, em que o Conselheiro discorre acerca do mandamento da lei de Deus atinente à vedação do falso testemunho, externando não só sentimentos cristãos mas também impressionante discernimento jurídico, analisando em boa doutrina o juramento e o depoimento das testemunhas em juízo, numa linguagem escorreita, clara e objetiva:

“O juramento é admissível para descobrimento da verdade, mas deve ser de modo que não aumente, nem diminua coisa alguma sobre o caso que fez objeto do juramento. Se, porém, ele se acha revestido de muitas circunstâncias que é impossível trazer tudo impresso na memória, convém que tome nota de tudo, decorando bem para que quando fordes prestar o vosso depoimento não cair em alguma contradição. Mas não obstante semelhante cautela, se cair em alguma falta não é motivo para perturbar o vosso espírito, porque Deus não quer o impossível. Ao passo que é horroroso o procedimento daquele que nada sabendo da causa, nem de vista, nem de ouvir dizer, presta juramento falso, movido por respeito humano, por paga ou por qualquer consideração. Também é admissível o juramento por ouvir dizer; mas é preciso que a testemunha declare o nome da pessoa que referiu o caso em questão, de modo que penetre a fonte original da causa, para ter o vosso depoimento o valor em direito. Mas, se o vosso depoimento não for nestes princípios, de modo que esteja no véu da incerteza, dizendo simplesmente – eu sei por ouvir dizer que se deu o caso em questão – não declarando o nome da pessoa, nem minuciosamente o que tiver ocorrido sobre o objeto do juramento, não vale o vosso depoimento. É pecado mortal deixar de dar o juramento,

sabendo a verdade, por remisso ou malícia. Razão por que se admite em direito que se possa obrigar a testemunha por justiça a dar o seu juramento para se saber a verdade das partes e a decisão dos pleitos” (CONSELHEIRO, apud NOGUEIRA, 1978, p. 111-112).

Pergunta-se: que louco seria capaz de discorrer sobre tal tema com tanta lucidez?

Também é falsa a informação da existência de manifestações de sebastianismo, messianismo, milenarismo, apocaliptismo e socialismo nas homilias do líder de Canudos. Conforme pontuou Oleone Coelho Fontes, os que enxergaram tais manifestações ou analisaram os fatos superficialmente ou apenas leram *Os Sertões* (CUNHA, 2002, p. 107/113; FONTES, 2009, p. 323/334).

De fato, o autor de *Os Sertões* foi extremamente injusto ao qualificar Antônio Conselheiro como “espécie bizarra de grande homem pelo avesso”, sintetizando “todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo”. Não satisfeito, valendo-se de conceitos matemáticos, Euclides acrescenta: “Antônio Conselheiro não é um nulo, é ainda menos, tem um valor negativo que aumenta segundo o valor absoluto da sua insânia formidável” (CUNHA, 1939, p. 23-24 e 50-51).

Em sentido oposto, Ataliba Nogueira assinala com justiça que Antônio Conselheiro foi um grande homem, um grande chefe, um grande benfeitor; soube agir com discernimento e descortino; em qualquer outra parte do mundo seria perpetuado o seu nome como benemérito (NOGUEIRA, 1978, p. 210 e 41).

E o grande sergipano José Calasans, falando das obras de Antônio Conselheiro e considerando as dificuldades sem conta por ele enfrentadas nas circunstâncias da época, afirma:

“Nenhuma outra pessoa, tendo em vista os problemas da fase estudada, prestou maiores serviços aos sertanejos. O malogro de sua obra com a tragédia em que o sertão se viu envolvido nos anos de 1896 e 1897, no maior drama de incompreensão da história brasileira, com erros acumulados de todas as partes e origens, não pôde, de forma alguma, obscurecer a atividade do Bom Jesus, que pregava para o bem, ajudava os desafortunados, abria tanques para recolher água nas terras das secas, erguia capelas, levantava cemitérios, realizando uma missão que o poder público e a autoridade eclesiástica não tinham, muitas vezes, condições ou vontade de empreender” (CALASANS, 1997, p. 61-62).

Antônio Conselheiro era um homem que tinha amor ao próximo, aos “mal-aventurados”, aos sertanejos sofridos, abandonados pelo poder público, que só aparecia

para punir e para cobrar impostos. Sentia-se responsável por eles, e, imbuído da mais pura preocupação evangélica, sonhava em reuni-los numa comunidade teocrática onde pudesse, com o tempo, oferecer melhorias para suas vidas.

## REFERÊNCIAS

BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços*. Brasília: Senado Federal, 1997.

CALASANS, José. *Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*. In: *Cultura*, Revista do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, nº 16, 1973.

\_\_\_\_\_. *O séquito de Antônio Conselheiro*. In: *Revisa da FAEEBA*, Salvador, número especial (Canudos), 2ª. ed., jan./jun. 1995.

\_\_\_\_\_. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Sec. Cultura/CET/EGBA, 1997.

COSTA, Alcino Alves. *Lampião além da versão*. Aracaju: Sociedade Editora de Sergipe, 1993.

COSTA, Rangel Alves da. *Antônio Conselheiro em Sergipe*. *Jornal do Dia*, 2019. Disponível em: [https://www.jornaldodiase.com.br/noticias\\_ler.php?id=38197](https://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=38197) . Acesso em 13 de mar. de 2021.

CUNHA, Euclides da. *Canudos (diário de uma expedição)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

\_\_\_\_\_. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

FONTES, Arivaldo. *Antonio Conselheiro no Riachão do Dantas*. *Momento – Revista Cultural da Gazeta de Sergipe*, v. 2, nº 3-4, p. 7-8, ago./set. 1977.

FONTES, Oleone Coelho. *Euclides da Cunha e a Bahia*. Salvador: Ponto & Vírgula Publicações, 2009.

LITRENTO, Oliveiros. *Canudos: visões e revisões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969.

MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião – seu tempo e seu reinado*. Petrópolis: Vozes, 1986, vol. III, p. 270.

MARQUES, Nonato Marques, *Santo Antônio das Queimadas*. Salvador: N. Marques, 1984, p. 109.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.

OTTEN, Alexandre H., *Só Deus é Grande*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

SAMARONE, Antônio. *A passagem de Antônio Conselheiro por Itabaiana*. 93 Notícias, 2018. Disponível em: <https://93noticias.com.br/noticia/28365/a-passagem-de-antonio-conselheiro-por-itabaiana> . Acesso em: 12 de mar. de 2021.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *O padre e o beato: passagem de Antônio Conselheiro pela vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto - SE (século XIX)*. In: *X Encontro Nacional de História Oral*. Recife: UFPE/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos – o povo da terra*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

WANDERLEI, Leandro Aquino. *Conflito no sertão conselheirista: a relação do clero da Arquidiocese da Bahia com Antônio Conselheiro e seus adeptos (1873-1897)*. Recife: o autor, 2013.

# O VILAREJO DE CANUDOS: UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO BAIANO (1890-1900)<sup>1</sup>

Zaqueu Abreu Reis<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva tratar da formação de Canudos no período de 1890-1900, as relações de poder e as práticas culturais de resistência dos sertanejos ao sistema coronelista. Na análise dos eventos ocorridos, na Bahia de fim dos oitocentos, demonstra-se que por mais que os líderes políticos do sertão baiano oprimissem a população local, essa não ficou esperando seus problemas serem resolvidos naturalmente, muito pelo contrário, resistiram e contestaram as desigualdades sociais, não por acaso a comunidade desabrochou na zona agropecuária dos grandes latifúndios interioranos. O âmbito sócio-político brasileiro sempre foi permeado por diversos contrastes, seja pela heterogeneidade de suas lideranças, seja pelos movimentos formados para os contestar, denunciando as desigualdades e injustiças impostas pelas elites dominantes. Assim, a pesquisa tenta manter viva na mente das pessoas um movimento essencial, o qual contribuí para a preservação, a promoção e a difusão da história e da memória do semiárido local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Canudos; sertanejos; resistência.

**ABSTRACT** - This article aims to deal with the formation of Canudos in the period 1890-1900, the power relations and cultural practices of resistance of the sertanejos to the colonist system. In the analysis of the events that took place in Bahia in the late 1800s, it is shown that as much as the political leaders of the bahian backwoods oppressed the local population, they did not wait for their problems to be solved naturally, on the contrary, they resisted and contested the inequalities. It is not by chance that the community flourished in the agricultural zone of large rural landowners. The Brazilian socio-political sphere has always been permeated by several contrasts, whether due to the heterogeneity of its leaders or the movements formed to contest them, denouncing the inequalities and injustices imposed by the dominant elites. Thus, the research tries to keep an essential movement alive in people's minds, which contributes to the preservation, promotion and dissemination of the history and memory of the semi-arid region.

**KEY WORDS:** Canudos. People from backwoods. Resistance.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta parte da pesquisa que resultou na monografia intitulada *O fenômeno Canudos: A formação do Arraial e o Conflito de Interesses no Sertão (1890-1900)*, como requisito avaliativo da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário AGES (UniAGES), defendida em 04/03/2017.

<sup>2</sup> Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e graduado em História.

## A FORMAÇÃO DO VILAJAREJO

Canudos, como ficou conhecido na historiografia, foi o povoado de Belo Monte e é um exemplo que representa como poucos a resistência das populações mais pobres do Brasil que, no decorrer de nossa construção histórica, sempre foi preterida diante da história dos grandes políticos letrados, que era tida como a verdadeira história a ser contada e exaltada para a posteridade. Em muitas épocas históricas, os padrões vigentes não correspondem às necessidades da maioria da população, assim, o movimento aqui abordado começou como uma insurreição e terminou em uma guerra civil nos anos iniciais do sistema republicano.

O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta: Art. 1º - [...] como a forma de governo da nação brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. O povo, exército e armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de declarar a deposição da dynastia imperial e conseguintemente a exticção do systema monarchico representativo. Como resultado immediato d'esta resolução nacional de character essencialmente patriotico acaba de ser instituído um governo provisorio (A FEDERAÇÃO, 1889, p. 1).

Àquela altura, o país passava por uma enorme crise financeira. O novo sistema necessitava de vultosas quantias de capital para concretizar seus planos. Como solução, o governo começou a pegar empréstimos com juros altíssimos e a República só se fazia presente no sertão por meio da cobrança de impostos para sanar suas dívidas. As mudanças ocorridas, nas últimas décadas do século XIX, foram todas de caráter predominantemente metropolitano e litorâneo, só atingindo o semiárido interiorano de maneira indireta através de suas consequências (ATAÍDE, 1995, p. 63-81).

Em contrapartida o sertanejo, em sua maioria pobre e deserdado, não possuía bens imóveis e vivia sem o reconhecimento de seus direitos. Além disso, era considerado pelas elites como inferior, que prestava apenas para ser dominado e explorado. Em contra partida, os líderes locais atrelados ao poder político-econômico representavam a classe dominante “culto e capacitada” a dirigir a tudo e a todos, proprietária, não só das terras, como do próprio Estado (MELLO, 2007, p. 24).

Desta forma, o governo oprimia vaqueiros, peões e negros em todo o Nordeste, tanto com suas leis, quanto com a cobrança de impostos ou através do apadrinhamento dos coronéis. Desse modo, as pessoas costumavam seguir os passos de pregadores ou de

cangaceiros, esses últimos formavam grupos armados, que habitavam a caatinga, saíam sertão adentro, saqueando e matando, em sua maioria, movidos pela revolta. Por vezes, a violência constituía o único meio que conheciam para confrontar o despotismo das oligarquias da região. O cangaço foi um fenômeno de rebeldia místico-anárquico<sup>3</sup>, surgido do sistema latifundiário, agravado pelas secas e pouco compreendido.

## **SURGE O CONSELHEIRO**

Em um paralelo alternativo, vinham os pregadores, que por sua vez davam esperança em Deus. Cícero Romão Batista, popularmente conhecido por Padre Cícero, era um desses pregadores, estes dois grupos de cangaceiros e de beatos recebiam enorme aceitação popular por toda a região. É desse segundo bloco que surge a figura do cearense Antônio Vicente Mendes Maciel.

Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta baptizei e pus os Santos Oleos nesta matriz de Quixeramobim ao parvulo Antonio pardo nascido aos treze de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina: foram padrinhos, Gonçalo Nunes Leitão, e Maria Francisca de Paula. Do que, para constar, fiz este termo, em que me assinei. O Vigário, Domingos Álvaro Vieira (SILVA, 1997, p. 25).

Conselheiro, como ficou conhecido, pregava a palavra do evangelho e dizia que a República era coisa do demônio, pois separava a Igreja do Estado através do casamento civil, que considerava divino. Fazia duras críticas ao governo central, que autorizava os municípios a efetuarem cobranças de impostos no interior pobre e castigado pelo clima árido. De acordo com Maior (1978, p. 203), a recusa ao pagamento de impostos foi uma das suas posições mais definidas no início de sua liderança. Tratava-se, evidentemente, de um meio de atrair a simpatia dos deserdados da sorte, dos que nada tinham e que, mesmo assim, eram chamados ao pagamento dos tributos.

---

<sup>3</sup> Místico no sentido que muitos dos líderes dos grupos de cangaceiros tinham uma relação muito grande com pontos de religiosidade, muitos carregavam imagens de santos, terços de orações e demonstravam-se devotos de santos católicos. Segundo Mello; Lampião, o cangaceiro mais famoso do Nordeste, carregava consigo diversas orações, imagens, amuletos que eram considerados para a sua proteção pessoal e de seu bando; assim, o cotidiano dos cangaceiros era cheio de tradições do dito catolicismo popular. Ademais, o cangaço era anárquico no sentido que contestava as hierarquias do patriarcado no interior do sertão nordestino, os cangaceiros se revoltavam contra a miséria e a pobreza da população; logo, estava diretamente ligado às questões da posse da terra e ao coronelismo. Para maiores informações sobre esse movimento tão fundamental indico a leitura de: Estrelas de couro: a estética do cangaço de Frederico Pernambucano de Mello; e Cangaceiros e Devotos: religiosidade no movimento do cangaço (Nordeste brasileiro, 1900-1940) dissertação de mestrado de Eraldo Ribeiro Tavares.

Por onde passava o beato empenhava-se com seus devotos a reconstruir capelas, açudes, cemitérios, igrejas, ou seja, obras comunitárias, que serviriam a todos, o que só fazia aumentar sua popularidade entre os menos abastados, angariando assim diversos seguidores. A capela de Nossa Senhora dos Anjos, em Itapicuru (1874-1876), o cemitério de Aporá (1875), a capela do Mucambo (1882), a igreja do Cumbe (1882), a igreja de Chorrochó (1884-1885), a igreja de Bom Jesus (localizada na freguesia de Itapicuru, onde atualmente é a cidade de Crisópolis, em 1892), foram construídos ou reformados mediante participação direta de Antônio Conselheiro. Ao percorrer esses e outros municípios, o andarilho estabelecia contatos com as populações locais criando uma rede particular de sociabilidade, que depois daria impulso à migração das pessoas para Canudos (SILVA, 1997, p. 62-72).

## **A VIDA NO VILAREJO**

Assim, em pleno polígono das secas na Bahia, local árido e hostil, que sempre sofreu com os descasos das esferas superiores do poder político, surgia o movimento que na década de 1890 daria aparecimento à uma comunidade que contestaria as bases hierárquicas da sociedade baiana formado por uma população de múltiplas etnias, cores e hábitos de vidas, com o passar do tempo, o número de conselheiristas aumentou consideravelmente. Muitas pessoas procuravam Antônio Conselheiro, esse prestígio obviamente se dava porque na nova povoação as pessoas viam satisfeitas suas necessidades mais imediatas.

A própria localização do povoado buscava dirimir essas necessidades. Edificado às margens do rio Vaza-Barris, sua meta era bem específica: a de ser autossuficiente, uma vez que nada poderia construir sem recurso hidráulico, principalmente na região em que se encontrava, em plena caatinga, um dos ambientes mais secos do país, como os sertanejos da época viviam basicamente da agricultura, a água era imprescindível para o bom andamento das lavouras (MONIZ, 1978, p. 45).

Santos (2011, p. 62-64) faz uma breve descrição de como eram os domicílios, as matérias primas utilizadas na construção das moradias em Belo Monte eram a madeira e o barro. Geralmente, as casas possuíam uma única porta seus “telhados” eram de vegetação local e levantadas em regime de mutirão. Dentro das residências, pedaços de madeira substituíam os móveis, cabaças serviam de recipiente para a água; pratos, panelas e talheres eram fabricados com madeira, latas e barro. Além disso, afirma

Dantas (2007, p. 436-440), os frutos do trabalho eram divididos igualmente, amparavam-se os idosos e os doentes incapacitados de trabalharem, o que só fazia atrair mais as pessoas das localidades vizinhas calejadas com as mazelas da vida. Os residentes da comunidade estavam à margem da sociedade, por isso eles construíram uma vida autônoma da conjuntura política da região.

Obviamente a comunidade edificada às margens do Vaza-Barris não foi um centro de abundância, mas também estava longe de ser um núcleo permeado pela miséria. Aliás, a dieta conselheirista ainda é bastante comum no interior baiano e de outros Estados nordestinos contemporâneos, alimentos como: farinha de mandioca, aipim, cuscuz, rapadura, beiju, mingau, pirão de farinha, carne de boi e de bode formavam a base alimentar. Os moradores do vilarejo faziam em torno de três refeições diárias. Na verdade, a localidade de Belo Monte, assim como os demais povoados do semiárido, desenvolvia uma produção familiar em pequenas áreas férteis, ou seja, havia uma natural adaptação à forma de se viver em regiões inóspitas (ATAÍDE, 1995, p. 69-73).

Essa produção baseava-se na agricultura familiar de subsistência, o comércio se fundamentava no escambo, no artesanato, na criação de animais de corte, mas também existia à venda de um pequeno excedente com o intuito de que se pudesse adquirir tudo aquilo que não era produzido dentro da unidade familiar, isto é, a nova comunidade usufruía de autonomia. Consoante Dantas (2007, p. 351), ao venderem o excesso da produção em localidades circunvizinhas, os canudenses passavam pelas feiras-livres abrindo outro precedente da convivência com indivíduos de distintos arraiais e vilas forjando-se, assim, variadas relações necessárias não só à sobrevivência mais imediata, como também para necessidades futuras, uma vez que possibilitavam a ampliação dos círculos de relacionamentos.

Ademais, no novo povoado sertanejo, por um lado havia escolas, comércios e oficinas, por outro nem existia a arrecadação de impostos, nem corpo policial. Essa conjuntura fazia crescer de forma assombrosa a popularidade e o êxodo das pessoas para a região, acarretando na escassez de mão de obra para os diversos trabalhos, atingindo a propriedade privada em seu ponto mais rentável: a força de trabalho. À medida que o arraial crescia e se organizava, os olhares dos coronéis voltavam-se para Belo Monte, os quais viam na comunidade um mau exemplo a ser seguido, para os grandes fazendeiros, sua independência desestabilizava o sistema de mandonismo

coronelístico, estrutura poderosíssima, que se via totalmente ameaçada (DANTAS, 2007, p. 434-440).

Em Canudos, residiam pernambucanos, sergipanos, baianos, cearenses, brancos, negros, mulatos, indígenas, libertos, pequenos negociantes, dentre outros. Muitos dos conselheiristas eram compadres e/ou afilhados de Antônio Vicente Mendes Maciel, pois os laços de compadrio foram um dos esteios para o bom funcionamento daquela comunidade. Conselheiro passou por muitas regiões da Bahia, entre as quais estavam: Inhambupe, Tucano, Soure, Ribeira do Pau Grande (hoje Ribeira do Amparo), Bom Conselho (atual Cícero Dantas), Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Conde, Monte Santo, Massacará, Chorrochó (SILVA, 1995, p. 55-61). Esse panorama ajuda a compreender um pouco a multiplicidade da população que migrou para o vilarejo.

## **ATINGINDO OS LATIFÚNDIOS**

Um ponto, fundamental, a se destacar é que o povoado conselheirista estava inserido na zona de influência político-econômica de Cícero Dantas Martins. Nascido na fazenda do Caritá, em Jeremoabo, ficou mais conhecido por seu título, barão de Jeremoabo, que recebera em 1880 em virtude de ter fundado junto com seu sogro e seu cunhado a primeira usina canavieira baiana. Casou-se com Mariana da Costa Pinto, de tradicionalíssima família do Recôncavo, passando a ser senhor de gado e de cana na região. Contudo, foi em Jeremoabo onde nasceu, Bom Conselho (vilarejo onde atualmente está localizada a cidade de Cícero Dantas), onde veio a falecer e por cuja razão depois mudou o nome do município para Cícero Dantas e Itapicuru suas principais áreas de controle (MEDRADO, 2008, p. 24-25).

A família do barão iniciou a construção de seus domínios no século XVIII. Consolidou-se juntamente com o alvorecer do Império brasileiro, tornou-se uma das famílias mais importantes, se não a mais importante da Bahia, exercendo seu poder na província e em âmbito nacional (DANTAS apud: NEVES, 2011, p. 316). Acerca da região de Itapicuru, Dantas (2007, p. 325-357) observa que, nas últimas décadas do século XIX, ocorrera um aumento do controle das áreas mais férteis por parte dos grandes fazendeiros, o que tornava a vida da população pobre cada vez mais difícil. Dentre esses fazendeiros, um dos que mais investiu em compras de novas propriedades foi Cícero Dantas Martins, conforme a autora, foram investidos em novos terrenos ao

todo 23.748\$000 (vinte e três contos e setecentos e quarenta e oito mil réis). Vale ressaltar que a quantia aqui citada se refere somente ao tabelionato de Itapicuru.

Ainda à época do domínio dos Dantas, a terra ganhou maior importância e se valorizou consideravelmente, já que o controle da mesma significava conseqüentemente ter maior domínio sobre a população livre. Isso era conseqüência da abolição do tráfico, que encareceu o preço dos cativos, mas a mão de obra servil não desapareceu totalmente, apesar da sua diminuição, o que fez desenvolver uma relação entre livres e escravos nas atividades das fazendas (DANTAS, 2007, p. 121-139). A região dispunha de incrível diversidade social e econômica, tendo em seu território engenhos de açúcar, localizados estrategicamente ao longo dos rios; fazendas de gado; engenhocas de rapadura; casas de farinha e uma série de roças. O trabalho nas diversas propriedades era feito, até meados do século, por homens livres, libertos e também escravos (DANTAS, 2011, p. 317).

Era nessas grandes fazendas que a população baiana mais humilde procurava trabalho, geralmente como vaqueiros ou disponibilizando a força de trabalho em troca de se utilizar de uma pequena porção de terra para fazer suas roças destinadas à sobrevivência. Percebe-se, então, a dificuldade que os coronéis começaram a sofrer com a debandada em massa das pessoas para Belo Monte, agravando a escassez de mão de obra essencial ao funcionamento de suas fazendas. Pela observação desses aspectos, entende-se que o arraial cresceu em meio a um seio oligárquico poderosíssimo. Quando as prédicas de Conselheiro começaram a se espalhar sertão adentro personificando-se nas necessidades do pobre nordestino da época, as pessoas agruparam-se em torno do discurso do peregrino cearense, acreditando que ele poderia libertá-las da situação de extrema pobreza mudaram-se em massa para Belo Monte.

Para tentar sanar o problema, conforme mensagem apresentada a câmara legislativa da Bahia pelo governador Luiz Vianna, o Estado desenvolveu um programa imigratório, o qual trazia trabalhadores italianos, mas os europeus preferiam partir para os Estados do Sul, onde o clima era mais ameno do que o do Nordeste e se parecia mais com a atmosfera fria da Europa. O governo acreditava que os trabalhadores viriam com mais facilidade depois que o imigrante encontrasse dificuldade para gozar de uma subsistência fácil e o valor das terras não lhes deixassem margem para serem proprietários devido ao seu altíssimo custo.

Porquanto, os governantes começaram a conceder lotes de terras, porém essa cessão seria inalienável, ou seja, os terrenos não poderiam ser comercializados. Além

disso, a insuficiência de trabalhadores nos grandes latifúndios baianos era potencializada pelo êxodo de sertanejos, que fugiam das secas, das epidemias e da fome; esses migravam para outras regiões, tais como, o Sul e o Sudeste do país. As grandes fazendas absorviam a força de trabalho dos que ficavam, esses não tinham muitas alternativas a não ser trabalharem para seu sustento. Os políticos locais começaram a atacar o movimento, desqualificando-o, utilizando-se de todos os meios que dispunham para jogar a população contra Canudos.

Antonio Conselheiro, sr. presidente, começou sua propaganda, fazendo levantar cemitérios e construir capellas para fazer suas orações [...] a sua ocupação predilecta era rezar bemsditos e carregar pedras para as construções que elle projectara. Entretanto, depois do advento da República, começaram a se desenvolver no espirito de Antonio Conselheiro desejos differentes daquelles que se notavam até então. [...] A sua propaganda, no grupo que o acompanha, é contra a instituição republicana, instituição diz ele, de demônios, que é preciso extinguir (ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS DA BAHIA, 1894, p. 105).

Percebe-se, na fala pronunciada na Câmara de Deputados, que, no começo de sua peregrinação, Conselheiro era tolerado, porque construía cemitérios e estabelecimentos religiosos, os quais o governo não estava fornecendo. Todavia, isso somente ocorreu no período monárquico, quando o sistema mudou para o republicano, ele começou a atacá-lo dizendo que a República era demoníaca fora dos preceitos de Deus. Fica evidente a ideia de ligar a figura de Conselheiro a de um agente da desordem, que queria destruir as instituições políticas vigentes, esse discurso foi fundamental para a mobilização nacional contra a população de Belo Monte.

A população campesina abandonada e excluída dos quadros institucionais por sua vez aderiu aos líderes religiosos e aos grupos de cangaço. Canudos, como já citado, se ligava mais ao primeiro movimento, que era visto como anárquico e desestabilizador da ordem pública. A República, por sua vez, vigiava e punia ferozmente tais movimentos com todos os instrumentos coercitivos de que dispunha, ou seja, os sertanejos deveriam ser parados o quanto antes.

Por todos esses aspectos conclui-se que os conselheiristas formaram seu arraial com o intuito de resistirem aos descasos cometidos no semiárido nordestino, quebrando com a hipótese de que as populações iletradas, sem poder financeiro, não tinham como lutar por uma melhoria de vida. Por isso, é que, na comunidade aqui analisada, os frutos do trabalho eram divididos por igual. Canudos tem como uma das consequências para

seu surgimento as arbitrariedades dos líderes locais, as pessoas estavam cansadas com os desmandos e criavam mecanismos de defesa.

## **RESISTÊNCIA SERTANEJA**

As pessoas saíam rumo ao vilarejo conselheirista com o objetivo de se desvencilhar do subjugo dos coronéis sendo um dos meios de sobrevivência e resistência. Mesmo em um ambiente inóspito, as pessoas mais pobres sabiam que deviam manter relações com outros indivíduos, sendo elas verticais ou horizontais. Essas advinham dos laços criados nas feiras livres citadas anteriormente. Agora abordaremos algumas relações verticais, analisando assim os mecanismos dos nordestinos em lutarem por melhores condições de vida.

Com o intuito de amenizar os pesares diários, as pessoas mais pobres recorriam ao apadrinhamento dos filhos por um fazendeiro da região, o que caracterizava uma relação vertical, mesmo que para isso o trabalhador tenha que se sujeitar ao desmando. Contudo, vemos uma diferença aqui: uma coisa é você ser oprimido sem ter consciência disso, situação bastante recorrente, outra totalmente diferente é você dar a entender que é fiel a um homem de posses para tirar proveito da situação, o que também acontecia.

Conforme Dantas (2007, p. 369-371), as relações verticais são compreensíveis e perfeitamente cabíveis quando entendemos a conjuntura política do semiárido baiano do século XIX, por exemplo, a polícia, a justiça, as instituições governamentais em geral estavam subordinadas aos grandes fazendeiros, já que muitos dos cargos eram nomeados pelos políticos locais. Então se um camponês está insatisfeito com um coronel pode recorrer ao domínio de um coronel rival, obviamente, esse lhe dará todo o seu apoio, visto que estará minando a força de um político rival. Portanto, nesse ponto é perceptível uma tática muito utilizada por vários trabalhadores que percorriam os sertões, pode ser que os camponeses realmente não percebessem toda a complexidade política, porém compreendiam muito bem seu cotidiano e dificuldades enfrentadas.

A passagem de beatos por várias vilas estimulava o deslocamento das populações, que os seguiam, auxiliando nas construções de igrejas, capelas, cemitérios e etc.; dessa maneira, transitavam por vastas áreas encontrando-se com milhares de outras pessoas. Exemplo desse deslocamento foi Antônio Conselheiro e seu séquito mencionado anteriormente. Essa ajuda mútua tornou-se mais essencial com o crescente domínio sobre as terras produtivas pela minoria abastada, isso é, as pessoas que não

tinham um pedacinho de terra, uma casa própria ou bens que os ligassem a determinada propriedade não teriam muita dificuldade para largar tudo.

Desconsiderar os mecanismos encontrados pelos nordestinos para melhorarem suas vidas é o mesmo que dizer que somente a elite estava apta a reger as regras de convivência, excluindo e animalizando o sertanejo à mera ferramenta de trabalho braçal. Essa animalização abria precedentes para sua exploração além de nos deixar uma herança funesta de preconceito contra os nordestinos. Aliás, era assim que muitos latifundiários baianos pensavam, ao criarem o jogo político, eles desconsideravam as aflições da maioria da população, criando a ideia de que o sertanejo nunca se libertaria de sua situação desvantajosa.

Essa questão do preconceito se consolidou com o passar dos anos muito pelo formato de se escrever a própria história de Canudos, uma vez que a comunidade foi totalmente destruída, fazendo com que poucas pessoas que viveram no povoado pudessem dar sua versão dos fatos, é tanto que as fontes aqui utilizadas são todas escritas por senhores de terras que combatiam o vilarejo, as mesmas são riquíssimas em muitos detalhes, porém sempre se tomou o cuidado de não simplesmente reproduzi-las, mas contextualiza-las. Buscou-se uma mudança de perspectiva de não se ver a história simplesmente pelo olhar do vencedor.

Sendo assim, as estratégias que os sertanejos utilizavam com o intuito de ter pequenas vantagens, tais como um pequeno pedaço de terra onde poderiam cultivar alimentos, criar animais de pequeno porte, devem ser consideradas, porquanto é evidente que, ao sair de um local, não iriam a outro que não lhes dessem melhores condições de vida. Esse pensamento não descaracteriza o sistema coronelista, porém mostra que as pessoas pensavam em maneiras de se desprender do mandonismo local. Lógico que nem todos usavam essa saída, mas também não podemos generalizar que todos estavam alienados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A peregrinação de Conselheiro por múltiplos municípios fez com que tomasse contato com a realidade dos sertanejos com suas vidas incertas devido à intolerância dos coronéis latifundiários, o beato se deu conta que muita coisa estava errada e que a população tinha como modificá-la (MONIZ, 1978, p. 23). Sendo assim, a obra mais significativa dos conselheiristas foi a edificação de uma sociedade igualitária, o povo do

sertão se uniu contra a miséria, a fome e a opressão que sofria de todos os lados. Do ponto de vista sertanejo, Canudos parecia ser uma utopia, possível, no entanto, de ser implantada, para a classe dominante, o movimento social que se alastrava pelo semiárido baiano era um plano irrealizável e um devaneio perigoso aos seus interesses.

Por isso, seu crescimento era espantoso, tornando-se rapidamente em um dos lugares com maior população da Bahia. Em um único dia, as casas de taipa se multiplicavam às dezenas. A educação, que somente era disponibilizada às pessoas de posses, em Belo Monte era disponível a todas as crianças que deveriam aprender a ler e escrever. As notícias da nova localidade desvinculada das autoridades civis e políticas proliferavam pelo sertão como fogo na vegetação seca da caatinga, a esperança longínqua de uma vida menos sofrida tornava-se palpável, o futuro esperançoso transformava-se em um presente real (MONIZ, 1978, p. 41-43).

Ou seja, ao desempenhar esse sistema de produção igualitária, a sociedade canudense dispensou todo e qualquer tipo de exploração do trabalho alheio. Ademais, forneceu a todos os seus habitantes o meio de produção: a terra. Segundo Moniz (1978, p. 162-180), ao edificar as bases de um ideário sem propriedade privada, Antônio Conselheiro e seus adeptos sabiam que cedo ou tarde seriam confrontados pelas autoridades locais, porquanto da escolha da região para construir seu vilarejo rodeado de encostas que serviam de obstáculos naturais, no meio da caatinga onde os caminhos que levavam a localidade eram todos acidentados, arenosos e estéreis com profundas depressões, cheios de espinhos das macambiras, agravado pela escassez de fontes d'água.

Assim toda a extensão territorial que os circundavam servia de proteção permanente, os moradores da povoação conheciam o ambiente e tiravam proveito do mesmo, usando de técnicas para sobreviverem ao clima hostil da região. Suas roupas, sandálias, chapéus já eram adaptados à vegetação nativa. Embora o povoado estivesse estrategicamente escondido entre um complexo de morros, possuía uma rede de caminhos que o ligava a diversas regiões da Bahia. O vilarejo era uma espécie de entroncamento por onde passavam estradas de Jeremoabo, Uauá, Cambaio, Rosário, Chorrochó e Curral dos Bois, contando assim com permanente circulação de mascates que o abastecia (ATAÍDE, 1995, p. 68).

De repente, a classe dominante viu emergir da cultura sertaneja um movimento social que tomava as rédeas de seu processo histórico, subvertendo a ordem oligárquica baiana, ameaçando desagregar as relações de produção no interior do Estado. Esse fato

colocou em risco o *status quo*, desencadeando o processo repressivo que resultou no fim da utopia conselheirista (ATAÍDE, 1995, p. 4). O sertanejo calejado dos castigos da seca, dos maus tratos dos poderosos queria sim um lugar para se refugiar, para viver em paz, trabalhando para seu sustento e de seus filhos. Antônio Vicente Mendes Maciel apareceu com ideias, que eram compartilhadas por seus conterrâneos nordestinos, sua influência foi grande no desenrolar dos fatos.

Não obstante as populações dos grandes centros desconheciam Canudos e sua luta. Na Rua São José, esquina do Largo da Carioca, Rio de Janeiro, uma mulher anônima chegou a uma banca de jornal e pediu o periódico que falava do homem que lutava lá fora; a mesma, possivelmente, ouviu boatos do tal Messias. O homem que “lutava lá fora” era Antônio Conselheiro, contudo a problemática que surge é: fora de quê? Provavelmente fora do círculo de convivência dela que morava na Capital Federal, provavelmente fora da “civilização”, à margem da sociedade, ou seja, lá fora no sertão esquecido (Gazeta de Notícias, 1897, p. 1).

Para alguns, Conselheiro entrou para a história como um falso pregador e louco, que tentou derrubar a República. Para outros, tronou-se uma figura benevolente, que quis dar aos sertanejos melhores condições de vida, algo que o Estado não proporcionava. De acordo com Moniz (1978, p. 212-220), tanto o líder religioso de Belo Monte quanto seus seguidores estavam dispostos a lutarem pela autonomia do povoado, pela preservação de suas terras e de seus bens. Para eles, o arraial não era uma utopia ideal, longe disso, mas era uma utopia realizável.

## REFERÊNCIAS

PROCLAMAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO. *A Federação*, Porto Alegre, 18 de nov. de 1889. nº 263. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=5079> . Acesso em: 07 mar. 2021.

Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federativo da Bahia sessões do anno de 1894, volume II, 13 – Praça do Commercio – 13, 33ª Sessão Ordinária, 19 de maio de 1894. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=236586&pasta=ano%20189&pe sq=> . Acesso em: 11 fev. 2021.

ATAÍDE, Y. D. B. de. Centenário de Bello Monte (Canudos, 1893-1897). *Revista FAEEBA*, nº esp. (Canudos), 2ª ed., p. 3-4, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/27538197/ediaao-especial-uneb> . Acesso em: 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Império do Bello Monte: Alguns aspectos da sua vida cotidiana (Canudos 1893- 1897). *Revista FAEBA*, nº esp. (Canudos), 2ª ed., p. 63-81, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/27538197/ediaao-especial-uneb> . Acesso em: 27 jun. 2021.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Fapesp, 2007.

\_\_\_\_\_. O “Sertão do Conselheiro”: Dinâmica social e transformações econômicas na comarca de Itapicuru (Século XIX) In: NEVES, E. F. (Org.). *Os Sertões da Bahia*. Salvador: Ed. Arcádia. 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/21730858/O\\_sert%C3%A3o\\_do\\_Conselheiro\\_din%C3%A2mica\\_social\\_e\\_transforma%C3%A7%C3%B5es\\_econ%C3%B4micas\\_na\\_comarca\\_de\\_Itapicuru\\_s%C3%A9culo\\_XIX\\_The\\_Conselheiro\\_s\\_backland\\_social\\_dynamics\\_and\\_economical\\_tranformations\\_in\\_19th\\_Century\\_Bahia](https://www.academia.edu/21730858/O_sert%C3%A3o_do_Conselheiro_din%C3%A2mica_social_e_transforma%C3%A7%C3%B5es_econ%C3%B4micas_na_comarca_de_Itapicuru_s%C3%A9culo_XIX_The_Conselheiro_s_backland_social_dynamics_and_economical_tranformations_in_19th_Century_Bahia) . Acesso em: 21 jun. 2021.

A SEMANA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de fev. de 1897. nº 45. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_03&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=15763](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=15763) . Acesso em: 14 mar. 2021.

*Guerra de Canudos*. [Filme-vídeo]. Produção de José Wilker e Mariza Leão, direção de Sérgio Rezende. Rio de Janeiro, Morena Filmes, 1997. 1 DVD/ROM (169 min). Color. Son. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7Io0E> . Acesso em: 24 jun. 2021.

MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo: Nacional, 1978. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/quebra-quilos-lutas-sociais-no-outono-do-imperio> . Acesso em: 21 jun. 2021.

MEDRADO, Joana. “*Terra, laço e moirão*”: *relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900)* 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279450/1/Medrado\\_Joana\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279450/1/Medrado_Joana_M.pdf) . Acesso em: 07 mar. 2021.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *A guerra total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

MILTON, Aristides Augusto. *A Campanha de Canudos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1070> . Acesso em: 22 jun. 2021.

MONIZ, Edmundo. *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. 1978.

*Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*. Direção e Roteiro de Antônio Olavo. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 1993. 1 videocassete (78 min): son; color; 12 mm. VHS NTSC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4rnFi9auXYE&t=251s>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – 1892 a 1930 Mensagem Apresentada à Assembléa Geral pelo Exm. Sr. Dr. Luiz Vianna Governador da Bahia, 55 – Praça Castro Alves – 55, 7 de abr. de 1900. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227419>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. *A arte e a arquitetura religiosa do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro*. 2011. 258 f. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9823>. Acesso em 07 fev. 2021.

SILVA, José Calasans Brandão da. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

\_\_\_\_\_. O Séquito de Antônio Conselheiro. *Revista FAEEBA*, nº esp. (Canudos), 2ª ed., p. 55-61, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/27538197/ediao-especial-uneb>. Acesso em: 27 jun. 2021.

# UM MANUSCRITO APÓCRIFO: A GUERRA DE CANUDOS SEGUNDO MOREIRA DE AZEVEDO

*Marcos Roberto Brito dos Santos<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo analisa o manuscrito *A vitória de Canudos* de Manuel Duarte Moreira de Azevedo dentro do contexto das prescrições metodológicas da escrita da história no século XIX. Desta forma, buscou-se levantar as condições de produção do manuscrito – atentando para o lugar de fala do seu autor, em especial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – a concepção de história a ele subjacente e as intenções explícitas e implícitas do autor ao redigí-lo. Como resultado, identifica-se uma historiografia oficialista, pedagógica e comprometida com o ideal de nação, além de pretensamente isenta de partidarismo e ideologia.

**Palavras-chave:** Guerra de Canudos; Historiografia; IHGB; Moreira de Azevedo.

**Abstract:** The article analyzes the manuscript *The victory of Canudos* by Manuel Duarte Moreira de Azevedo within the context of the methodological prescriptions of writing history in the 19th century. In this way, it was sought to raise the conditions of production of the manuscript - paying attention to the place of speech of its author, in particular, the Brazilian Historical and Geographical Institute - the conception of history underlying it and the explicit and implicit intentions of the author to write it. As a result, an official historiography, pedagogical and committed to the ideal of a nation, as well as supposedly free from partisanship and ideology, is identified.

**Keywords:** War of Canudos; Historiography; IHGB; Moreira de Azevedo.

## 1. INTRODUÇÃO

Há cerca de dois anos, quando iniciava pesquisas sobre a Guerra de Canudos, ao realizar buscas de fontes históricas nos arquivos online da Biblioteca Nacional, deparei-me com uma referência à existência de um manuscrito produzido por Manoel Duarte Moreira de Azevedo, depositado naquela instituição pelo seu autor ainda em 1898, quase um ano após o fim da guerra, e que aparentava não ter sido publicado nem em periódicos, nem como opúsculo ou em outras obras dedicadas aos escritos sobre este acontecimento histórico. Um aprofundamento nas investigações sobre o panfleto confirmou esta suspeita, e após alguns esforços, tive enfim acesso ao documento.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Seu autor, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, foi um renomado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na revista desta entidade, publicou uma série de trabalhos, entre memórias históricas, notícias históricas, biografias, relatórios, entre outros. Também foi autor de diversos livros, frutos de suas pesquisas, e de algumas publicações de cunho didáticos. Moreira de Azevedo contribuiu ainda com periódicos que circularam no Rio de Janeiro nos arredores da segunda metade do século XIX.

Assim, pretendeu-se na pesquisa, que ora apresentamos os resultados, levantar as condições de produção da interpretação da guerra proposta por Moreira de Azevedo em seu manuscrito, compreendendo-o dentro do lugar social de onde fala seu elaborador – sobretudo no contexto das “historiografias” e narrativas produzidas pelo IHGB. Assim, as questões que se impuseram como norte para a realização da pesquisa foram as seguintes: qual a história deste manuscrito? Quando, onde e por quem foi produzido? Qual a formação intelectual do seu autor, e onde podemos situar a obra especificamente estudada, dentro do contexto geral de sua produção intelectual? Qual a intenção explícita e implícita do autor ao produzir o texto? Qual a proposta de interpretação do evento histórico presente no manuscrito, as principais ideias do autor e a concepção de história que norteia a sua narrativa?

Antes, porém, de dar continuidade à exposição na tentativa de responder, ainda que parcialmente, a essas perguntas, gostaria de um breve esclarecimento do uso do termo apócrifo no título do trabalho. O termo surgiu quase naturalmente diante da situação marginal do texto e do entendimento que normalmente temos da expressão em seu uso no senso comum. Mas ele tem um significado próprio dentro da teologia cristã, de onde deriva, que vale a pena aqui precisar.

A palavra apócrifo tem procedência no grego antigo ἀπόκρυφος ou apokrýtô, significando em sua origem algo que se encontra oculto, por sua preciosidade ou por conter ensinamento secreto. Segundo Tamayo (2009, p. 27), “rapidamente, no entanto, e precisamente porque tais livros eram utilizados por grupos mais ou menos separados da grande Igreja, o vocábulo apócrifo adquiriu o sentido de ‘espúrio’ ou ‘falso’”. Aproximou-se, neste momento, da acepção atualmente difundida que o contrapõe a canonicidade de outros escritos, aceitos como inspirados. Assim, o texto apócrifo ganha o estatuto de não legítimo, marginal pela sua não canonicidade, dissidente, devido a sua heterodoxia, composição e utilização por indivíduos ou seitas consideradas hereges.

O seu uso neste trabalho remete a concepção de algo oculto, excluído e não canônico, sem o aspecto valorativo que prevalece ainda hoje no senso comum de uma obra ilegítima ou inautêntica. Claro deve ficar também que se trata de uma analogia, um recurso literário, ao comparar o cânon religioso ao rol dos textos produzidos em fins do século XIX e início do XX que trataram da Guerra de Canudos, e que foram reconhecidos ao longo do tempo como obras clássicas sobre o tema. Nossa intenção, ainda, não é inserir o manuscrito de Moreira de Azevedo neste cânon de obras clássicas, retirando-o do limbo historiográfico, ao dar a ele uma importância que talvez ele não tenha, menos ainda o de sacralizá-lo como interpretação válida dos acontecimentos.

Mas, voltando à questão da utilização do termo, podemos, conforme aceção que adotamos, dizer que o manuscrito é apócrifo por dois motivos. Em primeiro lugar, pela sua marginalidade em relação aos demais escritos sobre a Guerra de Canudos produzidos à época. “A Victoria de Canudos: Memoria Historica”, manuscrito datado de 5 de setembro de 1898 – ou seja, finalizado a exatos onze meses do término da sangrenta guerra ocorrida no sertão da Bahia, e que se propõe a narrar parte deste acontecimento – teve um destino pouco provável, considerando o prestígio de seu autor. Oferecido à Biblioteca Nacional pelo próprio Moreira de Azevedo em 17 de setembro do mesmo ano, o texto não obteve publicação, nem passou a figurar entre as obras de referência produzidas nos anos que imediatamente sucederam à guerra, ficando quase que esquecido pelos estudiosos nos arquivos desta instituição. Em segundo lugar, o manuscrito pode ser considerado um escrito apócrifo dentro do próprio conjunto da obra produzida por Moreira de Azevedo. Poucos são os trabalhos dedicados à obra deste escritor. Em nenhum daqueles por nós levantados, inclusive os que buscaram elencar sua produção historiográfica e literária, foi encontrado alusão ao texto sobre a Guerra de Canudos. O manuscrito ficou praticamente desconhecido pelo público e pela academia.

## **2. MOREIRA DE AZEVEDO E O INSTITUTO HISTÓRICO**

### **2.1. Manuel Duarte Moreira de Azevedo**

Da mesma forma, existem poucos trabalhos que tratam da biografia ou das obras de Moreira de Azevedo, principalmente quando ponderamos relativamente o mérito do autor, do ponto de vista quantitativo, para a produção historiográfica dos oitocentos.

Segundo Sacramento Blake (1900, p. 61), seu contemporâneo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo nasceu em 7 de julho de 1832 na vila de Itaborahy do Rio de Janeiro. Formado Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II e doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, atuou como médico adjunto voluntário do corpo policial da corte até 1863, quando foi nomeado, após concurso, professor de História Antiga e Moderna do Colégio Pedro II. Posteriormente, passou à cadeira de História Universal do internato desta mesma instituição de ensino. Publicou livros como “Compêndio de História Antiga” (1864); “Homens do passado: crônica dos séculos XVIII e XIX” (1875); “O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades” (1877); “História pátria: o Brasil de 1831 a 1840” (1884), entre outros, alguns deles utilizados como livros didáticos no período. Contribuiu com os periódicos “A Marmota”, “O Espelho”, “O Conservador”, “Jornal da Família” e “A Pátria”. Foi membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro - IHGB, do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, do Instituto Historico de Goyana, do Instituto Academico, do Retiro Litterario e da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, fazendo ainda parte do Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do município neutro.

Admitido como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, em 5 de dezembro de 1862, na 15ª sessão ordinária da entidade naquele ano<sup>2</sup> (REVISTA, 1973, p. 699), Moreira de Azevedo tornou-se posteriormente sócio efetivo e um dos membros mais atuantes e dedicados, exercendo o cargo de primeiro-secretário da entidade entre os anos de 1881-1885. Como um dos historiadores mais proeminentes do IHGB, na revista da instituição, publicou uma gama de trabalhos de cunho historiográficos e memorialísticos. Segundo Guimarães (2011, p. 149), “em termos quantitativos, foi o autor mais divulgado pelo periódico do Instituto”.

É o mesmo Sacramento Blake (1900, p. 61-63), em seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, publicado ainda antes do falecimento de Moreira de Azevedo, quem elenca 41 obras deste autor, sendo 31 delas relativas a trabalhos que envolvem pesquisa histórica. Já Innocencio Francisco da Silva, no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1893, p. 176-177), em lista não exaustiva, menciona 18 trabalhos históricos de Moreira

---

2 Naquele mesmo ano de 1862, foi também admitido como sócio correspondente do IHGB, outra personalidade de grande impacto na historiografia de Canudos, pela influência de seus escritos sobre Antonio Conselheiro. Trata-se de João Brígido dos Santos, memorialista e cronista, membro atuante no Instituto (Histórico) do Ceará, e que teria sido amigo de infância de Antonio Conselheiro. Cf. p. 765 da mesma edição da Revista Trimestral do IHGB.

de Azevedo, sendo que dois deles não constam na relação apresentada por Sacramento Blake. É óbvio que entre os trabalhos enumerados não poderia constar “A Victoria de Canudos: memória histórica”, na medida em que se trata de escrito elaborado posteriormente à edição dos dicionários citados. Entretanto, mesmo no único trabalho recente (um artigo) que encontramos abordando a produção historiográfica de Moreira de Azevedo de maneira panorâmica, não há referência ao manuscrito sobre a Guerra de Canudos. Neste artigo, escrito para os Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Gonçalves e Albuquerque (2017) inventariaram as obras de Moreira de Azevedo anteriores a sua entrada no IHGB e àquelas publicadas na revista desta entidade, posteriores a sua entrada. Esta listagem está, porém, certamente subestimada, ao negligenciar, por exemplo, o seu “Pequeno Panorama do Rio de Janeiro”, cujos primeiro e segundo volumes foram publicados em 1861 e 1862, respectivamente, como consta na nota biográfica de sua admissão no IHGB. Abaixo, apresentamos tabela com dados sistematizados a partir do trabalho das autoras.

GÊNERO	Antes de 1862	1862-1869	1870-1879	1880-1889	1890-1900	Total
Obras Literárias	6	1	1	0	0	8
Biografias	15	0	5	2	1	23
Memórias Históricas	0	2	8	4	3	17
Noticias Históricas	0	2	0	1	0	3
Relatórios	0	0	0	5	1	6
Índices	0	0	0	2	0	2
Catálogo	0	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	21	5	14	15	5	60

Figura 1: Quantidades de Obras produzidas por Moreira de Azevedo, segundo Gonçalves e Albuquerque, por gênero literário e por período.

Guimarães em “Debaixo da Imediata Proteção Imperial” – ao estudar a memória nacional produzida pelo IHGB entre 1838, ano de sua fundação, e 1889, ano da Proclamação da República – assinala a pouca relevância dada a Moreira de Azevedo e mais dois importantes membros do instituto nos compêndios de historiografia. Segunda ela, estes membros do IHGB

Fazem parte dos chamados ‘autores menores’, e as informações sobre sua produção são encontradas com maior frequência em obras de literatura, do que em livros de história da história do Brasil. No entanto, foram os sócios que tiveram o maior número de ‘memórias históricas’ divulgadas pela *Revista*. Para se ter uma ideia, das noventa e duas monografias editadas no período 1838-1889, eles assinaram

trinta e sete, o que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% do total publicado. Do conjunto, Fernandes Pinheiro contribuiu com 15 textos, **Moreira de Azevedo com 17**, e Alencar Araripe com 5, no período estudado (2011, p. 146).

Moreira de Azevedo morreu em 8 de abril de 1903, aos 71 anos no Rio de Janeiro, já como sócio honorário do Instituto, sendo comunicado, com pesar, seu falecimento na 4ª sessão ordinária do IHGB em 24 de abril daquele ano (REVISTA, 1903, p. 142).

## **2.2. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasce em fins de 1838 como lugar de excelência para produção de uma história nacional. Na falta de uma identidade nacional e dentro de um contexto de recente independência política do país, constante ameaça de fragmentação do território e de revolta popular, testemunhada pelas chamadas “rebeliões regenciais”, a instituição surge como parte de um projeto de construção e legitimação do Império Brasileiro. Sua finalidade mais fundamental foi a de produzir uma *retórica da nacionalidade* capaz de ser “utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, igual origem e identidade” (CEZAR, 2018, p. 20).

Tendo como pressuposto o que afirma Janotti, de que a mensagem de uma obra ou seu estilo são “o resultado do pensamento de um ou mais grupos sobre a realidade vivida”, comportando nela “o conjunto dinâmico das relações sociais, nem sempre conscientes para seu próprio criador” (2018, p. 120), e o conceito de cultura histórica, conforme entendido por Monteiro, que a define como “as concepções acerca da história de um conjunto de autores que apresentam, num determinado período, acima das suas características particulares (...), uma unidade ou centralidade nos temas escolhidos e no tratamento destes temas em sua produção historiográfica” (1994, p. 164), podemos identificar o IHGB como o ambiente intelectual e social mais importante para entender o contexto de escrita da história realizada por Moreira de Azevedo, e este, como um dos “guardiões da história oficial”, conforme expressão cunhada por Schwarcz. Segundo esta última autora, o IHGB como corpo social, cumpria o papel conjunto de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos

buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (1993, p. 129).

Entendendo a produção historiográfica de Moreira de Azevedo neste contexto maior, não queremos negar, contudo, as singularidades e peculiaridades da escrita da história de cada um dos membros da instituição. As influências das diversas correntes e práticas historiográficas do período, como o romantismo, o historicismo, a erudição e a escola metódica, bem como os usos e influência dos ‘antigos’ (ou seja, da historiografia greco-romana clássica), é objeto de polêmica e de posições muitas vezes divergentes entre os historiadores atuais, podendo igualmente estas influências aparecerem de maneira mais ou menos perceptível a depender do membro do IHGB que estamos focalizando. Podemos, entretanto, identificar um padrão que caracteriza, de forma mais geral, o projeto de escrita da história do IHGB, dos quais destacamos os seguintes elementos:

1. Como anteriormente descrito, a construção de uma história comprometida com o ideal de nação, que encontrará no léxico do IHGB e da historiografia do século XIX a denominação de “história-pátria”, e que atinge seu auge programático na historiografia romântica europeia da primeira metade do século XIX.

2. Produção de uma narrativa que tinha como objetivo fixar os fatos memoráveis da nação e os feitos dos seus grandes homens, arrancando do esquecimento e levando à glória os nomes dos varões ilustres servidores da pátria, de forma a instruir as novas gerações com os seus exemplos e lições (função magisterial, moralizadora e pedagógica da História). Este elemento encontra suas raízes mais diretas na concepção iluminista da Revolução Francesa e na criação do Panteão Nacional de Paris, com seu culto aos heróis, célebres personalidades da história francesa. No IHGB, a biografia foi um gênero dos mais desenvolvidos entre os membros, materializando-se principalmente, mas não somente, na seção da Revista Trimestral do IHGB dedicada à “biografia de brasileiros distintos, por letras, armas e virtudes”. Na Revista, e em especial nesta seção, Moreira de Azevedo foi um importante colaborador com a produção de vários escritos biográficos.

3. A função de coligir, arquivar, organizar e publicar documentos, fixado no tão citado artigo 1º do Estatuto do IHGB, cujas raízes remontam à erudição dos séculos XVII e XVIII, mas que irá se intensificar no século XIX com a acumulação de documentos promovidas pela pesquisa erudita, com a formação de entidades a isso dedicadas e a criação de coleções catalogadas de fontes, em especial na França e

Alemanha, de onde esta tendência se propaga para outros países, inclusive fora da Europa. A acumulação primitiva de fontes era compreendida na época como um requisito para a produção de uma “história filosófica” da nação, mais geral e explicativa, à maneira de boa parte dos programas das correntes historiográficas da época. Com disse Carbonell, “no século XIX, Clio ceifa e enceleira” (1981, p. 98).

4. A intenção manifesta de uma produção historiográfica científica, caracterizada pela neutralidade, isenção e distanciamento das ingerências políticas, morais e religiosas, dos interesses sectários e das parcialidades, projeto expresso significativamente na célebre frase do historicismo rankeano de *descrever os fatos tal como aconteceram*, o que obviamente não se identifica na prática concreta da escrita da história por seus membros, onde se distingue a imersão nas disputas políticas e nos interesses sociais do período, subjacente à produção.

5. O propósito de elaborar uma história metodologicamente crítica, orientada racionalmente.

Sobre este último ponto, Langlois e Seignobos, em sua clássica *Introdução aos Estudos Históricos*, cuja primeira edição francesa fora publicada em 1897, ano da Guerra de Canudos, nos dá uma boa indicação de como, mesmo na Europa daquela época, a grande parte da produção historiográfica ainda não assumira o rigor metodológico que normalmente a ela se atribui, recorrendo a processos instintivos e práticos, mais do que racionais, como muitas vezes parece pressupormos quando falamos da escrita da história no século XIX. Afirma os autores: “(...) parece uma observação incontestavelmente exata a de que, do ponto de vista do método, quase todos os historiadores modernos são autodidatas, formados exclusivamente pela prática ou pela imitação de seus mestres (1946, p. 9)”.

Nos parece muito importante ter isso em vista quando falamos do IHGB, para não sobrestimarmos o caráter profissional, em geral, da escrita da história ali realizada pela maioria de seus membros durante o século XIX, e em especial, da produção historiográfica de Moreira de Azevedo. Entendemos que, se por um lado, a escrita da história no IHGB materializou a incorporação de protocolos renovados de elaboração historiográfica (procedimentos de pesquisa e formatação narrativa), também significou continuidade com a denominada “historiografia tradicional”, principalmente no que diz respeito a crítica deficiente das fontes históricas. Podemos afirmar que os membros do IHGB, embora consultassem obsessivamente os arquivos, exerciam pouco controle crítico sobre os documentos, que era o controle crítico possível à época, considerando o

grau de desenvolvimento da disciplina e o lugar social de elite dominante no qual partia os seus discursos.

No IHGB, o projeto de criticidade resumia-se ao intento por estabelecer os fatos “tal como aconteceram”, sem erros no que diz respeito a personagens, acontecimentos e datas, não havendo satisfatoriamente uma visão crítica das fontes que as entendessem como uma construção ideológica e/ou intencional, ou, em outras palavras, enquanto “monumentos”, o que só aconteceria mais tarde com o desenvolvimento do historicismo rumo a uma concepção relativista do próprio historiador na produção do conhecimento histórico. A concepção de história subjacente é, sem dúvida, a de que a narrativa geral emergiria quase naturalmente dos fatos apurados, desconsiderando as escolhas do historiador no processo de pesquisa, seu papel nas concatenações e composição da narrativa, bem como a ingerência de sua subjetividade na construção do próprio fato histórico. Mas há de se notar que nem mesmo a busca compulsiva pelo estabelecimento dos fatos verdadeiros e a abominação à inexatidão histórica eram suficientes para o sucesso do empreendimento, expondo muitas vezes o autor ao julgamento inquisitorial dos demais membros. O próprio Moreira de Azevedo passou por esta situação vexatória, como afirma Oliveira, ao relatar que o historiador Capistrano de Abreu, também membro do IHGB, ao comentar os trabalhos de Moreira de Azevedo escreve “que os apontamentos históricos do consórcio do Instituto poderiam contribuir para investigações futuras, mesmo que o autor ‘por inadvertência ou indolência, deixasse escapar inexatidões” (2011, p. 71-72). A crítica de Capistrano a Azevedo, ganhou tons ainda mais ásperos, como podemos encontrar no trabalho de Guimarães, onde se lê as seguintes palavras de Capistrano: “O Dr. Moreira de Azevedo, embora por si mesmo seja capaz de pouco, como operário pode ser aproveitável” (2011, p. 149).

A filiação clara de Moreira de Azevedo ao projeto e prática de escrita da história do IHGB pode ser percebida quando comparamos os elementos elencados acima, que, como entendemos, caracterizaram este projeto, com sua observação introdutória ao segundo volume do livro “O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades”, do ano de 1877:

Terminamos neste volume este nosso trabalho que nos absorveu seis annos de fadigas, investigações, difficuldades e vigílias.

Consultámos testemunhas antigas, cartorios, archivos e bibliothecas publicas e particulares e compulsámos monumentos históricos, chronicas antiquarias para obter noticias das cousas pátrias; fizemos amiudadas pesquisas, pacientes esforços, continuadas

indagações para colher o maior número de factos e noticias.e quem sabe como são pobres os nossos archivos, como se achão derramados os documentos (...) poderá avaliar a canceira, as aborridas horas que passámos a coligir noticias, averiguar datas, decifrar inscrições e fazer a concatenação de factos espalhados em milhares de documentos (...).

Procuramos ser exato e minucioso, não nos deixando arrebatado por invenções de imaginação e devaneios de poesia, sendo o nosso único fim dizer a verdade.

Os edificios públicos abrirão-nos seus archivos, e largo foi o cabedal de antigualhas que colhemos nas livrarias dos conventos, assim como de muitos indivíduos de avançada idade, testemunhas dos factos que nos referirão, ou conhecedores deles pelas tradições conservadas em família; mas para o leitor avaliar as fadigas que custão esta peregrinação em busca de antiguidades, diremos que algumas vezes encontrámos indiferença (...) ao ver-nos empenhados em obter esclarecimentos de factos amortalhados nas trevas do tempo; nada porém, desalentou-nos nem as largas pesquisas, as áridas investigações, os pesados dissabores, por que trabalhando por amor à pátria jamais fallecerão-nos o esforço e a perseverança.

(...).

Reconhecendo depois de tão penoso trabalho que sahira deficiente a primeira edição da nossa obra, emprehendemos segunda edição (...); verificámos de novo as datas e os factos, pois em trabalho de semelhante natureza deve haver muita verdade na exposição e muita certeza na chronologia; (...) incluimos novas biografias de artistas e cidadãos notáveis; (...).

Hoje entregamos nosso trabalho à pátria, e ella que inspirou-o, e recebeu-o com benevolência, deve perdoar as faltas e erros do autor que, apoucado de intelligencia, tudo fez por cumprir a penosa tarefa de que se incumbio, levado somente pelo desejo de perpetuar a lembrança de factos memoraveis, os nomes illustres de seus concidadãos, e tornar conhecida a cidade em que todos vivemos. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1877.

O IHGB era dotado de um caráter acentuadamente político, isto no sentido mais amplo da palavra. As relações de poder, ainda fortemente marcada por relações sociais tradicionais, dava o tom do ambiente de elite do instituto. Schuwarcz o considera como um “espaço marcado por uma teia de relações pessoais” (1993, p.133). Podemos identificar um pouco deste clima reinante na época, marcado por certo “clientelismo”, pelos favores entre os membros da elite, em uma carta de Moreira de Azevedo, datada de 31 de agosto de 1895 (ou seja, cerca de três anos antes da escrita de *A Victoria de Canudos*), ao engenheiro Paulo de Frontin, diretor da Companhia Melhoramentos do Brasil, futuramente diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897) e que, assim como Moreira de Azevedo, também se tornará membro honorário do IHGB (em 1921), categoria de membro reservada aqueles reconhecidos como de “consumado saber e distinta representação”:

Ilmo sr. Dr. Frontin  
Amigo e Sr.  
Rio 31 de Agosto de 1895

Estimarei que esteja de saúde, assim como sua ilustre família. Constando-me que existem duas vagas no escriptório da Companhia Melhoramentos do Brasil da qual é mui distinto amigo presidente, e outra vaga no escriptório da Companhia Minas Rio cujo presidente é o Dr. Cesario Alvim e tendo eu um neto, que é telegraphista da 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, mas que atormentado pelas contínuas pernoites deseja mudar de emprego, venho pedir a sua valiosa *protecção* em seu favor. Sei que é amigo do Cesario Alvim; assim quer em uma, quer em outra companhia se pudesse contemplar um neto seria um grande favor. Fiado na sua bondade, e contando com a sua valiosa protecção ousou escrever-lhe recordando-me sempre com muito estremecimento dos factos que tanto o honrão desde sua vida de estudante. Irei saber a resposta mas se por sua bondade quizer enviar qualquer recado pode dirigí-lo à nossa casa na rua Conselheiro Ferraz nº 1, Engenho Novo, onde tem sempre um dedicado amigo. Moreira de Azevedo (CARTA, 1895).

Ainda conforme Schwarcz, os “sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais”, o que contribuiu para que a produção científica sofresse “com todas as limitações de um tipo de estabelecimento que congregou lado a lado elite intelectual e elite econômica e financeira” (1993, p. 129; 131)

Já apresentamos anteriormente o fato da gênese do IHGB estar estritamente ligada aos interesses do Estado Imperial Brasileiro. Esta relação, entretanto, era tão íntima que o monarca Dom Pedro II, não apenas era membro do Instituto, com tinha presença constante não apenas nos encontros festivos, como nas reuniões ordinárias da entidade. É bem conhecida e corrente nos textos que tratam do IHGB, sua frase às vésperas do exílio: “O Instituto bem sabe que sou todo dele”. Incentivada, com fartos recursos financeiros e materiais pela monarquia brasileira, como bem expressou Lucia Maria Paschoal Oliveira, a entidade estava “debaixo da imediata proteção imperial”. Este vínculo iria se manter, mesmo após o fim do regime monárquico, bem simbolizada no episódio ocorrido na sessão de 29 de novembro de 1889, “quando assumindo a tribuna, em uma oração magistral e aplaudida de pé, [o General João Severiano da Fonseca], membro do IHGB e irmão do Marechal Deodoro da Fonseca, principal líder da conspiração republicana, que havia deposto o regime monárquico há cerca de 14 dias] solicita que a cadeira que ocupara o Imperador Pedro II, nas inúmeras sessões que estivera presente, permanecesse ocupada” (SILVA, 2008).



Figura 2: Diploma da admissão de membro efetivo do IHGB de João Severiano da Fonseca. Assina como secretário à época, Moreira de Azevedo. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção João Severiano. Localização DA 7.2.004.

O discurso de João Severiano da Fonseca está transcrito na Revista Trimestral do IHGB. Nele, Severiano vê o advento da República como uma “necessidade inevitável”, “imprescindível”, “imperiosa”, “garantia não só para a estabilidade da nação, como para a individualidade do imperador”, mas lamenta o afastamento de Dom Pedro II, visto como “uma perda imensa”, “um imenso pesar”, sendo ele não “um decahido”, mas “antes um aposentado, retirando-se com todas as honras e distinções” (REVISTA, 1889, 537-538). A atitude e as palavras de Severiano da Fonseca, sendo este irmão do “generalíssimo” Deodoro, soam bastante reveladores das relações internas entre os membros do IHGB. Talvez aí possamos encontrar a autonomia relativa do campo intelectual de que me referi acima, quando os ânimos das disputas políticas perdem seu ímpeto em nome da cordialidade da relação corporativa e do projeto de produção intelectual. Tido por alguns, como reduto monarquista, principalmente pelos jacobinos, radicais florianistas, o Instituto Histórico acolheu inúmeros republicanos e tendeu ao longo do tempo a adaptar-se ao novo regime.

A conciliação entre o IHGB e o Regime Republicano não aconteceu, porém, do dia para a noite. Em uma outra obra sobre o IHGB, Lúcia Maria Paschoal Guimaraes relata a falta de apoio e os crescentes cortes orçamentários realizado pelo novo regime em seus primeiros anos e mesmo a ideia de extinção, materializada em uma minuta de decreto do ministro Aristides Lobo, rasgada amigavelmente pelo igualmente republicano histórico Araripe Júnior, filho de Tristão de Alencar Araripe, este último, sócio do IHGB. A instituição sobreviveu estes primeiros anos como pode, reinventando-se: entre as medidas criou a categoria de sócio benemérito, “dispensada de comprovar a chamada suficiência literária e destinada a “acolher um grupo de personalidades, que, por certo, não frequentava os círculos intelectuais”, mas que “no ato de admissão assumia o compromisso de fazer um donativo ao grêmio de um mínimo de 2:000\$000 (dois contos de réis) (GUIMARÃES, 2007, p. 22-25). Discorre um pouco, ainda Guimarães, sobre o processo de aproximação entre as instituições sociais, que começa a tornar-se perceptíveis entre os anos de 1894-1895:

A República dos Marechais relegou o Instituto Histórico a uma condição secundária. O reduto letrado aceitou o jogo e se retraiu. (...) As primeiras pistas de que a corporação escapara da sanha florianista apareceriam em 1894, já no final do governo do *Marechal de Ferro*. As autoridades capitulavam diante da necessidade de organizar e publicar uma *Bibliografia Nacional das Ciências Geográficas*. Designaram o Instituto Histórico para coordenar a consecução do empreendimento. (...). A reabilitação do Instituto Histórico se iniciou com a volta das oligarquias ao poder. A prova disso é que Prudente de Moraes, logo após tomar posse na mais alta magistratura do país, foi eleito presidente de honra da corporação e como tal compareceu à sessão magna de aniversário, de 15 de novembro de 1894 (2007, p. 28-29)

Esta aproximação não se deu, porém, de forma totalmente homogênea, com todos setores republicanos. No ano da Guerra de Canudos, o IHGB e seus membros mais reconhecidos como monarquistas ainda sofria o ataque da imprensa republicana, em especial, daquela dirigida pelos setores mais radicais do jacobinismo gliceriano, acusando-os de prestarem auxílio aos Conselheiristas, como podemos identificar nas palavras do Eduardo Prado, sócio correspondente do IHGB desde 1889, que escreve em dois artigos de janeiro e março de 1897:

O *Republica* traz um artigo característico. É um ataque contra o sr. Affonso Celso Junior, (...). Ataca também o Instituto Histórico,

allegando que alli não se devem abrigar sebastianistas, porque o Instituto recebe quatorze contos da Republica annualmente. A celebridade litteraria, a notoriedade scientifica são cousas insupportaveis para o sr. Glycerio e a sua gente. (...) Achamos, pois, muito natural que o Republica ataque, na pessoa de Affonso Celso e no Instituto Historico, a própria intelligencia brasileira. (...). Os monarchistas não têm a mínima responsabilidade directa, ou indirecta, na revolta de Antonio Conselheiro e nenhum auxilio moral ou material lhe têm prestado (PRADO, 1906, p. 33-35; 111-113).

Embora não tenhamos muitos dados a respeito das posições políticas de Moreira de Azevedo, a partir das poucas informações e de seus escritos, podemos inferir que fora um simpatizante da monarquia no tempo deste regime. Um monarquismo que não nos parece programático e militante, e sim decorrente das próprias relações que estabelecera com a corte e com a elite dominante, essencialmente ligada a estrutura do Estado Imperial. Podemos considerar Moreira de Azevedo, muito mais um adepto e militante de uma ideologia patriótica, posição que provavelmente facilitou sua fácil conversão ao novo regime. Certamente não foi um republicano histórico, nem um republicano 14 de maio, aquele que, normalmente proprietário de escravos, aderiu aos ideias republicanos em protesto pela assinatura da Lei Áurea, mas se não foi um republicano adesista, de última hora, convertido ao novo regime na iminência da tomada do poder, não manteve, pelo menos não por muito tempo após a proclamação da República, uma posição anti-republicana ou pró-monarquia. No escrito *A Victoria de Canudos*, como veremos mais à frente, é esta sobreposição “patriótica” aos dois regimes, que prevalece.

O patriotismo, em sua versão típica do século XIX, era concebido por Moreira de Azevedo, mesmo como uma religião, como vemos em um excerto de seus Ensaios Biographicos,

Se o paiz procurasse immortalisar os seus heroes, se tratasse de perpetuar as suas glorias, mostrando nos monumentos, nas columnas, a gratidão nacional, o povo teria mais instrucção das cousas da patria, e comprehenderia melhor esse sentimento divino, essa religião pura chamada — patriotismo (AZEVEDO, 1861, p. 12).

Durante sua vida, a escrita da história de Moreira de Azevedo esteve consorciada ao projeto do IHGB de construção de uma história pátria, em especial, de uma história pátria patriótica, que, ao exaltar os seus heróis, os grandes homens da nação brasileira, aqueles que dedicaram sua vida ou deram sua vida pela pátria e pelo seu progresso, cumpria a função de apresentar modelos de conduta e imitação para as gerações atuais e

vindouras, característica da chamada historia magistra vitae (mestra da vida), papel atribuído a disciplina nos primórdios de sua constituição, ainda na antiguidade, pela historiografia clássica (greco-romana) e que, subsistira entre os modernos, a despeito da emergência do novo paradigma historiográfico da modernidade.

A gratidão nacional é não só um dever para com aqueles, que foram os beneméritos da pátria, como também torna-se um incentivo, um hymno de animação para aqueles que desejam fazer alguma coisa pela terra do seu berço, é um sentimento patriótico e civilizador.

A pátria deve resuscitar a memória dos seus filhos, que foram ilustres, deve levá-los a posteridade, levantando sobre seus tumulos columnas e estatuas, para que os vindouros leiam nos livros de marmore a gratidão do país, procurando imitar aqueles, que tanto mereceram dos seus antepassados.

É assim que procedem os povos, onde a civilização tem feito progressos.

Visitai as cidades da Europa, percorrei as suas praças, os seus passeios, e vereis os monumentos, as columnas, as estatuas, povoando esses passeios e essas praças. O granito e o bronze como que resuscitam então aqueles, que foram os heroes da pátria; e o povo se anima, se entusiasma lendo no marmore e no bronze as glorias e a gratidão do país.

Mas sepultar na obscuridade os heroes da nação é condemnar a um ostracismo horrível a memoria daqueles que tanto fizeram pela terra que lhes servio de berço. (AZEVEDO, 1861, p. 3).

Voltaremos a essa questão ao analisar o manuscrito.

### **3. O MANUSCRITO *A VICTORIA DE CANUDOS: MEMÓRIA HISTÓRICA***

Produzido no Rio de Janeiro e datado de 5 de setembro de 1898, o manuscrito é uma das primeiras propostas de composição de uma narrativa histórica sobre a Guerra de Canudos com utilização de fontes documentais. Lembremos que entre o fim da guerra e o ano de 1898, tinha sido editado como publicações mais gerais sobre o episódio, apenas os livros *Última Expedição à Canudos*, do Coronel Dantas Barreto, *A Quarta Expedição contra Canudos*, do major Constantino Nery, alguns fascículos de *Guerra de Canudos: narrativa histórica*, do jornalista Favilla Nunes, e *Os Jagunços*, de Afonso Arinos (sob o pseudônimo de Olívio Barros). Considerando o fato destes três primeiros autores, serem militares que estiveram presentes no teatro de operações da guerra ao lado das forças republicanas e, assim, a tendência um pouco mais memorialística dessas obras, e que a produção de Afonso Arinos tem um cunho mais

literário, sendo uma novela histórica, percebe-se a natureza historiográfica de vanguarda do manuscrito de Moreira de Azevedo.

Mesmo o seu subtítulo “memória histórica” não deve causar engano, pois se trata de uma clara tentativa de *interpretação* do evento histórico em questão, realizada por um membro do IHGB, que reivindica-se como historiador, sem participação direta no evento abordado, utilizando-se do instrumental metodológico predominante à época. Ou mais ainda, trata-se da criação de uma narrativa historiográfica que sorrateiramente tem a pretensão de se constituir como leitura dominante daquele acontecimento. Todo este argumento não invalida o caráter memorialístico apontado por alguns autores em relação a historiografia do século XIX, como decorrência de seu atrelamento ao ideal de nação.

Porém, malgrado a absorção deste ideal nacional, a historiografia produzida no século XIX pelo IHGB caracterizou-se por uma pretensão de neutralidade epistemológica, como forma de legitimação. Dessa premissa, decorria uma visão, muito comumente expressa por seus membros, sobre a necessidade de distanciamento temporal do narrador em relação aos acontecimentos narrados, para manutenção da imparcialidade frente aos interesses políticos e maior capacidade de apreciação do fato histórico em sua completude. Subjazia uma visão de temporalidade onde se pressupunha uma ruptura entre o passado e o presente, entre sujeito e objeto, para a produção de uma narrativa propriamente histórica, visão própria de um historicismo ainda não amadurecido. Essa mentalidade é bem reproduzida no início do manuscrito de Moreira de Azevedo, quando buscar expor ao leitor os motivos que o levaram a escrever:

Talvez julguem cedo para gravar nos annaes da historia a narração deste triumpho; mas não pensamos assim, e antes que a phantasia venha desfigura-lo e afastado de nós venha o tempo emprestar-lhe outras cores e proporções como simples chronista, nos propomos a relatar o que colhemos nos jornais da época, dando *exata noticia* desse acontecimento, que nos impressionou e excitou o nosso patriotismo. É uma simples narrativa que pode ser útil ao historiador, que no futuro se dedique a escrever a história dessa campanha entre irmãos, a qual perturbou por longo tempo a paz da Republica do Brasil. O sábio Ferdinand Denis diz ‘se alguma cousa pode dar justa idea da simplicidade com que se realisão os acontecimentos históricos, mais fecundos em resultados, são essas fontes primitivas, essas chronicas contemporaneas, que contam *sem exageração* o próprio factó, antes que seja envolto de circumstâncias extranhas ao acontecimento principal” (AZEVEDO, 1898, p. 13-15).

A pretensão de narrar os fatos “tal como aconteceram” se apresenta no texto em sua disposição de dar “exata notícia”, “sem exageração”, estando esta última expressão em um excerto atribuído a Ferdinand Denis, historiador romântico francês, especialista em História do Brasil, bastante citado pelos membros do IHGB e que durante sua vida manteve relações com a instituição brasileira. As palavras de Ferdinand Denis fornecem legitimidade em sua justificativa para o empreendimento de produção do manuscrito. Assim, visando obliterar as normas protocolares e prescrições da ciência historiográfica corrente na época, que recomendava o distanciamento temporal, Moreira de Azevedo se serve do argumento de que não estaria escrevendo História, mas sim memória, registrando os fatos para que, na posteridade, outros historiadores se valessem de um relato fidedigno como o dele. Este argumento, entretanto, nos parece claramente um engodo. Vejamos.

Consideremos a definição de *memória histórica*, tal como se apresenta na produção do IHGB. Segundo Oliveira, as memórias históricas do IHGB, “de modo geral, consistiam em compilações documentais ou relatos descritivos, em grande parte testemunhais, acerca de determinados acontecimentos da história imediata (...)” (2011, p. 26). Ora, vemos notoriamente que não se trata de uma explanação de caráter testemunhal, nem compilação de documentos ou trabalho de natureza puramente descritiva, mas de uma interpretação geral de um evento a partir da utilização de fontes históricas. Trata-se, é certo, da utilização de fontes bastante limitadas (basicamente notícias jornalísticas e documentos oficiais como ordens do dia, mensagens, etc), sem a exaustividade que caracterizava a pesquisa histórica da época, e de uma narrativa histórica bastante descritiva, privilegiando a superficialidade dos eventos. Entretanto, tal superficialidade é característica geral da historiografia do IHGB, e a ausência de uma compreensão/interpretação mais profunda do evento é apenas aparente.

Dito isso, resta apurar então qual seria esta compreensão/interpretação, de caráter mais largo, subjacente à escrita de Moreira de Azevedo.

Sobre isso é interessante notar que, embora relativamente recente em relação ao término da guerra, quando a leitura dos republicanos era basicamente de que Canudos era um reduto monarquista, essa dicotomia aparece ao largo do texto de Moreira de Azevedo. Em nenhum momento do seu escrito é apresentado a contraposição monarquia-república como chave de leitura para o evento. A nosso ver, é a noção de pátria que permite a Moreira de Azevedo conceber a transição monarquia-república como continuidade e não como ruptura, colocando-se acima do embate político entre

esses dois regimes. A chave de leitura encontramos, é nossa proposta, na dicotomia ordem versus desordem, onde a ordem é identificada com a pátria e não com o regime republicano em vigor. Assim, ainda quando Azevedo conclama os defensores da República é para contrapô-los à anarquia, e não à monarquia. Era, segundo ele, “a victoria da civilização contra a rudeza de costumes, da intelligencia sobre a ignorância e da razão sobre o fanatismo cego e brutal”. Tratava-se de “bandidos e desordeiros” que com seus atos “perturbou a paz da República”. Canudos havia sumido “para a honra de nossa bandeira”. Assim, a ameaça de descontinuidade provêm da anarquia rebelde em luta contra a pátria, naquele momento representada pelos conselheiristas. Os heróis da pátria são aqueles que, em todos os regimes, defendem-na das ameaças anárquicas.

Entendemos, assim, que a intenção implícita de Moreira de Azevedo era oferecer uma explicação geral para o evento histórico, buscando como membro prestigiado da elite historiográfica brasileira, consolidar e perpetuar certa interpretação daqueles recentes acontecimentos. Reforça esta percepção o fato do autor ter oferecido o manuscrito à Biblioteca Nacional, visando a sua guarda e preservação. Independente do motivo que levou seu autor a não publicar o texto, podemos deprender que esta atitude de entrega a esta instituição vise a monumentalização de sua obra. Não é por acaso que inicia suas justificativas para a escrita do texto com a frase: “talvez julguem cedo para gravar nos annaes da história a narração deste triumpho”.

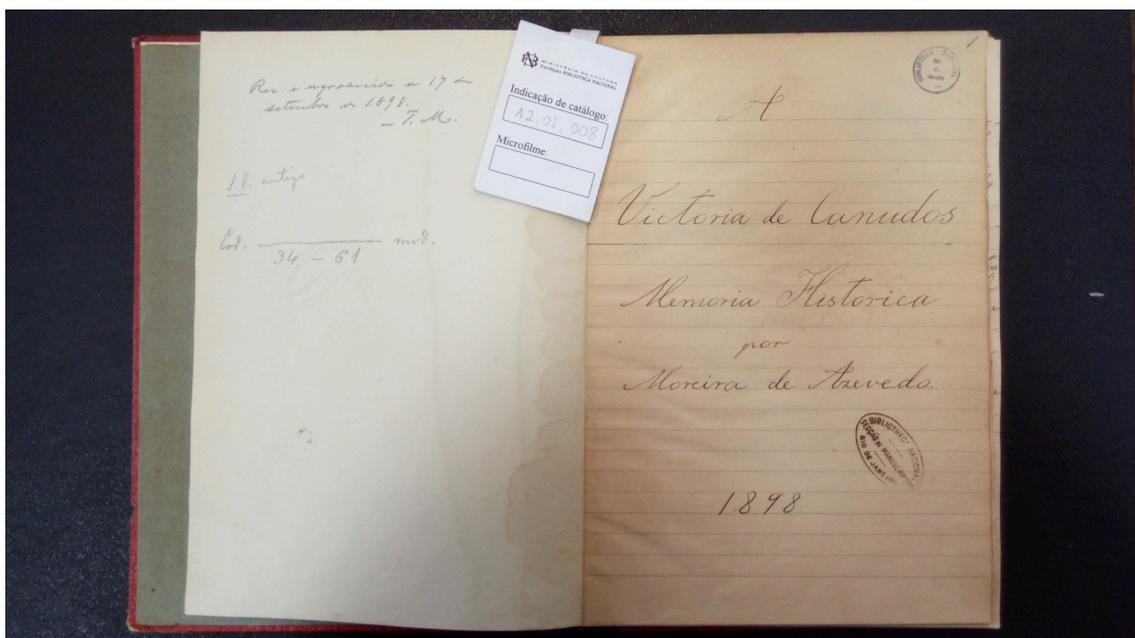


Figura 3: O manuscrito original de Moreira de Azevedo. Arquivo da Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização 12,1,008. Fotografia tirada pelo autor em 07/10/2019.

No fim do manuscrito defrontamo-nos com as seguintes palavras de Moreira de Azevedo:

Ilmo Exmo Sr Dr. Bibliotecário

Tenho a honra de enviar a VEx<sup>a</sup> o presente manuscrito intitulado A Victória de Canudos que offereço a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da qual é VEx<sup>a</sup> digno director pedindo a VEx<sup>a</sup> haja de acolher tão diminuta offerta.

Deus guarde a VEx<sup>a</sup>  
Rio de Janeiro 17 de setembro de 1898

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo (AZEVEDO, 1898)

A data da dedicatória acima corresponde a apenas doze dias do que seria a da finalização da obra. Na contracapa e na página relativa a referida dedicatória encontra-se o apontamento de que o manuscrito fora recebido e agradecido naquele mesmo dia, por alguém com as iniciais T.M. Inferimos se tratar das iniciais do sobrenome de José Alexandre *Teixeira de Melo*, diretor da Biblioteca Nacional entre 19 de outubro de 1895 e 24 de março de 1900. Com elementos em sua biografia muito próximo de Moreira de Azevedo, Teixeira de Melo também era médico de formação, historiador e membro do IHGB, onde igualmente exerceu a função de primeiro-secretário. Antes de assumir a direção da Biblioteca Nacional, Teixeira de Melo havia sido chefe da seção de manuscritos dessa entidade, ali se constituindo, segundo publicação elogiosa, como “funcionário dos mais cultos e operosos que pela seção de manuscritos já passaram” (GUIA, 1960, p. 39).

Com isso, Moreira de Azevedo conseguiu em parte seu intento de estender a vida daquela sua obra: se a atitude de oferecimento à Biblioteca Nacional foi um elemento importante para a preservação do manuscrito, concorrendo para que chegasse hoje a nossas mãos, por outro lado, diferente da interpretação de outros autores sobre a Guerra de Canudos, aquela leitura do episódio ficou soterrada nas dependências do setor de manuscritos, tornando-se quase desconhecida do grande público, dos especialistas e da academia em geral. Um apócrifo, como assim denominamos no título deste trabalho. Se naquela atitude havia o intento da publicação do manuscrito na posteridade, por parte da Biblioteca Nacional ou de outra instituição, não foi este o destino realizado.

Abordemos, por fim, mais alguns elementos centrais da concepção de história presente no manuscrito.

Em primeiro lugar, sua filiação a um tipo de escrita da história que se pretende com função pedagógica: uma história mestra da vida, ou *magistra vitae*, para recorrer ao termo mais técnico que remete à sua origem na historiografia da antiguidade clássica. Moreira de Azevedo aspirava a construção de um texto-monumento para edificação das gerações do porvir. Acreditava que o elogio da coragem dos soldados e a exposição de suas façanhas cívicas, animaria os novos combatentes da posteridade que, ainda em vida, afrontaria com destemor os riscos de morte em defesa da pátria. Para isso, era necessário imortalizar estes grandes homens da nação nos “monumentos de papel e tinta”, erigindo um panteão de heróis nacionais. Dirá em certo momento do manuscrito:

Naquelle sitio sinistro, tumulto de legiões de heroes, que se perderão a vida, escreverão nas páginas da historia os seus nomes como legendas eternas, lembradas pela saudade e gratidão do paiz, ostenta-se bem alto o pavilhão brasileiro para afugentar dalli os fanáticos, os perversos, os filhos desnaturados da pátria, que tão mal empregaram a sua coragem ensopando de sangue o próprio solo da nação que lhes deu o berço (AZEVEDO, 1898, p. 55).

Era, desta forma, uma escrita da história de caráter panegirista, laudatório, apologista, elogiador dos vultos nacionais. Este traço aparece já nas primeiras três páginas do manuscrito, onde depara-se, ilustrando-o, as imagens recortadas e coladas, respectivamente, do marechal Carlos Machado Bittencourt, do general Arthur Oscar e, conforme texto do recorte de jornal agregado ao manuscrito, “o retrato que hoje damos do famigerado Antonio Conselheiro”.

A escrita da história de Moreira de Azevedo tem característica tipicamente tradicional, uma narrativa épica que evidencia a ação dos heróis, seus atos e decisões (estes concebidos enquanto indivíduos, embora sejam eles expressão da nação), onde se demonstra uma evidente preocupação cronológica (com datas e mesmo horas) e enfatiza-se a superfície dos acontecimentos. É o que a Escola dos Annales mais tarde chamará de história événementielle, uma história acontecimental, factualista. Como afirma Burke, “Os historiadores da narrativa tradicional tendem a exprimir suas explicações em termos de caráter e intenções individuais” (1992, p. 332). Como chamamos a atenção anteriormente, isso não deve nos levar a pensar que não existe na narrativa uma proposta, ainda que subjacente, de interpretação do evento histórico estudado. Distancia-se, neste sentido, da narrativa da guerra realizada em Os Sertões por Euclides da Cunha, explicitamente explicativa, onde se integrou a narrativa dos fatos a

explicações causais maiores, considerando para isso aspectos geológicos, antropológicos e históricos.

O recorte temporal adotado por Moreira de Azevedo em sua narrativa, é também subsídio a escrita de uma história patriótica e heróica, servindo aos seus objetivos panegiristas. Aborda-se apenas o período entre o cerco de 24 de setembro, quando o arraial foi sitiado pelo exército, a 6 de outubro, com a informação da vitória final das forças governamentais republicanas. A escala de tempo operada é a curtíssima duração, narrando-se, em ritmo acelerado, apenas a “victória”, o momento apoteótico do evento histórico mais geral que foi a Guerra de Canudos.

Por fim, ressaltamos que o manuscrito *A Victoria de Canudos; memória histórica por Moreira de Azevedo* reflete a ideologia patriótica de que falamos anteriormente – cosmovisão que permeava o paradigma da cultura histórica da época – e o triunfalismo da elite brasileira, sobretudo carioca, que viu, sob a lente do ideal de civilização, naquele povo do sertão nordestino, o símbolo do atraso. A derrota sofrida nas três primeiras expedições contra o arraial alimentou o sentimento de revanche da elite carioca, de medo na população em geral, e um ambiente de apreensão quanto à solidez do regime republicano.

Percebe-se isso já em seu título. Expressão corrente logo após o fim da Guerra, a locução “A Victoria de Canudos” revela o triunfalismo bélico próprio da elite dominante que não via constrangimento em massacrar uma população de pobres camponeses em nome da consolidação da República. Podemos visualizá-la em várias produções culturais da época. Tornou-se título do dobrado para piano de Arthur N. Lima, dedicado ao Exército Brasileiro.<sup>3</sup> Os jornais cariocas *Cidade do Rio* e *A Notícia* fazem menção a um dobrado de mesmo nome cujo autor seria A. M. Brio. Outra composição musical homônima tinha como originador o maestro Angelo Minelli, e como subtítulo revelador “grande marcha triumphal”, sendo dedicada ao Presidente

---

3 LIMA, Arthur N. *Victoria de Canudos: dobrado para piano*. A Biblioteca Nacional atribui a publicação aos oitocentos. É possível identificar, referência ao ano de 1889 na capa da obra, que parece ser o de criação da editora. Considerando outras publicações da editora como o dobrado “General”, editado com as mesmas características físicas, composto por F. P. N Seixas, e dedicado ao General Cláudio do Amaral Savaget, comandante da 2ª coluna da 4ª Expedição contra o Belo Monte, e ainda o título de outras tantas composições como o dobrado “Floriano Peixoto”, o tango “Generalíssimo Deodoro”, a quadrilha “Os Lanceiros da República”, a valsa “Viva a Republica”, e a quadrilha “Um brinde aos heroes de 15 de novembro”, dá para inferir que todas elas estão inseridas dentro do caldo das disputas políticas da Primeira República, e situar a referida criação de Arthur Lima entre os anos de 1898 e 1899.

Prudente de Moraes.<sup>4</sup> Vivendo em 1897, e estando dispostos a pagar o valor de doze mil e quinhentos réis (12\$500), o leitor deste artigo poderia fazer suas apostas em “A Victoria de Canudos”, nono páreo da corrida de cavalos no Derby Club de Pernambuco, realizada no dia 15 de novembro, data de aniversário da proclamação da República. Caso tirasse o primeiro prêmio ganharia 250 mil réis (250\$000), ou reaveria seu dinheiro de volta se sua aposta tirasse a terceira colocação. Durante o ano de 1898, poderia assistir ao espetáculo “A Victoria de Canudos”, uma “pantomima de costumes bélicos”, representada pelo Circo Pery, no que ouviria ao final da montagem, patrioticamente, a exibição do hino nacional brasileiro. Fórmula também comum nas matérias dos jornais de todo o país, a expressão aparece até mesmo nos poemas, como o publicado em edição do jornal Cidade do Rio, de 29 de outubro de 1897, onde se declama, romantizando o triunfalismo bélico: “Salve coelho idolatrado!/ Salve heróe entre os taludos!/ Antes fosse reclamado/ P’ra victoria de canudos!”.

É possível encontrar esse triunfalismo patriótico permeado em toda a narrativa histórica construída. Nela, Moreira de Azevedo enfatiza rituais de civismo que muitas vezes parecem destoar do ambiente de belicosidade do momento: conforme o seu texto, em meio à guerra, os militares não prescindem da liturgia patriótica. Reproduzimos aqui alguns trechos neste sentido:

Houve então completa confusão e borbórinho. Vadearão as trincheiras officiaes e soldados e precipitarão-se no reducto conquistado. Apressou-se o general Medeiros em communicar o triumpho da República ao general Barbosa, commandante da primeira columna que por sua vez mandou levar ao general em chefe a festiva noticia. Mandou este tocar alvorada, formarão todas as forças em suas respectivas posições, foi erguido em todos os pontos da praça de Canudos o pavilhão nacional, entoarão as musicas dos batalhões e regimentos o hymno da pátria e foram os generais delirantemente aclamados pela tropa. (...).  
Destruída, devorada pelo incendio a cidadella dos jagunços e os destroços das igrejas pela dynamite, transformou-se Canudos em um vasto cemiterio de dez kilometros quadrados de superficie, onde tremula o estandarte nacional firmando o dominio da Republica sobre esse pedaço de terreno. (...).

---

4 Desta só temos a capa. Embora não esteja datada, estando dedicada “ a Sua Ex<sup>a</sup>, o Dr. Prudente de Moraes, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, deve ter sido produzida nos fins de 1897 ou em 1898, até o término do mandato presidencial em 15 de novembro. Citada na edição 237, do periódico *Cidade do Rio*, de 05 de outubro de 1899. Aparece ainda em publicidade do *Jornal do Commercio*, sendo vendida a mil e quinhentos réis (1\$500) em casa dos Editores Vieira Machado & Cia. Edição 266, de 24 de setembro de 1899.

Canudos sumio-se, desapareceu na voragem da guerra para honra da nossa bandeira, para honra da nossa pátria e da nossa historia (AZEVEDO, 1898, p. 41-43; 53-55).

Lugar estratégico de um texto, no parágrafo final do manuscrito vemos arrematado ainda este triunfalismo patriótico:

Mas nessa cruenta e gloriosa campanha, cujos sacrificios de vidas e de dinheiro forão enormes, soube o exército brasileiro honrar as suas gloriosas tradições mantendo-se no posto de sacrificio que lhe indicou o dever, luctando com denodo e abnegado patriotismo, supportando todos os soffrimentos, superando todos os obstáculos, para elevar bem alto a bandeira nacional, como symbolo da grandesa e da glória da nação (AZEVEDO, 1898, p. 71).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manuscrito *A Victoria de Canudos* reflete uma interpretação da Guerra de Canudos bem alinhada com o período de transição para uma historiografia profissional, onde se mescla uma historiografia tradicional típica com alguns dos pressupostos tanto do romantismo histórico como do historicismo realista rankeano do século XIX, pois embora sem a profundidade metodológica da produção francesa e alemã, obstinou-se em seu ideal de isenção epistemológica, utilização de fontes históricas oficiais e de uma escrita da história comprometida com a construção de um projeto de nação e com a ideologia patriótica, principalmente em sua vertente mais alinhada aos ideais de uma história mestra da vida. Neste sentido, a importância do manuscrito não se encontra na qualidade historiográfica, nem estilística, ou tampouco nas informações históricas ali fornecidas. Muito pelo contrário, caracteriza-se por uma narrativa enfadonha, malgrado o recorte na abordagem de um momento apoteótico do acontecimento. Em relação às informações históricas e fatos relatados também não há nenhuma novidade, tratando-se da organização de acontecimentos muito corriqueiros ao público em geral, divulgados pela imprensa de forma massiva durante os dias em que a guerra se prolongou.

Comprendemos que a relevância do manuscrito se encontra principalmente no fato deste se constituir como uma proposta de interpretação daquele evento histórico, de seu pioneirismo neste intento, e ainda de ser um exemplo modelar da aplicação das convenções próprias a um dos paradigmas historiográficos do século XIX: o da escrita de uma história que se entendia, ao mesmo tempo, fidedigna, patriótica e capaz de

ensinar aos seus contemporâneos, bem como às novas gerações, os valores cívicos necessários para o progresso da nação.

## **REFERÊNCIAS**

A Notícia, Edição 256, de 28 de outubro de 1897, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

AZEVEDO, Manoel D. M. de. A Victória de Canudos: memória histórica por Moreira de Azevedo. 1898. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

AZEVEDO, Manoel D. M. de. O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

AZEVEDO, Manoel D. M. de. Ensaio Biographicos. Rio de Janeiro: Typografia F. A de Almeida, 1861.

CARTA de Moreira de Azevedo a Paulo de Frontin, 31 de agosto de 1895. Coleção Paulo de Frontin. Lata 1317, Pasta 15, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Cidade do Rio, 29 de outubro de 1897.

Cidade do Rio, Edição 51, 25 de novembro de 1897.

GUIA da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sedegra, 1960, p. 39.

PRADO, Eduardo. Collectaneas (volume III). 1ª edição. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1906, pp. 33-35; 111-113.

REVISTA Trimestral do IHGB, vol. 25 (1892), Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973.

REVISTA Trimestral do IHGB, vol. 66, Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1903.

REVISTA Trimestral do IHGB, Tomo LII, parte II, Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CARBONELL, C. Historiografia. Lisboa: Teorema, 1981.

CEZAR, Temístocles. Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). 2ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.

GONÇALVES, M. S; ALBUQUERQUE, V. S. Manuel Duarte Moreira de Azevedo e a construção da identidade nacional: um intelectual oitocentista entre a medicina, a história e as letras. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. 2017.

GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia M. P. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

JANNOTI, Maria L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2018.

LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C.. Introdução aos estudos históricos. São Paulo: Renasceça, 1946.

MONTEIRO, Charles. Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920. Estudos Ibero-Americanos, v. XX, nº 1, p. 163-172, julho 1994.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. Dicionario Bibliographico Brasileiro (volume 6). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Innocencio Francisco da. Dicionario Bibliographico Portuguez (volume 16). Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

SILVA, Alberto Martins. General-de-Brigada João Severiano da Fonseca. Da Cultura. Ano VIII, nº 14, 2008.

TAMAYO, Juan José (Org.). Novo Dicionário de Teologia. São Paulo: Paulus, 2009.

# SAMBA, POLÍTICA E JAGUNÇAGEM NO SERTÃO DE JUAZEIRO (1870-1880)

*Josias Pires Neto*<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo é parte de pesquisa mais ampla acerca da música e dança afro-atlânticas na Colônia e no Império. Nesse estudo de caso, foram visualizadas algumas características de vínculos sociais, políticos, culturais, ideológicos entre camadas populares, patrões e autoridades. A investigação mostrou que, nas relações sociais escravistas, operavam a política de favores e a formação de clientelas, de rígidas hierarquias sociais e lealdades pessoais, assentada em racismo e patrocínio da sujeição voluntária. E, ao mesmo tempo, os meios de dominação eram cotidianamente adaptados e/ou subvertidos através de conflitos e *tecnologias pacíficas de resistência*, que produziram mudanças no sistema escravocrata. Os estudos devem ser aprofundados, com o maior aproveitamento das fontes manuscritas e impressas disponíveis em arquivos públicos e hemerotecas, a fim de ampliarmos o conhecimento acerca da presença do samba na cena cultural brasileira no século XIX.

**PALAVRAS-CHAVES:** Samba, Juazeiro, século XIX

**ABSTRACT:** The article is part of a broader research on Afro-Atlantic music and dance in Cologne and the Empire. In this case study, the focus was on a noisy event, which occurred in 1873, in Bahia, visualizing characteristics of social, political, cultural, ideological ties between popular strata, bosses and authorities. The investigation showed that in the slave social relations the policy of favors and formation of clientele operated, of rigid social hierarchies and personal loyalties, based on racism and sponsorship of voluntary subjection; and at the same time, the means of domination were daily adapted and / or subverted through conflicts and peaceful technologies of resistance, which produced changes in the slave system. These studies must be deepened, with the greatest use of the handwritten and printed sources available in public archives and newspaper archives in order to expand knowledge about the presence of samba in the Brazilian cultural scene in the 19th century.

**KEYWORDS:** Samba, Juazeiro, 19th Century

## 1. O SAMBA MUITO MAIS FORTE DE JUAZEIRO

A noite de 2 de novembro de 1873 foi bastante agitada na então Vila de Juazeiro, situada no extremo-norte da Bahia, na margem direita do rio São Francisco. Apesar de ser dia dos Finados, que naquele ano caiu num domingo, um grupo de homens resolveu promover um evento público estrondoso. Do ponto de vista do juiz

---

<sup>1</sup> Doutor em Cultura e Sociedade (UFBA). Artigo escrito a partir do Capítulo 7 da tese de doutoramento defendida pelo autor, no POSCULTURA, em setembro de 2020, disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32436/jpiresneto@gmail.com>.

municipal e de órfãos do Termo, Francisco Martins Duarte, o que se deu foi um “acontecimento bem triste e impróprio de uma Villa como esta, onde há uma população bem numerosa, e alguma civilização”<sup>2</sup>.

A prisão de “um indivíduo de nome Arsênio dos Anjos Moreira, sem modo de vida nenhum conhecido nesta vila”, precipitou os fatos que o juiz municipal narrou aborrecido ao Presidente da Província. Embora o detento tenha sido classificado pela autoridade como pessoa desocupada, a narrativa indica que o capturado integrava ativa rede social, pois imediatamente depois da captura, “alguns homens sem moralidade, despeitados com a prisão, e da laia de Arsênio, reuniram-se e formaram um *grande samba* (grifo meu) para por este meio poderem tomar em desabafo com o Delegado e os guardas policiais [...]”.

Não foram encontrados indícios das circunstâncias que levaram ao aprisionamento de Arsênio dos Anjos Moreira, mas sabemos que encarceramentos de pessoas escravizadas, libertas e livres pobres, justificadas por embriaguez, por ferimentos, por desordem, por ofensas, por desacato estão listadas quase que diariamente na imprensa da época<sup>3</sup>. Contudo, se nada pode ser dito sobre as causas imediatas que conduziram Arsênio para trás das grades, o juiz municipal Francisco Martins Duarte informou que os manifestantes pretenderam “tomar em desabafo com o Delegado e os guardas policiais”, ou seja, buscaram contestar e denunciar publicamente a autoridade policial. Se admitirmos que os camaradas do prisioneiro Arsênio, homens da sua mesma “laila”, tinham como objetivo pressionar o delegado a tirá-lo logo da cela, tal objetivo deve ter sido frustrado, uma vez que

[...] na noite seguinte reuniram-se em número maior na margem do rio em frente de uma das ruas mais públicas desta vila e *levantaram outro samba muito mais forte ainda* (grifos meus), de maneira tal, que atroavam as vozes dos turbulentos por toda esta vila [...].

A correspondência nada informa acerca de características musicais e coreográficas do “grande samba” e nem fornece dados suficientes para o conhecimento das identidades dos seus praticantes. O relato ressalta a intensidade sonora do evento, que teria afetado o sossego público, que é o tipo de leitura usual entre observadores

---

<sup>2</sup> Do juiz municipal Francisco Martins Duarte ao presidente da Província da Bahia em 06/11/1873, APEBa, Governo da Província, Juizes de Juazeiro, Maço 2451. Se não houver indicação em contrário, as citações a seguir são deste documento, que foi encontrado pelo pesquisador Urano Andrade e disponibilizado na Internet: <https://uranohistoria.blogspot.com.br/2012/04/samba-de-protesto.html>

<sup>3</sup> Para citar apenas um exemplo, entre dezenas, ver *Diário da Bahia*, 31 de março de 1874, p. 1.

intolerantes para caracterizar a realização de batuques e sambas, animados por palmas, gritos e mais sons próprios, feitos com o uso de tambores e ou outros instrumentos improvisados. De fato, a pena do juiz ressaltou a dimensão do agitado acontecimento – um “grande samba” no dia 2 de novembro e um “samba muito mais forte ainda” no dia 3 –, cujo volume sonoro teria ecoado para além da margem do rio São Francisco, pois que “atroavam as vozes dos turbulentos por toda esta Vila”. Ante “tão escandaloso modo de proceder”, o juiz expôs as medidas adotadas:

O Delegado, 1º suplente em exercício, João Evangelista Pereira e Melo dirigiu-se à casa do Tenente Francisco Pereira das Neves, Comandante do Destacamento [policial] e convidou-o a irem com alguns praças dispersar os perturbadores da ordem, [...] chegando ao lugar do samba intimaram aos desordeiros para que se retirassem, ou então que seriam presos.

Os amigos de Arsênio dos Anjos Moreira desprezaram a intimação e confiantes no fato de estarem em maior número do que a polícia, de possuírem armas mais potentes, de terem habilidades em manejá-las e, mais ainda, de contarem com a proteção de gente graúda, decidiram enfrentar o suplente de Delegado, o comandante do Destacamento e seus soldados, deixando as autoridades policiais em maus lençóis:

[...] os *capangas* (grifo meu) animados pelos seus chefes investiram para o Delegado e a polícia armados de cacetes e clavinotes, vendo-se eles [os policiais] na dura necessidade de se defenderem ou de correr vergonhosamente; o que já não lhes era permitido fazer por estarem cercados [...]<sup>4</sup>.

Da briga resultaram três soldados feridos, um deles “por uma bala acima do peito e os outros por cacetes; saindo também contuso no braço direito o denodado Tenente Comandante do Destacamento”; outros três feridos foram pessoas do *Samba*, “sendo dois pelos sabres dos soldados e um escravo do Dr. Juvêncio” que, segundo o narrador do acontecimento, foi atingido “por quatro caroços de chumbo dos próprios companheiros porque a polícia estava somente com os seus sabres”.

---

<sup>4</sup> Sobre instrumentos eventualmente usados no “grande samba” de Juazeiro talvez estivessem presentes maracás, zabumbas, gaitas e apitos, instrumentos usuais em músicas do sertão nordestino (PEREIRA, 2005); sobre o uso de cacetes por manifestantes carnavalescos negros para enfrentar a polícia, ver BRASIL (2016). Sobre violentos desafios físicos e poéticos associados, sobretudo, ao jongo e ao calango no Rio de Janeiro, quando os desafiantes, munidos de cacetes, cultivavam a destreza por meio da prática da luta corporal, ver ASSUNÇÃO (2014). Outra prática musical e coreográfica com o uso de cacetes é o Maculêlê, como o de Santo Amaro da Purificação (ARAÚJO, 1986).

Ainda que seja prudente desconfiar da generalização feita pelo juiz municipal quando classificou todos os camaradas de Arsênio dos Anjos Moreira como “capangas”, ou seja, pessoas contratadas como guarda-costas, jagunços armadas de “cacetes e clavinotes”, deve-se ponderar que isso é plausível, pelo menos para representar parte do grupo. Afinal, a contratação de guarda-costas para a proteção de políticos e ricos proprietários era prática usual naquela época, tanto nas zonas rurais como nas cidades, inclusive na capital<sup>5</sup>. O mando local, a manutenção da posse e propriedade de terras, o próprio modo de vida nos sertões incluía o suporte de bandos armados a soldo dos latifundiários, comerciantes e industriais, fossem liberais ou conservadores.

Vivia-se entre jagunços, cangaceiros, beatos e conselheiros, que faziam e participavam das festas locais. Ao comentar as tradições, danças e folguedos dos vaqueiros sertanejos, Euclides da Cunha (1979, pp. 101-102) referiu-se ao costume dos *sapateados* nas “choupanas em festa”, onde passavam a noite

nos sambas e cateretês ruidosos, os solteiros, famanazes no desafio, sobraçando os machetes (violas), que vibram no *choradinho* ou *baião* e os casados levam toda a *obrigação*, a família. [...] *Despontam o dia* com uns largos tragos de aguardente, a *teimosa*. E rompem estrídulamente os sapateados vivos.

Francisco Coelho Galuxo, “célebre cangaceiro”, acusado por mais de trinta assassinatos no Ceará, Piauí e Paraíba foi preso em um samba, para onde se dirigira “armado dos pés a cabeça, [mas] foi subitamente desarmado e preso, quando não estava mais no uso de suas faculdades, adormecidas pela mais plena bebedeira”<sup>6</sup>. Personagens violentos e temidos alçados à fama tornaram-se heróis ou anti-heróis de poesias, canções e autos populares, variando a condição devido ao seu papel de bandido ou de “homem inconformado com os atos de injustiça” (SIQUEIRA, 1978, p. 146). *O Cabeleira*, por exemplo, que dá nome ao romance de Franklin Távora, lançado em 1876, sobre a vida de famoso bandido, inspirado tocador de viola, foi uma das fontes matriciais do auto dramático “Zé do Vale”, o desmancha-sambas referido por Gustavo Barroso (1917)<sup>7</sup>.

A violência colonial, imperial, escravocrata impregnava o cotidiano. Pilão

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a notícia sobre Galdino de Tal, apelidado de *Tatu de Pedra*, “guarda-costas dos conservadores” de Salvador, publicada no *Diário da Bahia*, 19 de abril de 1877, p. 1.

<sup>6</sup> *Correio Mercantil* (RJ), 05 de agosto de 1858, p. 2.

<sup>7</sup> O *Zé de Vale* foi tema de um dos documentários da série *Bahia Singular e Plural*, TVE-BA disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MvzPjPXyUqo>

Arcado, Xique-Xique, Sento Sé, Juazeiro estão marcadas pelas disputas furiosas ocorridas em meados do século XIX entre as famílias Militão e Guerreiro, “que ensanguentaram aqueles sertões [...] e lá deixaram sedimentos de ódio, que o tempo não tem conseguido extinguir”<sup>8</sup>. Naquelas refregas era tênue a linha que embaralhava a atividade do guarda-costas e a do policial – e foi nessa última ocupação que se encontrava o pivô do “grande samba” de Juazeiro, Arsênio dos Anjos Moreira, engajado na década de 1880. Na documentação consultada foram encontradas referências ao papel de Arsênio no corpo de polícia nas patentes de sargento-ajudante, alferes, capitão e a de major<sup>9</sup>, com larga experiência de atuação policial no centro e nos sertões da Bahia, regiões conflagradas na época por disputas políticas e pelo banditismo<sup>10</sup>.

Seis anos após os episódios ocorridos em Juazeiro, Arsenio estava vinculado à Irmandade de São Miguel, em Salvador, tendo participado, na qualidade de Juiz de Devoção, da organização da festa de 1879 em homenagem ao santo<sup>11</sup>, ao lado de autoridades como Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, que seria o Chefe de Polícia da Bahia entre 1881 e 1882<sup>12</sup>. Guarda-costas, jagunço, policial exigem destemor, alguma sagacidade, capacidade de liderar, beneficiar-se e preservar relações com patronos influentes, como aqueles que colaboraram para a realização do “grande samba” de Juazeiro. Na referida correspondência enviada ao presidente da província pelo juiz Francisco Martins Duarte, a autoridade juazeirense afirmou que a atitude audaciosa do grupo de manifestantes se justificaria:

Não só por estarem animados pela muita aguardente que lhes foi fornecida para tal fim, como por se acharem capitaneados pelo Dr. Juvêncio Alves de Souza, Tenente Coronel José Tibúrcio Pereira e Mello, o Adjunto do Promotor Público desta vila Francisco Luis Ferreira, Capitão Antônio Ribeiro da Silva, e outros; homens sem moralidade alguma, e que procuram por todos os modos desprestigiar as autoridades deste termo; por serem meros instrumentos do Juiz de Direito desta Comarca, Francisco Baptista da Cunha Madureira, que por muitas outras ocasiões tem dado provas de seus maus instintos; e ainda desta vez era quem dirigia, do seu Quartel general, este ato repulsivo, por sua natureza imoral.

---

<sup>8</sup> *Diário da Bahia*, 26/10/1873, p. 1; ver também *Diário da Bahia*, 01/11/1873, p. 2.

<sup>9</sup> “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo – 1886”, p. 7; *Diário do Povo*, 31/05/1889, p. 1; “Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1892, Relatório da Secretaria de Polícia”, p. 6; “Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1895, Relatório do Regimento Policial”, pp. 2 e 3.

<sup>10</sup> “Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1892, Relatório da Secretaria de Polícia”, p. 6; *Pequeno Jornal*, 04/04/1892, p. 2.

<sup>11</sup> *O Monitor*, 17/07/1879, p.1.

<sup>12</sup> Sobre Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque na chefatura de polícia, ver “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1883”.

O texto do juiz Francisco Martins Duarte é um libelo de acusação contra adversários políticos. A sua família era originariamente vinculada aos liberais, porém ele próprio migrou depois de algum tempo para as hostes conservadoras, que passaram a controlar o gabinete do imperador em 1868, durante a guerra do Paraguai (1864-70)<sup>13</sup>. Em 1872 ele já ocupava a presidência da câmara local, tornando-se primeiro suplente de juiz municipal e de órfãos (pouco tempo depois juiz municipal e de órfãos efetivo) e delegado da Instrução Pública<sup>14</sup>. Quanto ao juiz de direito da Comarca (que incluía os Termos de Juazeiro, Sento Sé e Capim Grosso) Francisco Baptista da Cunha Madureira, acusado pelo juiz municipal de ser uma pessoa movida por “maus instintos” e que estaria por trás do “grande samba”, pois teria sido ele “quem dirigia, do seu Quartel general, este ato repulsivo, por sua natureza imoral”, era sabidamente vinculado aos liberais. Madureira assumira o posto de juiz de Direito em 1865 e angariou respeito em todas as correntes políticas juazeirenses, pelo menos entre 1865 e 1871<sup>15</sup>. Em 1871, o seu prestígio começou a ser dilapidado, em consequência da ascensão do juazeirense Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha ao Senado do Império<sup>16</sup>.

Segundo o seu adversário, deputado conservador Adolpho Vianna, assim que ascendeu ao senado, Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha rachou a aliança entre os dois grupos conservadores de Juazeiro e ocupou a máquina pública da Comarca com gente exclusiva da sua ala política, indicando correligionários para as funções de juiz municipal e três suplentes; a de delegado de polícia e suplente; de agentes dos correios e coletorias; delegado de ensino e outras. A joia da coroa, contudo, era o juizado de direito da comarca. Madureira, nessa situação, passou a ser alvo de constantes insultos e ser açoitado por jagunços a soldo dos seus adversários<sup>17</sup>, sentindo-se forçado a adotar medidas de proteção individual, requisitando para as suas audiências a presença de agentes da força pública e também guarda-costas “armados tão escandalosamente que

---

<sup>13</sup> Martins Duarte ainda era liberal em 1857, quando foi nomeado major da Guarda Nacional dos municípios de Sento Sé e Juazeiro, *O Correio da Tarde* (RJ), 23/06/1857, p. 2. Sobre a antiga filiação liberal da família de Francisco Martins Duarte ver discurso do deputado Juvêncio Alves de Souza em “Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia”, 47a sessão ordinária em 27/06/1879”, p. 252.

<sup>14</sup> Sobre as funções municipais exercidas por Martins Duarte: *Almanak Administrativo, Commercial e Industrial (BA) – 1872*. pp. 95-96; e Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), p. 35.

<sup>15</sup> *Jornal do Recife*, 17/06/1865. Eleição para deputado provincial da Bahia, *Diário de Pernambuco*, 23/02/1858, p. 2. Valença foi a primeira comarca onde atuou, como juiz municipal e de órfãos.

<sup>16</sup> Fernandes da Cunha ocupou a vaga aberta com o falecimento, em 15/11/1870, do senador Francisco Gê Acayaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha (WILDBERGER, 1949, p. 568).

<sup>17</sup> Deputado Adolpho Vianna em “Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia”, 47a sessão ordinária em 27/06/1879, p. 261.

deixavam ver o cabo de seus punhais e coronhas de suas pistolas”<sup>18</sup>. Visto como último obstáculo ao domínio político dos conservadores de Juazeiro, vinculados ao senador Fernandes da Cunha, o juiz Madureira, depois de uma longa e desgastante disputa de poder com o então juiz municipal e de órfãos Porfírio Amâncio Gonçalves<sup>19</sup>, começou a ter a sua autoridade contestada pelo comerciante, capitão da guarda nacional e delegado de polícia Luiz Ignácio da Silva e pelo promotor público Felton da Silva Monte.

Nas correspondências enviadas ao Presidente da Província ao longo do ano de 1872 o juiz de Direito desferiu um rosário de acusações de ineficiência contra o delegado de polícia, que a todas respondeu, defendendo-se e acusando o juiz de Direito de faltar com a verdade<sup>20</sup>. O clima entre as autoridades havia alcançado o nível do insustentável. No começo de dezembro de 1872, entrou na Vila o irmão do senador Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, o “Capitão Manoel Luiz Fernandes da Cunha, 2º. Suplente de Juiz Municipal à frente de 18 homens armados de clavinhas e facas, mostrando assim o propósito em que estavam os pretensos dominadores em alterar o sossego público”. A mobilização do bando armado visou impedir a execução de um *habeas corpus* concedido pelo juiz de direito em favor de um cidadão “que se achava injustamente preso com ambos os pés no tronco da cadeia”. As autoridades municipais vinculadas ao senador Fernandes da Cunha tentaram impedir o cumprimento do *habeas corpus*. Em apoio ao juiz de direito Madureira, porém, acorreram “cerca de 70 homens de todas as classes” dispostos às vias de fato, que só foram evitadas graças à interferência do juiz de direito Miguel Eliziário de Lima e mais 20 praças do destacamento policial da Vila de Petrolina<sup>21</sup>.

A temperatura política, contudo, continuaria alta nos meses seguintes. Depois de perder o apoio da maioria dos vereadores, em 10 de janeiro de 1873 o juiz de direito Madureira acusou o promotor público Felton da Silva Monte e o novo presidente da Câmara, João Evangelista Pereira e Melo, de serem “clavinoteiros remissos, aleivosos e insolentes”, incriminando-os por terem liderado o boicote à reunião convocada pelo juiz

---

<sup>18</sup> Do juiz municipal ao presidente da província, Juizes de Juazeiro, APEBA, maço 2451, em 04/02/1871.

<sup>19</sup> Detalhes desse conflito em “Do Juiz Interino Porfírio Amancio Gonçalves ao Barão de S. Lourenço”, Juizes de Juazeiro, APEBa. maço 2451, 13/05/1870; “Do juiz municipal e de órfãos Porfírio Amancio Gonçalves para o presidente da província”, APEBa, maço 2451 em 03/06/1870; “Do juiz de direito Francisco Madureira ao presidente da província”, em 27/10/1870, APEBa, Juizes de Juazeiro, maço 2451.

<sup>20</sup> Do juiz de direito ao presidente da província, Juizes de Juazeiro, APEBa., maço 2451, em 26/07/1872. A resposta do delegado foi enviada ao Chefe de Polícia em 02/08/1872, APEBa; Correspondências recebidas dos delegados de polícia, maço 2997.

<sup>21</sup> “Do juiz de direito Francisco Baptista da Cunha Madureira ao presidente da Província da Bahia” em 08/12/1872 e 10/01/1873, APEBa, Juizes de Juazeiro, Maço 2451;

para fazer a revisão da lista de jurados da comarca. A maioria dos vereadores uniu-se contra Madureira, atribuindo-lhe “tantos e tão repetidos [...] desvarios, caprichos e arbitrariedades [...]”<sup>22</sup>. Dois dias depois, por volta das 20h, na praça central da Vila de Juazeiro, o promotor Fenelon sofreu um suposto atentado, e o juiz de direito da comarca Francisco Baptista da Cunha Madureira foi acusado pelo delegado e pelo juiz municipal de ser o mandante do crime. Em correspondência ao governo provincial, garantiram que os amigos de Madureira andavam armados e a sua casa protegida dia e noite por “mais de trinta capangas”<sup>23</sup>.

Madureira minimizou o episódio, afirmando que a agressão deixou apenas “algumas marcas do cipó e pequena ferida na cabeça” do promotor. Acusou os adversários de terem montado uma armação para incriminá-lo, que o processo instaurado contra ele estaria coberto de vícios, e lamentou: “[...] para certos indivíduos eu sou a causa da seca, da peste ou morrinha no gado, e de todos os outros males que afligem a Comarca; e por isso desde logo gritaram em vozes de possessos e loucos [...] que o Juiz de Direito também seria chicoteado!”. Acusou os adversários de terem reunido 60 homens armados, alguns deles conhecidos assassinos, e que 30 deles foram aquartelados para reforçar o destacamento policial, “e ficando os outros aquartelados nas casas do Capitão Manoel Luis Francisco da Cunha e de Francisco Martins Duarte”. De acordo com Madureira, os seus amigos reagiram às ameaças comparecendo “espontaneamente” na sua casa para armar a resistência<sup>24</sup>. Sentindo-se desamparado pelo governo provincial e afrontado pelo delegado de polícia e por outras autoridades locais, o juiz de direito da comarca reclamou, mais uma vez, da “falta de providências” da Presidência da Província, que estaria fomentando o “estado da agitação, ora irregular e ameaçador em que se acha hoje esta Villa e seu termo e posso dizer toda a Comarca”<sup>25</sup>.

Nos meses seguintes manteve-se ativa a troca de insultos entre o delegado de polícia e o juiz Madureira<sup>26</sup>. No começo de outubro de 1873, o bacharel Álvaro Antonio da Costa, primo do senador Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, foi, finalmente,

---

<sup>22</sup> Correspondência recebida da Câmara de Juazeiro de 13/01/1873, APEBa., maço 1339.

<sup>23</sup> “Do juiz municipal e de órfãos Porfirio Amâncio Gonçalves ao presidente da província”, APEBa., Juizes de Juazeiro, em 18/01/1873, maço 2451

<sup>24</sup> “Do juiz de direito Francisco Baptista da Cunha Madureira ao presidente da Província”, 24/01/1873, APEBa; Governo da Província, Juizes de Juazeiro, Maço 2451

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> “Do juiz municipal e de órfãos Porfirio Amâncio Gonçalves ao presidente da província”, Juizes de Juazeiro, em 26/01/1873, maço 2451; “Do juiz de direito ao presidente da província” em 07/02/1873, maço 2451. “Do delegado de polícia ao presidente da província”, 03/04/1873.

nomeado juiz de direito da Comarca de Juazeiro, vindo a assumir o cargo em 1º de dezembro de 1873<sup>27</sup>. As duas noites ruidosas de 2 e 3 de novembro, a do “grande samba” e a do “samba muito mais forte” de Juazeiro, ocorreram no intervalo entre a nomeação e a posse do novo juiz de direito.

Naquele contexto, as duas noites de *samba* fizeram as vezes de *charivari* contra políticos conservadores e espetáculos públicos de despedida do juiz da Comarca, o liberal Francisco Baptista da Cunha Madureira, que partiu de Juazeiro para assumir sua nova comarca, no Espírito Santo, em 08 de dezembro de 1873. Em janeiro de 1874, o *Diário da Bahia* publicou carta do juiz de direito Madureira seguida de um abaixo assinado em seu apoio com 118 assinaturas, dentre elas a de Arsênio dos Anjos Moreira. Segundo a carta dos seus amigos, Madureira foi alvo de “injúrias, calúnias e diatribes” dirigidas pelos “homens da confiança presidencial”. Os signatários do abaixo assinado reiteraram que os amigos de Madureira em Juazeiro seriam “todo o partido liberal e a melhor fração dos conservadores”<sup>28</sup>. O novo juiz Antônio Álvaro da Costa, que assumiu a comarca, era filho do capitão Antonio Joaquim da Costa, um dos líderes dos Guerreiros nas antigas lutas contra os Militões.

## **2. SAMBA, CHARIVARI, ROUGH MUSIC**

O *charivari* político foi praticado com certa frequência no Brasil, durante os séculos XVIII e XIX, derivada de antigo costume europeu, conhecido em Portugal como *Serração da Velha*. Câmara Cascudo (1984) referiu-se a esse costume, originalmente vinculado à época da quaresma, mas que “vez por outra” no Brasil foi promovido fora do período quaresmal “com intenção política e demonstração de desagrado, à porta de um chefe decaído ou derrotado nas eleições”. De acordo com E. P. Thompson (1998, p. 353), havia, por toda a Europa e partes da Ásia, “uma família de formas de rituais, bastante antiga” que se equivaliam, conhecidas como *charivari* na França, *scampanate* na Itália, *haberfeldtreiben*, *thierjagen* e *katzenmusik* na Alemanha e *rough music* na Inglaterra. Nesse último país há registros do termo *rough music* desde fins do século XVII “para denotar uma cacofonia rude, com ou sem ritual mais elaborado, empregada em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam certas normas da comunidade”.

---

<sup>27</sup> O decreto de nomeação é de 11/10/1873, segundo o *Correio da Bahia*, 21/10/1873, p. 1.

<sup>28</sup> *Diário da Bahia*, 12/12/1873, p.1; *Diário da Bahia*, 11/01/1874, p.2.

Nessas festas estrondosas se denunciavam decisões de magistrados e se contrapunham a funcionários impopulares; criticavam nas ruas a ação da polícia; de delatores; dos ladrões de cadáveres; dos que recrutavam à força; contra pregadores impopulares e outras situações que contrariavam a “economia moral” da multidão (THOMPSON, 1998, pp. 387-388). Ainda segundo o historiador inglês, eram eventos de rua caracterizados pelo “barulho estridente e ensurdecedor, o riso desapiedado e as mímicas obscenas”. O ritual consistia em uma “barulhada de cutelos, tenazes, tamborins, violinos pequenos, rabecas antigas, instrumentos desafinados, serpentões, chifres de carneiro e outras formas históricas de música”. Ou instrumentos mais rústicos ainda, como pedras dentro de latas, por exemplo. Além do barulho, havia atos e práticas mais estruturados que incluíam desfiles satíricos nos quais entravam “máscaras e danças; recitativos elaborados; pantomimas rudes ou caçadas; ou (frequentemente) o desfile e a queima de efigies; ou, ainda, combinações variadas de todos esses elementos” (ib. p. 354).

Outras manifestações de protesto político-musical assemelhadas ao *charivari* político foram realizadas em Juazeiro na década de 1870<sup>29</sup>. Um desses episódios ocorreu em 1877: reagindo ao debate parlamentar daquele ano na Assembleia Provincial da Bahia sobre os conflitos entre autoridades judiciárias e policiais em Juazeiro, um leitor do jornal *Diário da Bahia*, assinado como *Um Joazeirense*, escreveu carta em defesa do delegado de polícia Luiz Ignácio da Silva, o mesmo que havia sido alvo do “desabafo” dos amigos de Arsênio dos Anjos Moreira, nas duas noites de samba em 1873<sup>30</sup>. Dessa vez, o delegado foi açoitado por uma multidão que promoveu um *Caxambu*, tipo de samba encontrado no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás (CASCUDO, 1984; ALVARENGA, 1960; LOPES & SIMAS, 2015)<sup>31</sup>.

A carta de *Um Joazeirense* foi respondida, no jornal *O Monitor* cerca de dois meses depois, por outro leitor que se identificou como *O Observador*<sup>32</sup>. A carta publicada em *O Monitor* insinua que o missivista do *Diário da Bahia*, *Um Joazeirense*, seria filho do delegado Luiz Ignácio da Silva, ou, nos seus termos: “neto da liberta Josepha”. É provável que *O Observador* estivesse se referindo ao então estudante da

---

<sup>29</sup> Ver os discursos dos deputados Juvêncio Alves de Souza e Adolpho Vianna em “Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia – 1879”: 47a sessão ordinária, dia 27/06/1879, pp. 246-247 e 257-258; e do senador Fernandes da Cunha em Anais do Senado – Anno de 1879 – Livro 4, dias 02 e 05/04/1879. Sobre o outro episódio, ocorrido em 1879, ver Pires Neto (2020, pp. 255-256).

<sup>30</sup> *Diário da Bahia*, 25/05/1877, p. 2, texto intitulado “Negócios do Joazeiro”.

<sup>31</sup> Caxambu é o nome de um grande tambor e da dança executada ao som do instrumento; encontra-se também o caxambu como instrumentos de outras danças, como no bailado do jongo (CASCUDO, 1984).

<sup>32</sup> *O Monitor*, 21/07/1877, p. 2

Faculdade de Medicina da Bahia José Inácio da Silva, na época com 22 anos de idade, natural de Juazeiro, onde nasceu em 20 de setembro de 1855. Anos depois de formado, José Inácio foi eleito, por duas legislaturas, deputado provincial e deputado estadual, tendo tomado parte nos trabalhos da Constituinte da República. Foi eleito também para duas legislaturas como deputado federal e senador estadual, vindo a falecer em Salvador, em 8 de fevereiro de 1924 (CARVALHO JÚNIOR, 2000, p. 360).

Depois de ressaltar a distinção familiar e a riqueza material da família Vianna, a mais abastada dentre os proprietários de Juazeiro, afirma o missivista do jornal *O Monitor* que o capitão Luiz Ignácio da Silva teria sido até há pouco tempo “*verdadeiro pé rapado* (grifo no original) [...] foi ele escravo da nação<sup>33</sup>, sendo sua mãe a preta Josepha, escrava da Fazenda Formiga”. *O Observador* atribuiu a ascensão social do delegado de polícia ao fato de ele ter construído fortuna no comércio local e de ter se articulado com os políticos conservadores da corrente da família do senador Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha. “Honrado negociante e proprietário, dos mais abastados do termo” – foi como o senador Fernandes da Cunha se referiu a Luiz Ignácio da Silva na tribuna do Senado do Império<sup>34</sup>. Avaliado pelos seus inimigos e adversários políticos como “geralmente antipatizado pelos seus atos de violência”, desconheço outra fonte que possa confirmar a informação publicada no jornal *O Monitor* de que o capitão Luiz Ignácio da Silva teria sido, de fato, “escravo da nação” e “filho da liberta Josepha”.

Mais de uma fonte referiu-se à sua passagem pela província do Piauí, de onde teria seguido (ou retornado?) para Juazeiro, sob a suspeita de ter se envolvido na prática de crimes. Segundo o seu concorrente político, deputado Adolpho Vianna,

[...] o capitão Luiz Ignácio da Silva é uma dessas lavas atiradas do Piauí ao Juazeiro pelo vulcão de acontecimentos não muito honrosos. Não tem origem política [...] e nem me perguntem por que, visto como não desejo acompanhar os seus passos da província do Piauí à cidade do Juazeiro e os longos dias que nela tem passado. Eu quero considerar ao capitão depois de proprietário rico naquela cidade<sup>35</sup>.

A intrigante biografia de Luiz Ignácio da Silva e dos seus vínculos com o poder local e com o mundo da escravatura está repleta de lacunas. Sabemos que foi capitão da

---

<sup>33</sup> Escravos que prestavam serviços ao Estado. Ver, p. ex., Ilana Peliciari Rocha, “Escravos da nação: O público e o privado na escravidão brasileira (1760-1876), disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>

<sup>34</sup> Anais do Senado – Anno de 1879 – Livro 4, dia 02/04/1879.

<sup>35</sup> Adolpho Vianna em “Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia –1879”, p. 259

guarda nacional. Uma de suas filhas era casada com o bacharel Álvaro Antonio da Costa, o juiz de direito da comarca, que substituiu Francisco Baptista da Cunha Madureira. Luiz Ignácio da Silva Filho formou-se na Faculdade de Direito de Recife e seu outro filho, José Ignácio da Silva, como visto, tornou-se médico, deputado provincial, federal e senador estadual<sup>36</sup>.

Mas se a biografia do capitão, delegado de polícia e rico proprietário Luiz Ignácio da Silva está por ser escrita, é possível afirmar que a população afro-brasileira tinha, na época, presença marcante em Juazeiro. *O Observador*, na carta publicada no jornal *O Monitor*, afirma que participaram do “divertimento”, nomeado de “cachambú”, numeroso contingente de brincantes, inclusive, “escravos armados”. No “grande samba” do dia de Finados de 1873, referido pelo juiz municipal e de órfãos Francisco Martins Duarte, além dos “capangas animados pelos seus chefes”, estavam presentes também algumas pessoas escravizadas. Dado a falta de informações mais detalhadas, podemos usar alguns dados que ajudem a trazer elemento característicos da população e da cultura popular da região.

### **3. POPULAÇÃO E CULTURA NA CORTE DO SERTÃO DO S. FRANCISCO<sup>37</sup>**

O comando político e econômico de Juazeiro, como se dava em todos os lugares do Brasil, estava nas mãos dos “brancos da terra”. Porém, “pretos”, “caboclos” e “pardos” constituíam a imensa maioria da população e, por consequência, suas práticas econômicas e socioculturais tinham peso determinante na sociedade local. Na segunda metade do século XIX, conforme dados do Censo de 1872, os então chamados “pretos”, “pardos” e “caboclos” da Vila de Juazeiro representavam 92,43% da população total da paróquia. A imensa maioria eram pessoas livres. O número de “brancos” era inferior a 600 pessoas. Os escravizados – pretos e pardos – representavam 17,92% da população total (1.409 pessoas escravizadas). A média nacional de pessoas escravizadas em 1872 variava de 7,8% (Centro-Oeste) para 19,5% no Leste (SE, BA, ES, RJ) de acordo com SKIDMORE (1976, p. 57). A população total, segundo o Censo de 1872, na freguesia

---

<sup>36</sup> Ato de nomeação para a guarda nacional, *O Liberal Pernambucano*, 07/07/1857, p. 2. O bacharel Luiz Ignácio da Silva Filho foi nomeado juiz municipal e de órfãos do Termo de Capim Grosso em 12/09/1886, segundo o “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1886”. Encontramos uma referência sobre a atuação parlamentar de José Ignácio da Silva debatendo questões relacionados a Juazeiro em “Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, 1887”. A família de Luiz Ignácio da Silva era também envolvida com atividades teatrais na vila de Juazeiro.

<sup>37</sup> A expressão “Corte do São Francisco” foi atribuída a Juazeiro por Teodoro Sampaio (1905).

do *Joazeiro*, era de 7.863 pessoas, das quais 6.454 eram livres. Os “pretos” constituíam a maioria da população (42,65%) sendo que quase dois terços deles (73,64%) eram pessoas livres.

**Quadro 1** - População da Paróquia de Nossa Senhora das Grotas de Joazeiro

	Pop. Total	% s/ Pop. Total	Pop Livre	% Livres s/ Pop. Total	Pop Escrav	% Escravos s/ Pop. Total
Branços	595	7,57	595	7,57	-----	-----
Pretos	3.354	42,65	2.470	31,41	884	11,24
Pardos	2.877	36,59	2.352	29,91	525	6,68
Caboclos	1.037	13,19	1.037	13,19	-----	-----
TOTAL	7.863	100,00	6.454	82,08	1.409	17,92

Fonte: Censo 1872, Bahia, p. 409

Pessoas escravizadas em Juazeiro foram recenseadas como artistas (designativo genérico que abrangia diversos tipos de artesãos), pescadores, costureiras, operários de metais, de madeira, tecidos, edificações, calçados, lavradores, serviços domésticos e sem profissão. A maior parte da população ativa era constituída por lavradores – 2.690 pessoas, das quais 875 escravizadas: 571 escravos e 304 escravas<sup>38</sup>. Todos os “pretos” e “pardos” – escravos e livres – além dos “caboclos”, trabalhavam nas profissões supracitadas e ou em 46 engenhos de cana que produziam açúcar e rapadura; e também em cerca de 100 oficinas para fazer farinha de mandioca. “O número de pessoas empregadas no serviço de cada engenho é, indistintamente, de 10 a 12 entre livres e escravos, assim como empregam-se no serviço das oficinas de farinha de 5 a 6 pessoas mais ou menos e sem distinção de livres ou escravos”<sup>39</sup>. Além dos engenhos, havia a produção de “gado vacum, cavalar, lanígero, cabrum e muar; a lavoura inclui[a] mandioca e produção de farinha, milho, feijão, arroz, rapadura, sal e couro seco”<sup>40</sup>. O “grande samba” de Juazeiro de 1873 pode ser plenamente identificado como expressão musical e coreográfica daquela população majoritariamente preta, cabocla e mestiça, portadora de costumes comuns na região.

<sup>38</sup> Censo, 1872. População considerada em relação às profissões, p. 411.

<sup>39</sup> *Diário da Bahia* 04 de março de 1874, p. 2.

<sup>40</sup> *Diário da Bahia* 04 de março de 1874, p. 2.

O musicólogo potiguar Oswaldo de Souza fez vasta “coleta” de música popular tradicional no vale do Rio São Francisco em 1949, e levantou a ocorrência, em Juazeiro, de diversos folguedos semelhantes aos que presenciou em outros municípios da região. Encontrou, por exemplo, um Reisado ensaiando para as festas natalinas. Nos Reisados do Vale havia – como há ainda hoje – personagens como o bumba-boi, burrinhas, elementos como presépios, e em todos eles havia o momento do samba ou *batuque* – incluindo o “samba de embigada” cantado e dançado no interior das casas que recebiam os reiseiros, assim como chulas, corridos e cocos. Além das festas do ciclo de Natal e de Reis, o sociólogo norte-americano Donald Pierson, pesquisando no vale do Rio São Francisco alguns anos depois de Oswaldo de Souza, constatou também a rica cultura popular do Vale, que se expressava na medicina fitoterápica, na variedade dos contos afro-indígenas e na diversidade das festas religiosas e dos folguedos tradicionais, a exemplo das festas de São Gonçalo, do Divino Espírito Santo, Cavalhadas, Bailes Pastoris, Malhação de Judas, Lamentação das almas, Penitentes e Torés, Cheganças e Reinados do Congo dentre outras (PIERSON, 1972, t. III, pp. 129-198).

O bailado dos Congos de Juazeiro era realizado durante a festa de N. Sra. do Rosário, que ocorria no dia 1º de novembro, véspera de Finados. O conjunto era composto por negros, com participação eventual de algum branco. Realçemos esse fato: na primeira metade do século XX a festa do Rosário em Juazeiro era realizada no dia 1º de novembro, véspera de Finados. Os documentos acessados nos impedem afirmar, categoricamente, que, em 1º de novembro de 1873, dia de sábado, os festejos do Rosário tenham sido realizados em Juazeiro e as folias atravessado a madrugada, entrado no domingo, dia 2, e interrompidas, momentaneamente, com a prisão de Arsênio dos Anjos Moreira, para serem retomadas com o “grande samba”, à noite, que iria tirar o sono do juiz municipal e de órfãos Francisco Martins Duarte.

Por outro lado, até os dias de hoje, continua em pleno funcionamento, naquele município, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, cuja ata de fundação foi lavrada em 08 de novembro de 1926. Na ata ficou registrado que em Juazeiro o festejo em louvor da santa preferida dos afro-brasileiros “se vem celebrando de longos anos”, sem precisar exatamente quando teria sido o seu início. A reunião geral que sacramentou a instalação oficial da Confraria foi presidida pelo padre Vicente Francisco de Jesus Matos, que justificou a formalização da nova instituição argumentando “que até agora esta festa não era revestida do cunho de verdadeira devoção. Que [a Confraria] tem por fim a *reforma dos costumes* (grifo meu) e tornar o devoto cristão”. Era seu intento, a

partir daquela data, “transformar o festejo em festa de piedade e agregar devotos do Rosário em Confraria com o fim de celebrar piedosamente” a santa padroeira do Rosário<sup>41</sup>.

A exortação do vigário em favor da “reforma dos costumes”, perseguida pela Igreja com a formalização da Confraria, deixa evidente que os *festejos* do Rosário, em Juazeiro, tal como ocorria na maioria dos lugares, era motivo de muita pândega regalada por músicas, danças, comidas e bebidas. A preparação dos festejos começava no mês de junho, com a folia da bandeira peregrinando pelo interior do município, passando de casa em casa da zona rural, arrecadando donativos para a festa. A folia só retornava para a cidade em setembro para fazer a peregrinação pelas casas dos católicos que residiam na zona urbana, assim como pelas escolas, estabelecimentos comerciais e “lugares públicos decentes” (CARDOSO, 1985, pp. 49-58).

A intensa circularidade das formas culturais tradicionais e a permanência de muitos elementos dessas formas culturais ao longo do tempo nos autorizam formular a hipótese de que as práticas culturais dos afro-brasileiros e da gente pobre de outras procedências étnicas, que viviam no vale do S. Francisco na década de 1940 e foram descritas por Oswaldo de Souza, eram aparentadas – ainda que tenham passado por sucessivas atualizações – àquelas encontradas, durante a década de 1870, na freguesia de N. Sra. das Grotas do Joazeiro. Conta em favor dessa hipótese o fato de que, apesar do dinamismo próprio da cultura, é preciso considerar que processos e formas tradicionais populares, transmitidos de modo oral e vivencial, tendem a ser cultivadas por sucessivas gerações.

#### 4. O GRANDE SAMBA DA GUARDA NACIONAL

Dançou-se muito, folgou-se!  
Pintou-se o padre, o diabo!  
Houve fino jequipanga  
Que chegou de cabo a rabo

Foi uma noite de festa!  
Foi baile nunca igualado!  
Houve assaz chapéus de bico  
E muito chapéu azulado<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> “Ata da Instalação da Confraria de Nossa Senhora do Rosário na Cidade Juazeiro – Bahia”, 08 de novembro de 1926, cópia manuscrita do original gentilmente cedida por Nilza Xavier da Cruz Muniz, atual presidente da Confraria.



As duas quadras, publicadas no jornal *O Mosquito* (RJ) em 1870 noticiam a realização da “grande noite de festa” na capital do Império, referida no título do poema acima como o “Grande Samba da Guarda Nacional”. O evento ocorreu durante o período das comemorações pelo fim da guerra do Paraguai. O desembarque dos retornados e as festas em homenagem aos voluntários da pátria e aos guardas nacionais ganharam prioridade na pauta dos políticos liberais – que controlavam o gabinete do imperador quando a guerra teve início. Os liberais esperavam ver o Conde d’Eu entrar

<sup>42</sup> SIQUEIRA (1978, p. 105). “Jequipanga” é vocábulo da língua Xucuru [Cariri?] significa “divertimento”: disponível em <http://jurunaxukuru.blogspot.com/2011/09/vocabulario-xucuru-shukuru.html> consulta em 23/10/2018.

no Rio de Janeiro à frente dos seus comandados. O futuro duque de Caxias, tradicional político conservador, havia se demitido da liderança das tropas logo após a ocupação de Assunção, em 1º de janeiro de 1869, pois considerou que ali a guerra havia acabado. O Conde d'Eu (simpático aos liberais) ocupou seu lugar e, diante da resistência de Lopez, os conflitos se arrastariam por mais um ano. O programa oficial para a recepção dos Voluntários da Pátria, no Rio de Janeiro, marcado para 10 de fevereiro de 1870, deixou de ser cumprido como previsto inicialmente pelo gabinete dos conservadores; a começar pela hora da chegada, que deveria ser durante o dia e acabou sendo a noite.

“Diga-se a verdade, os voluntários são desconsiderados pelo governo porque são cidadãos chamados às armas patrioticamente pelos liberais, porque o Senhor Duque de Caxias, em sua onipotência, os dissolveu”<sup>43</sup>. A disputa política levou o governo a temer também a pressão dos ex-combatentes quanto ao pagamento dos soldos e gratificações, atrasados há vários meses. O plano era dissolver rapidamente os batalhões, pois o governo receava que, armados, aqueles homens pudessem pôr mais lenha na fogueira das lutas políticas locais. Discutiu-se a proposta de subdividir o desembarque, e de levar os batalhões diretamente às suas províncias, em grupos menores, ao invés de desembarcarem todos no Rio de Janeiro. Enfim, a polêmica em torno da recepção aos retornados durou, pelo menos, até o mês de julho, quando, finalmente, começaram as festas e foram promovidos diversos folguedos – inclusive o “Grande Samba da Guarda Nacional” – mas sem a participação da maioria dos desembarcados, que havia sido repatriada para as suas províncias.

A curiosa relação entre “grande samba”, militares, Guarda Nacional e guerra do Paraguai se observa também no evento de 1873, ocorrido em Juazeiro, no dia de Finados. Pelo menos três das pessoas citadas na correspondência do juiz municipal e de órfãos Francisco Martins Duarte estiveram presentes na guerra. Um deles é o dr. Juvêncio Alves de Souza, que atuou como médico-cirurgião em ambulâncias do Exército em operações; forneceu aguardente e estimulou a participação dos seus escravos no “grande samba” de Juazeiro. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1864)<sup>44</sup>, Juvêncio Alves de Souza retornou para o sertão da Bahia no início da década de 1870. Em Sento Sé, atuou na prestação de serviços médicos. Casou-se com a prima Amélia Clara, filha do latifundiário José Nunes Sento Sé, coronel

---

<sup>43</sup> *A Reforma* (RJ), 25/01/1870, p. 8.

<sup>44</sup> *Jornal do Comercio* (RJ), 11/02/1867; 22/08/1867; e 04/09/1868. *Cruzeiro do Brasil* (RJ), 18/12/1864, p. 4; *Indicador Alfabético – Da morada dos seus principais habitantes* (RJ) para o ano de 1865, fornece o seu endereço; “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1866”.

comandante da Guarda Nacional e chefe do partido liberal naquele município. A união entre as duas famílias de potestades locais, os Sento Sé e os Alves de Souza, fez de Juvêncio herdeiro do partido liberal naquela região. Depois da medicina, na segunda metade da década de 1870, começou a carreira política como deputado provincial e, posteriormente, senador<sup>45</sup>.

Outro que lutou no Paraguai, acusado de colaborar com o *grande samba* de Juazeiro, foi o capitão Francisco Luiz Ferreira, adjunto de promotor público, cujo batalhão de Voluntários da Pátria foi mobilizado pelo seu pai, o tenente-coronel Antonio Luiz Ferreira, liderança do Partido Liberal em Juazeiro na época, que reuniu “uma falange de mais de duzentas pessoas” para lutar na região do Prata, inclusive dois de seus filhos, um dos quais morreu no campo de batalha e o outro, Francisco Luiz Ferreira, retornou ostentando medalhas de mérito militar<sup>46</sup>. Por fim, o tenente Francisco Pereira das Neves, comandante do destacamento policial acionado para reprimir o “grande samba”, foi para a guerra na condição de “praça de pret”, ou seja, como soldado raso, tendo logrado atingir o posto de tenente agregado durante a conflagração<sup>47</sup>.

A historiografia sobre a guerra demonstra ampla participação de afro-brasileiros nas fileiras do Exército em operações – muitos deles recrutados à força. Além do recrutamento de descendentes de africanos livres, foram alforriadas cerca de sete mil pessoas escravizadas e enviadas para as frentes de batalha. Nos primeiros anos da guerra, inclusive, foram organizados na Bahia e em Pernambuco batalhões formados exclusivamente por soldados e oficiais negros (SALLES, 1990; RODRIGUES, 2001; KRAAY, 1998 e 2012). A Bahia foi o estado da federação que enviou para a guerra a maior quantidade de voluntários da pátria – 13 de um total de 58 batalhões (BARROSO, 1922, p. 65). É razoável presumir que muitos daqueles soldados tenham sido formados em meio à cultura musical popular da época<sup>48</sup>.

Poucos anos após retornarem da guerra, os combatentes de baixa patente enfrentaram imensas dificuldades, pois não receberam as recompensas prometidas pelo

---

<sup>45</sup> *O Monitor*, 27/04/1878; *O Paiz* (RJ), 15/12/1884; *Gazeta de Notícias*, 10/07/1897. Outras informações sobre Juvêncio Alves de Souza em FALCÓN (2008): o líder comunista Mário Alves, assassinado nos porões da ditadura militar em 1970, natural do município de Sento-Sé, era neto de Juvêncio Alves de Souza.

<sup>46</sup> Informações prestadas pelo deputado Juvêncio Alves de Souza em “Annaes ...” idem, p. 252.

<sup>47</sup> “Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia – 1874”, 39a. Sessão Ordinária em 16/04/1874, p. 56; “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1874”, p. 38: nomeado Tenente efetivo em 09/07/1874; “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1877”, p. 27: promovido a capitão em 17/07/1877.

<sup>48</sup> Há vários exemplos confirmando a hipótese em Pires Neto (2020, pp. 274-277)).

Estado Nacional. Esse fato afetou de modo ainda mais cruel aqueles que ficaram inválidos devido às mutilações de guerra. Ainda assim, há relatos que demonstram o impacto simbólico do retorno e a influência buliçosa e inspiradora dos ex-combatentes para a criação musical popular (RODRIGUES, 2001, p. 127). Abonados com recursos a que faziam jus (soldos atrasados e gratificações), parte recebidos no Rio de Janeiro e outra parte na Bahia, os retornados buscaram na cidade todo tipo de diversão e tornaram-se, inclusive, alvo de quem busca dinheiro fácil. Durante romaria ao Bonfim, o jornal *O Alabama* publicou que uma “crioula” tirou uma *chula* cuja poesia é reveladora das relações sociais dos ex-combatentes<sup>49</sup>.

Por fim, deixamos assentado que a expressão *grande samba* foi empregada com certa frequência na década de 1870 na imprensa do Rio de Janeiro e de outras províncias com o significado de evento estrondoso, ruidoso, percussivo, como a *rough music*. Às vezes encontra-se na imprensa o uso do vocábulo “Samba” para referir-se também a acontecimento distinto do caracteristicamente festivo, predominando conflitos, brigas e confusão, sem nenhuma conotação musical e coreográfica<sup>50</sup> ou até mesmo com o sentido de “lambança”, coisa mal feita, “imoral”<sup>51</sup>. As pesquisas indicam que desde a década de 1830 o vocábulo *Samba* foi usado para depreciar uma pessoa, para caracterizar uma prática musical feita com viola, para designar um evento festivo ruidoso, estrondoso, para descrever um conflito sem relação direta com música e dança e para caracterizar comportamentos supostamente reprováveis.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Oneyda. *Música Popular Brasileira*. Editora Globo, 1960.

ARAÚJO, Nelson de. *Pequenos mundos – um panorama da cultura popular da Bahia*. Salvador: UFBA/EMAC, 1986, v.1.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Stanzas and Sticks: Poetic and Physical Challenges in the Afro-Brazilian Culture of the Paraíba Valley, Rio de Janeiro. *History Workshop Journal*, Oxford University Press, 77, fev. 2014.

BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos: os cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1917.

---

<sup>49</sup> *O Alabama*, 29/03/1870

<sup>50</sup> *O Cearense*, 26 de outubro de 1852, p. 2; e 09 de dezembro de 1856, p. 1.

<sup>51</sup> *O Cearense*, 15 de fevereiro de 1852, p. 3.

BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro. Edição Comemorativa do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1922.

BRASIL, Eric. Carnaval como direito: A Revolta Canboulay de 1881, em Port-of-Spain, Trinidad. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, N°. 20, p. 48-77, Jan/Jun., 2016.

CARDOSO, Antonila da França. Nosso vale ... seu folclore beira-rio. Brasília: Thesaurus, 1985.

CARVALHO JÚNIOR, Alvaro Pinto Dantas de. *Cícero Dantas Martins – de barão a coronel*: trajetória política de um líder conservador na Bahia 1838-1903. 2003. 381 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FALCÓN, Gustavo. Do reformismo à luta armada – A trajetória política de Mário Alves, 1923-1970. Salvador: EDUFBA/Versal Editores, 2008.

KRAAY, Hendrik. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a guerra do Paraguai, *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 33, pp. 119-152, set. 1998.

KRAAY, Hendrik. Ritos políticos e politização popular no Brasil imperial. Almanack, Guarulhos, n. 09, p. 30-40, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320150902>. Acesso em: 22 jun. 2017.

KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá, os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 121-161, 2012. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21264>. Acesso em: 18 jul. 2018.

LOPES, Nei. e SIMAS, Luiz Antonio. Dicionário da História Social do Samba. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PEREIRA, Edmundo. Benditos, Toantes e Sambas de Coco – notas para uma antropologia da música entre os Kapinawá de Mina Grande. Em: GRÜNEWALD, Rodrigo. Toré: regime encantado dos índios do nordeste. PE: Massangana, 2005.

PIERSON, Donald. O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Suvale, 1972, 3v.

PIRES NETO, Josias. Música e dança afro-atlânticas: [ca]lundus, batuques e sambas – permanências e atualizações. Tese de doutorado, POSCULTURA, UFBA, 2020.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Retirada das tropas aliadas e os festejos pelo fim da guerra do Paraguai no Brasil e na Argentina (1869-1870). In ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, XI, 2014, Niterói. Anais. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Marcelo%20Santos%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (In)Voluntários da Pátria na guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito. 2001. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SALLLES, Ricardo Henrique. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército. Terra e Paz, 1990.

SAMPAIO, Teodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu do Sagrado Coração, 1905.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SIQUEIRA, Baptista. Origem do termo samba. São Paulo/Brasília: IBRASA, INL, 1978.

SOUZA, Oswaldo de. Música Folclórica do Médio São Francisco. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979. 2v.

TÁVORA, Franklin. O Cabeleira, São Paulo: Ática, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## JUDAS-ASHVERUS, UMA NARRATIVA DECADENTISTA

Cláudia de Socorro Simas Ramos<sup>1</sup>

**RESUMO:** A literatura, como já sabemos há muito, é um campo fértil para o conhecimento de si, de um lugar, de um momento ou época, porque é ambiente de elaboração humana. É também o que permite que nós visitemos outras épocas, outros momentos, conheçamos situações que não constam da história oficial do país, e que nos ajudam a nos entendermos dentro da nação. Assim, este artigo trata do decadentismo presente na narrativa literária de “Judas-Ashverus”, de Euclides da Cunha, no livro *À margem da História*, que teve sua primeira edição em 1909. Nosso objetivo é analisar a noção de decadência na escrita do conto narrativo, na ascensão do ciclo da borracha na Amazônia, a partir deste autor que nos legou o documento-obra literária *Os sertões*, em 1902, percebendo um contexto de desigualdades sociais no Brasil, que com modificações, perdura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Euclides da Cunha; Literatura; Ciclo da borracha; Judas-Ashverus; Decadentismo.

**ABSTRACT:** Literature, as we have known for a long time, is a fertile field for the knowledge of oneself, of a place, of a moment or time, because it is an environment for human elaboration. It is also what allows us to visit other times, other moments, get to know situations that are not in the official history of the country, and that help us to understand ourselves within the nation. Thus, this article deals with the decadence present in the literary narrative of “Judas-Ashverus”, by Euclides da Cunha, in the book *À Margem da História*, which had its first edition in 1909. Our objective is to analyze the notion of decadence in the writing of the short story narrative, in the rise of the rubber cycle in the Amazon, based on this author who bequeathed us the literary work-document *Os sertões*, in 1902, perceiving a context of social inequalities in Brazil, which with modifications, persists.

**KEYWORDS:** Euclides da Cunha; Literature; Rubber cycle, Judas-Ashverus, Decadentism

---

<sup>1</sup> Doutoranda em literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ (2019). Pesquisadora bolsista FAPEAM (2019). Mestre em Letras, Estudos Literários pela Universidade Federal do Amazonas UFAM (2017), possui graduação em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Professora Efetiva de Língua Portuguesa na Secretaria Estadual de Educação - AM (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED). Participa do Grupo de Pesquisa Literatura em Estudos Transdisciplinares e Residuais – LETRAR da Universidade Federal do Amazonas. E-mail claudiasimas88@gmail.com

## A ECONOMIA GOMÍFERA E EUCLIDES DA CUNHA

O Brasil, tendo sido a única colônia portuguesa das Américas, e cercado por países de língua espanhola, tem, por diversos motivos, uma história muito particular. Muito da nossa diversidade vem se dando a conhecer através da nossa literatura, tanto quando pensamos em quem narra, quanto por quem passou a escrever e, no início do século XX, vimos nascer uma obra significativa, com Euclides da Cunha.

A fase da economia gomífera aconteceu décadas após a Independência, perpassando o Império, indo até a primeira República, entre 1880 e 1913, período áureo dessa atividade. Tanto nordestinos como estrangeiros de diversos países são atraídos para a Amazônia pela falsa expectativa de enriquecimento rápido no trabalho de extração da borracha, gerada pela difusão de “boatos” e também pela vinda de investidores externos, que se fixaram nas duas principais cidades da região, Belém (PA) e Manaus (AM).

As primeiras explorações do látex deram-se nas proximidades de Belém e na região das ilhas, Marajó, Rio Xingu e Jari, no Pará. As populações Tapuia e Cabocla passaram a se dedicar inteiramente ao trabalho de produção da borracha, abandonando a agricultura e, mais tarde, tentaram aumentar a produção da borracha, devido a maiores demandas de exportações para Europa e Estados Unidos.

Para aumentar a produção utilizaram uma técnica chamada de arrocho<sup>2</sup>, que extrai de forma mais rápida a borracha, determinando também o aumento da mão de obra para o seringal, trazendo uma população maior de famélicos de origem nordestina, expulsos pela seca da sua região.

A técnica de arrocho causava a morte de grande quantidade de árvores, fazendo com que muitos seringueiros fossem obrigados a avançar cada vez mais para o interior das florestas, atrás de novas seringueiras. Dessa forma, muitos seringueiros avançaram para as áreas dos rios Tapajós, Madeira, Purus e Juruá, chegando até o atual Estado do Acre que, à época, não tinha esse nome e pertencia à Bolívia, o que gerou conflitos entre o Brasil e a Bolívia e culminou com o tratado de Petrópolis, feito pelo Barão de Rio Branco.

É nesse contexto que Euclides da Cunha se desloca para a Amazônia, como funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, com intuito de demarcar o

---

<sup>2</sup> Técnica que consistia em ferir a seringueira de alto a baixo e em seguida amarrá-la fortemente com cipós visando extrair todo látex.

rio Purus e contribuir para as definições de fronteiras do país com o Peru e Bolívia. E, de acordo com Euclides da Cunha (1905)<sup>3</sup> a viagem foi morosa, “Não podíamos avançar aferradamente”. Nota-se que essa morosidade no deslocamento, que também ocorria em direção a outras regiões, será representada pelo autor no início de *Os Sertões*, em “A Terra”.

Euclides desejava atingir o objetivo, isto é, as cabeceiras do Purus e, é através dessas missões que o autor descreve as peculiaridades de sua viagem: “Estamos agora em regiões povoadas por peruanos, mas sentir-me fora de casa tenho novo alento, maior entusiasmo e segura resolução de seguir.” E continua: “Partimos de Curanja a 5 de julho. Íamos para o misterioso. Não pode negar-se que até aquela data existia entre nós e as nascentes do Purus, descido, um desmensurado telão, nô-las escondendo.”

Ao retornar para Manaus, ele retoma os estudos e pesquisas na Biblioteca, e no Arquivo Estadual acessa os conhecimentos necessários para escrever o relatório para o Barão de Rio Branco, como também elabora as primeiras páginas do livro “vingador”: *Um Paraíso Perdido. À Margem da História*. Nesta obra ele denuncia o coronel da borracha, o seringalista, que era o patrão da monocultura, o dono e senhor absoluto dos seus domínios, chamando a atenção para que não esquecessem o que havia do outro lado de tanta riqueza, o seringueiro explorado, o nordestino pobre retirante que fugia da seca, da miséria.

É preciso ter em mente que é este mesmo Euclides aquele quem, após perfilar-se com o governo central através de dois artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, havia sido convidado a cobrir os momentos finais do conflito em Canudos, no interior da Bahia. E, como podemos observar lendo sua obra, uma coisa foi defender que o governo adotasse medidas exemplares para debelar aquele conflito, outra coisa foi ver a tremenda desproporção de força que se abateu sobre aqueles sertanejos desprovidos de tudo, como foi feito pela estrutura militar brasileira contra os de Canudos. Se lembrarmos as palavras com que finaliza a narração do conflito em *Os sertões*:

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos...  
E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele

---

<sup>3</sup> Trecho de uma entrevista de Euclides da Cunha, publicado no *Jornal do Comercio* de 29 de outubro de 1905.

Antônio Beatinho, que se nos entregara, confiante — e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História ?

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas. (CUNHA, 1985, p. 571)

Podemos, então, afirmar, que nos escritos de Euclides da Cunha nos é oferecido aquilo que viu, ainda que com os olhos do Engenheiro Civil e funcionário público; o darwinista, mas que teve a atenção de observar, oferecendo com frequência artigos publicados em jornal e, em razão da morte precoce, pode elaborar poucas e poderosas obras.

Este é o caso do já mencionado *À margem da história*, publicado postumamente, que é composto por: Primeira parte - Terra Sem História (Amazônia): Impressões Gerais; Rios em Abandono; Um clima caluniado; Os Caucheiros; Judas-Ahsverus; “Brasileiros”; Transacreana. Imaginamos que, como em *Os sertões*, Euclides comporia outras partes, mas não houve tempo. Dizendo de outro modo, esta obra foi composta por capítulos sobre a região amazônica, outros voltados a estudos americanos e ensaio histórico.

Como dizíamos, nesta obra o autor denuncia o coronel da borracha, o seringalista, que era o patrão da monocultura, o dono e senhor absoluto dos seus domínios, ao mesmo tempo em que traz a situação de exploração a que era submetido o seringueiro, em geral um nordestino retirante da seca.

Era aparentemente livre, uma espécie de assalariado de um sistema absurdo, com uma estrutura concentracionária do seringal, pois o patrão dono do barracão atuava também como a autoridade civil e militar, impunha-se pela força, perseguia e punia brutalmente, tal qual se fazia com os escravos, o que obrigava o seringueiro a se tornar uma espécie de escravizado econômico e moral do coronel da borracha, como lemos no trecho:

Longe, sempre à margem do rio, o barracão do senhor do seringal, onde o patrão opulento estadeia o parasitismo farto, a mais criminosa organização de trabalho que ainda engendrou o mais desaçamado egoísmo, pois o seringueiro e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das estradas, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se. (CUNHA, 1905, p. 11)

Novamente, o autor de *Os sertões* nos permite conhecer situações do nosso povo, do nosso passado, que custaram a chegar à superfície. Dessa forma, como vemos na obra, o seringueiro já chegava com dívidas da viagem feita do Nordeste até os seringais do Norte, pois as passagens eram pagas pelo dono do barracão:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, numa gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. (CUNHA, 2006, v.1p. 259)

Num tempo em que nem eram mencionados direitos trabalhistas ou condições dignas de trabalho, e devido ao isolamento no meio da floresta, o seringueiro ao chegar era obrigado a comprar as mercadorias de primeiras necessidades, tais como sal, víveres, redes, pólvora e fósforos, no barracão. Ou seja, o primeiro acontecimento nesta relação desigual é o trabalhador endividar-se, como vemos:

Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talhe de machadinha, ainda é o brabo canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000 (CUNHA, 2006, v. 1, p. 259).

O dinheiro para pagar as passagens e essas mercadorias era ganho com o trabalho de cortar seringa e recolher o látex. Mas, como o preço cobrado pelas mercadorias era muito alto, o dinheiro ganho com o látex nunca era suficiente para pagá-las, o que acarretava dívidas enormes no barracão, não conseguindo assim o seringueiro escapar ao seu destino.

Este tema já aparecera na obra primeira obra do autor, assim como a riqueza de detalhes da situação material de que trata: em *Os sertões* a região seca e desprovida de

qualquer atenção do Estado, aqui, como vimos acima, a escravidão materializada no endividamento. O conto intitulado Judas Ashverus relata os sentimentos dos nordestinos diante dessa dura realidade.

## **JUDAS-ASHVERUS, UMA NARRATIVA DECADENTISTA**

De acordo com Milton Hatoum (2002) “Euclides trouxe a lenda antiga do Judas-Ahsverus para um rio da Amazônia, num dia e lugar determinado: O sábado de aleluia às margens do Purus”, (HATOUM, 2002, p.325), trazendo, assim, o significado maior de dois traidores, o Judas<sup>4</sup>, responsável pela crucificação de Jesus e a de outro judeu o errante, que teria injuriado Jesus no momento da crucificação, e por isso foi amaldiçoado a andar sem rumo pela terra.

A narração demonstra a decadência e todo pessimismo infligidos aos seringueiros; é na “malhação” do Judas no sábado de aleluia, que Euclides narra uma cena singular de um Judas monstruoso feito de meias entumecidas pelo recheio de trapo:

E principia, às voltas com a figura disforme: salienta-lhe e afeiçoa-lhe o nariz; reprofunda-lhe as órbitas; esbate-lhe a fronte; acentua-lhe os zigomas; e aguça-lhe o queixo, numa massagem cuidadosa e lenta; pinalhe as sobrancelhas, e abre-lhe com dois riscos demorados, pacientemente, os olhos, em geral tristes e cheios de um olhar misterioso; desenha-lhe a boca, sombreada de um bigode ralo, de guias decaídas aos cantos. Veste-lhe, depois, umas calças e uma camisa de algodão, ainda servíveis; calça lhe umas botas velhas, cambadas... Recua meia-dúzia de passos. Contempla-a durante alguns minutos. Estuda-a. Em torno a filharada, silenciosa agora, queda-se expectante, assistindo ao desdobrar da concepção, que a maravilha. Volve ao seu homúnculo: retoca-lhe uma pálpebra; aviva um ricto expressivo na arqueadura do lábio; sombreia-lhe um pouco mais o rosto, cavando-o; ajeita-lhe melhor a cabeça; arqueia-lhe os braços; repuxa e reifica-lhe as vestes... (CUNHA, 2006, p. 55)

E, como podemos perceber nessa passagem, o Judas aparenta as mesmas fisionomias do seringueiro, como se criador e criatura se assemelhassem, causando susto e horror aos filhos dos seringueiros ao perceberem tamanha semelhança: “e os filhinhos todos recuam, num grito, vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra o

---

<sup>4</sup> Bíblia: Judas trai Jesus (Mt 26.1-5, 14-16; Mc 14.1-2, 10-11; Jó 11.45-53)

vulto do seu próprio pai”. (Idem). Nessa situação degradante, era como se nem mesmo Deus se lembrasse de passar nessas tristes paragens:

(...) certo, o redentor universal não os redimiu; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões. (CUNHA, 2006, p.55.)

A situação de decadência e desesperança apresentada em Judas-Ashverus traz o seringueiro, junto à natureza sem ilusões, pois não se move aos rogos aceita a fatalidade, o seu destino e submete-se sem nenhuma tentativa de evasão ou de cair na tentação covarde de um pedido a Deus, com os joelhos dobrados, tudo é sentido como inútil:

Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lava-pés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a Semana Santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora. (CUNHA, 2006, p.56)

Rezar seria, portanto, acovardar-se; orar, segundo o texto, suplicando uma saída ou um consolo seria um mecanismo de fuga. Pior, seria um esforço inútil, pois o seringueiro tinha a consciência da distância que o afastava dos homens e, além do mais, Deus não poderia dirigir seu olhar àqueles brejais correndo o risco de se macular.

Se nos lembrarmos de que o Brasil fora a nação em que a escravidão, na modernidade, teve a duração mais longa; que por ter sido colonizado por um país Católico como Portugal, também se construiu sob o Cristianismo, o que não impediu a manutenção do regime escravista<sup>5</sup>, mesmo após o fim da escravatura nada se fez para incluir os ex-escravizados ao país como parte da população, faz sentido que circulasse essa ideia de que em alguns lugares não se era digno de receber a atenção do divino.

---

<sup>5</sup> “No Sermão XIV, pregado aos pretos de uma Irmandade do Rosário, em 1633, Antônio Vieira faz um lamento em favor da escravidão: “Oh, se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus, e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre!” (Vieira, 1954: 26-27). Como um voto de gratidão, o escravo era “persuadido”, não coagido, a “optar” pela obediência, aceitando o seu destino de cativo.” (SANTANA, 2007, p. 4)

Além disso, na citação acima podemos ver figurada a situação de escassez e penúria, bem como grandes e constantes dificuldades em que se encontram os seringueiros, pois se alguns jejuavam pela data especial, para aqueles desprovidos materialmente os jejuns faziam, obrigatoriamente, parte da rotina, não era uma escolha.

Chegam, então, à conclusão de que não valia a pena arrepender-se, o que seria um modo cuidadoso de se revoltar, protestando por uma bem-aventurança. Seu destino era dos piores, não seria ouvido, pois “nas capelas, nas igrejas, nas catedrais e nas cidades ricas havia, certamente, concorrentes mais felizes, mais bem-protegidos” (CUNHA, 2006, p.56).

Observamos assim nas nossas leituras, que essa narrativa é construída através de pessimismo e abatimento, que fazem referência às grandes injustiças sociais, e às enormes distorções e drama do seringueiro em um espetáculo da falta de esperança na tão prometida modernidade, pois havia uma grande contradição entre o senhor do seringal com sua fortuna que corriam livremente e o sofrimento infligido ao seringueiro.

Além disso, de acordo com as reflexões de Schopenhauer (1788 - 1860) o “tédio e o sofrimento da existência só podem ser neutralizados pela anulação da vontade” (2001), de modo que, mesmo quem não leu o filósofo alemão, diante das situações adversas procura ater-se ao possível e à luta pela sobrevivência, como podemos observar na seguinte passagem do conto “Judas-Ashverus”: “Ali, – é seguir, impassível – e mudo, estoicamente, no grande isolamento da sua desventura” (CUNHA, 2006, p.56).

Milton Hatoum também pontua os aspectos trágicos, decadentes narrados por Euclides da Cunha:

(...) o sertanejo-seringueiro já não é mais um homem que se deixa arrebatar por superstições absurdas. Não há, na visão do narrador, um julgamento sobre a religião ou qualquer tipo de crença ou superstição do seringueiro. Ao contrário, o ritual religioso é narrado como um movimento de descenso, sempre para baixo guiado por uma visão sombria e pessimista de seres que não encontram redenção na fé, tão pouco recorrem à reza, a pertinência ou a queixa (HATOUM, 2002, p.326).

A estrutura narrativa de descida dos vários Judas fabricados pelos seringueiros demonstra o declínio e o tédio, numa alusão decadente de um círculo quase demoníaco no seu eterno giro, ao rodopiar nas águas as margens do Purus. São homens que se culpam, pois para eles foi a sua ganancia de querer também enriquecer em terras distantes que os engendrou nessa situação. Malhar o Judas seria, assim, uma expiação

de vingança, pois “no sábado de Aleluia (...) os seringueiros vingam-se, ruidosamente, dos seus dias tristes.” (CUNHA, 2006, p. 56).

O narrador também compara os Judas a uma assembleia: “Há a ilusão de um estupendo tumulto sem ruídos e de um estranho conlíabulo, agitadíssimo, travando-se em segredos, num abafamento de vozes inaudíveis”. (Idem). O seringueiro sente, assim, todo o seu descredito enquanto homem, pois ele se compara a uma pequena criatura sem identidade, o boneco Judas, numa metamorfose, aprisionado em um ofício solitário numa exploração que gera decadência e abandono.

É certo que todo texto literário é carregado de simbologia e imagens, inclusive quando composto por um engenheiro, por formação, pois ainda que apareçam nos textos de Euclides da Cunha dados da geografia local, ou da materialidade da vida, isto não significa que o autor tenha aberto mão do uso figurativo dos vocábulos, como na relação de feitura do boneco com o seringueiro que o confecciona.

Outro aspecto que podemos salientar nas análises feitas sobre *Á Margem da História* é sobre as influências do livro de Euclides nos autores realistas- naturalistas do Amazonas como, por exemplo, *o Inferno Verde* de Alberto Rangel, na qual o autor relega a Amazônia ao esquecimento, em um preciosismo vocabular, que representa a Amazônia em seu infernismo<sup>6</sup>.

Para outro autor, Mário Ypiranga Monteiro (1976), o tema do ciclo da borracha “[...] é o principal motivo do infernismo literário, o qual consiste em escandalizar a paisagem e explorar a tragédia em torno da figura opressora do coronel da borracha e da consequente submissão do seringueiro” (MONTEIRO, 1976, p.41). A ficção da borracha padeceria, segundo sua avaliação, de um tautologismo, ao repetir desgastadamente sempre os mesmos aspectos. O infernismo realista-naturalista que começaria, então, com a influência de Euclides da Cunha, o que nos leva a outra reflexão: como um autor considerado pré-modernista influenciou várias obras realista-naturalistas na Amazônia?

De acordo com Sousa (2010) “embora Euclides da Cunha seja mais associado ao movimento pré-modernista na medida em que emerge de sua narrativa uma forte crítica à realidade brasileira, sua obra pode ser associada à literatura naturalista do final do século XIX”. Pois, “o movimento naturalista, como é sabido, tinha como característica principal uma íntima ligação com o cientificismo positivista de August Comte e uma

---

<sup>6</sup> O Infernismo literário de acordo com Neide Gondim, (2007) é “ficcionalizar a natureza composta de mato e água, ocasionalmente, o nativo é demonizado ou piedosamente retratado, é incluído no quadro efênico/infernismo. Sendo ainda, muitas vezes, um intruso no processo de invenção da Amazônia.

forte crença segundo a qual o mundo social poderia ser explicado a partir das forças da natureza”. (SOUSA, 2010, p.3).

Neste momento, pode ser de utilidade nos lembrarmos de que essas divisões e classificações de arte e literatura tem muito de construção e organização inspirados nos manuais críticos sobre literatura do professor Antônio Candido (1965), numa única ordem, de apenas uma via, tautológica<sup>7</sup> e teleologia modernista<sup>8</sup>. Tendo isto em mente, não devemos nos esquecer de que diversos autores e mentalidades conviveram através dos tempos, sobretudo em fins do século XIX e início do século XX, o que ajuda a entender como Euclides pôde influenciar os autores amazonenses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a formação de Euclides da Cunha como engenheiro, que já mencionamos, e seus trabalhos como funcionário público, que o levaram a entender de geografia, geologia e conhecer partes do Brasil tidas como periferia, tendo sido também o que o levou à escrita, suas obras tem uma forma muito particular de narrar, trazendo dados sobre a geologia local, distâncias; em *Os sertões* temos elencadas várias secas anteriores ao momento do conflito em Canudos, o que é muito útil para entendermos em que ambiente se desenvolviam a exploração, mas também, os sentimentos daqueles homens e mulheres.

*Á margem da história*, já desde o título, demarca um lugar social de exclusão. Quando observamos o vocabulário utilizado ao longo da narrativa, podemos perceber como era a situação de desimportância de toda uma população, que deveria, mas não era efetivamente parte integrante da nação brasileira. Vemos: “dias tristes”, “mesmice torturante”, “existência imóvel”, “seringueiro rude”.

Quando observamos, por exemplo, a feitura do boneco do Judas, ricamente descrita e que até hoje se faz do mesmo modo, acabamos também percebendo que este mesmo Judas pode representar o próprio seringueiro e sua penosa situação, como vemos abaixo:

O judas faz-se como se fez sempre: um par de calças e uma camisa velha, grosseiramente cosidos, cheios de palhiças e molambos; braços horizontais, abertos, e pernas em ângulo, sem juntas, sem relevos, sem dobras, apumando-se, espantadamente, empalado, no centro do terreiro. Por cima uma bola desgraciosa representando a cabeça. É o manequim vulgar, que surge em toda a parte e satisfaz à maioria das gentes. Não basta ao seringueiro. É-lhe apenas o bloco de onde vai tirar a estátua, que é a sua obra-prima, a criação espantosa do seu

---

<sup>7</sup> Ao lermos Antônio Candido (Literatura e Sociedade, 1965) e Alfredo Bosi (História Concisa da Literatura Brasileira, 1994), percebemos uma intertextualidade com José Verissimo (História da Literatura Brasileira, 1969) no entendimento de *Os Sertões* como obra entre a Literatura e a sociologia.

<sup>8</sup> A literatura podemos dizer é organizada no sentido teleológico para chegar à culminância do modernismo.

gênio rude longamente trabalhado de reveses; onde outros talvez distingam traços admiráveis de uma ironia sutilíssima, mas que é para ele apenas a expressão concreta de uma realidade dolorosa. (CUNHA, 2006, p. 55)

Deste modo, lembrando que o boneco do Judas é feito para ser apedrejado, receber pauladas, ou seja, é para ser castigado sem dó nem piedade, e pensando que existe um espelhamento entre esse boneco que é feito e o seringueiro que o produz, constrói-se, então, uma metáfora da vida daqueles pobres infelizes, que parecem ter nascido para serem castigados.

Além disso, podemos perceber que o narrador entende que o seringueiro está naquela situação de penúria pela ganância que o inspirou a ir para a Amazônia, atrás de vida melhor, nas duras palavras “O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingasse de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra” (CUNHA, 2006, p. 56), quando já aprendêramos com o próprio Euclides que a questão da desigualdade social, entre as regiões do país, é estrutural, tanto no que tange às características naturais do sertão, quanto pelas escolhas de governo, em privilegiar alguns setores em detrimento de outros.

Não devemos nos esquecer de que este conto, diferentemente de *Os sertões* que eram relatos de um extenso conflito, concentram-se num único episódio, quase ao estilo do teatro grego que se passava em torno de um dia; de modo que a narração de um dia especial, que é o sábado de aleluia, acaba se configurando na encenação do próprio drama que vivem pessoas brasileiras que o país tratava como estranhos; que ao fugir de uma situação de miséria e degradação caem em outra situação de miséria e escravização.

Uma situação bastante diferente do momento vivido pelo país, de regime republicano recente, mão de obra europeia assalariada para substituir os escravos negros, um suntuoso Teatro Municipal recém-inaugurado em Manaus, ou seja, uma situação contrastante e angustiante.

Compondo o clima decadente, lembremos de que em “Judas-Ashverus” não foi aplicada a lente evolucionista, nem evocado o mais forte capaz de resistir e vencer os desafios. Pelo contrário, o autor compõe o conto com o olhar atento e aproximado duma situação sem escapatória para o seringueiro.

Poucas épocas produziram uma arte tão permeada por pessimismos, a despeito dos avanços da modernidade, quanto o final do século XIX e início do XX. Mas se, por um lado essa difusão na arte se dava entre camadas superiores e escolarizadas, por outro, aqueles desprovidos de recursos materiais tinham uma vida inteira para comprovar seu padecimento, sem que pudessem nem mesmo expressá-lo. Àquela altura, só poderíamos acessar tais observações por alguém de fora, como é o caso de Euclides, de fora da situação de miséria.

Ainda que o olhar inicial do autor tenha sido de adesão à República, no sentido de que combatesse qualquer opositor, desde que pôs os olhos nas realidades afastadas da corte, Euclides da Cunha atuou como um tipo de testemunha, tendo prestado assim um serviço, inclusive à literatura brasileira. Na atualidade, em que pese a continuidade das desigualdades, os da periferia tomaram o papel e a caneta também.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. Edição Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 2004.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os sertões*. São Paulo: Editora Brasiliense; 1985.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*, Manaus: Editora Valer, 2007

HATOUM, Milton. Expatriados em sua própria pátria, *Caderno de literatura Brasileira* n° 13,14 Instituto Moreira Sales, 2002

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fatos da literatura amazonense*, Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 1976.

SANTANA, Tânia de. O Culto a Santos Católicos e a Escravidão Africana na Bahia Colonial, *Revista Aulas*, UNICAMP. N.4 – abril 2007/julho 2007, pp. 1-24.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001

SOUSA, Vanderlei Sebastião. O Naturalismo de Euclides da Cunha: Ciência, Evolucionismo e Raça em *Os Sertões*. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, agosto de 2010 Vol. 7 Ano VII n° 2. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br) acessado em 30 de julho de 2020

TOCANTINS, Leandro. Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido, *Edições Governo do Estado do Amazonas*, Manaus, 1966, volume VIII, In: Trechos de uma entrevista de Euclides da Cunha, publicado no *Jornal do Comércio* de 29 de outubro de 1905.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio; 1969.

## ARQUEOLOGIA DE UMA ENTREVISTA

*José Carlos da Costa Pinheiro*<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo faz a análise de uma entrevista realizada pelo historiador Antônio Marco Villa, com a assistência do historiador José Carlos Pinheiro, ao Professor José Calasans, intelectual, estudioso e pesquisador da Guerra de Canudos. A entrevista foi realizada em vários encontros por ocasião do Centenário do término da Guerra de Canudos, nos quais o Professor José Calasans discorreu sobre a sua formação, como surgiu seu interesse por Antonio Conselheiro e Canudos, destacando a presença de alguns sobreviventes da Guerra, autores e personalidades da época que analisavam o fenômeno. Ainda apresenta brevemente alguns momentos pitorescos da entrevista propriamente dita.

**PALAVRAS-CHAVE:** José Calasans; Memória, Guerra de Canudos; Antonio Conselheiro.

**ABSTRACT:** The article analyzes an interview conducted by historian Antônio Marco Villa, with the assistance of historian José Carlos Pinheiro, with Professor José Calasans, intellectual, scholar and researcher of the War of Canudos. The interview was carried out in several meetings on the occasion of the Centenary of the end of the Canudos War, in which Professor José Calasans spoke about his education, how his interest in Antonio Conselheiro and Canudos arose, highlighting the presence of some survivors of the War, authors and personalities of the time who analyzed the phenomenon. It also briefly presents some picturesque moments from the interview itself.

**KEYWORDS:** José Calasans; Memory, War of Canudos; Antonio Conselheiro.

*“Os vencidos também merecem um lugar na História. Não devem ficar no anonimato. Precisam desfrutar da situação definida do “quem era quem”. Assim pensando, julgamos que a gente humilde que lutou, matou e morreu na guerra fratricida de Canudos, o Belo Monte de Antônio Conselheiro, faz jus a ingressar num texto de caráter biográfico.”*

Com a proximidade do Centenário de nascimento de José Calasans Brandão da Silva, mais conhecido como professor Calasans, intelectual, estudioso, e pesquisador da Guerra de Canudos, em uma Portaria n. 0414/2015 de 19.02.2015 e publicada no DO de 20/02/2015, o Reitor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), José Bites de Carvalho, no uso das suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o

---

<sup>1</sup> Advogado e historiador do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC/UNEB.

Centenário no ano de 2015, constituiu uma Comissão composta dos seguintes membros Luiz Paulo de Almeida Neiva, Sérgio Armando Diniz Guerra, Manoel Antônio dos Santos Neto e José Carlos da Costa Pinheiro para, sob a presidência do primeiro, organizar as Comemorações.

Foi grande o privilégio ter conhecido o Professor José Calasans (14/07/1915-28/05/2002), tive a honra de ter mantido com ele alguns contatos em virtude de ser eu, pesquisador do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, que tem por finalidade realizar estudos e pesquisas sobre o semiárido baiano e a Guerra de Canudos. Criado pelo Decreto nº 31.299/84 como Órgão Suplementar da UNEB. O mesmo foi desenvolvido e definitivamente implantado pela Portaria nº 5428/85 da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e, desde então, vem ampliando seu acervo documental. Por outro lado, o CEEC vem resgatando a memória da região e valorizando o papel da comunidade sertaneja para a História Local, Regional e Nacional.

Pude travar um maior aprofundamento nessa relação com o professor Calasans no ano de 1997, Em cinco encontros, mais precisamente entre os dias 04 e 08 de agosto daquele ano; período em que se celebraria o Centenário do término da Guerra de Canudos 1896-1897, nos sertões da Bahia; quando em companhia do historiador paulista Antônio Marco Villa, da Universidade de São Carlos, recolhemos o valioso relato do saudoso Mestre Calasans, numa uma série memorável de entrevistas realizadas na Cidade do Salvador nas instalações do Núcleo Sertão da UFBA no Campus de Ondina e que se converteu no livro Calasans: Um depoimento para a História, que foi publicado posteriormente pelo próprio CEEC/UNEB no ano de 1998.

Quem trabalha com fontes orais sabe da assertiva do historiador Paul Thompson quando diz que, há algumas qualidades essenciais que o entrevistador deve possuir com relação ao entrevistado qual seja: “interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas”. [Thompson, 1992, p.254].

Desse modo, eu e Villa, tínhamos um roteiro de perguntas elaboradas para serem feitas ao Professor Calasans no decorrer das entrevistas, no entanto, não ficamos presos só a elas, a medida que surgiam curiosidades e opiniões apresentadas por ele,

deixávamos a conversa fluir e o Professor expressar-se livremente durante os dias em permanecemos juntos no processo de gravação do seu depoimento, em algumas das comunicações foram mínimas as intervenções de corte para interromper a sua fala, pois, o domínio do tema Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos expostos fizeram daqueles dias uma oportunidade única e rara para mim e tenho a plena convicção de que para Villa, a de termos dialogado com uma figura tão notória como foi o Professor Calasans.

No nosso primeiro encontro foram abordadas situações como: Os seus primeiros estudos; a chegada a Salvador; o Curso de Direito e o seu retorno a Aracaju; Como passou a se interessar pela temática de Canudos e a sua primeira viagem ao Arraial de Canudos no ano de 1950. Sobre o Peregrino Antônio Conselheiro ele faz um apanhado de toda sua trajetória de vida; sua chegada ao sertão da Província da Bahia em 1876 até o crescimento dos conflitos com a Igreja e com os oligarcas locais.

Um exemplo claro foi o Dr. Cícero Dantas Martins (1838-1903), o Barão de Jeremoabo, poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, político influente, grande articulista que também tinha os seus temores: “via em Conselheiro, um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região”.

O professor Calasans prossegue relatando, sobre os sobreviventes do Arraial de Belo Monte como Pedrão, Manuel Ciriaco, Paulo José da Hora, Dona Francisca. Faz referência ao encontro que teve com Evaristo de Moraes, advogado e Historiador. Recorda também como foram importantes as reportagens do jornalista Odorico Tavares (1912-1980) sobre os 50 anos do final da Guerra de Canudos, publicadas na revista O Cruzeiro, em 1947. Depois reunidas no livro Bahia, Imagens da Terra e do Povo, de 1951. Ilustrada por Caribé (1911-1997).

Analisa brevemente a Guerra Social de Canudos de Edmundo Moniz (1911-1997), publicado em 1978, que acabou influenciando muitos estudos sobre Canudos. Traça ao final desse dia 04 de agosto de 1997, um breve balanço a respeito da sua evolução como pesquisador do tema Canudos.

Na nossa segunda rodada de conversação tratamos de assuntos referentes ao escritor Euclides da Cunha (20/01/1866-15/08/1909) e Os Sertões; História de Canudos; O cotidiano do Povoado do Belo Monte; Os contatos entre Antônio Conselheiro e os fazendeiros da região e as contradições no interior do Povoado entre o Séquito Conselheirista.

Já na terceira entrevista o professor, explica alguns episódios da 4ª Expedição; Resgata a importância do livro de Constantino Nery, *A Quarta Expedição Contra Canudos*. Publicado no Pará em 1898; A organização interna do Povoado a estrutura de poder e as relações econômicas e o seu tamanho; Comenta o massacre da família de Antônio da Mota; Discute o suposto socialismo de Canudos, retoma a abordagem da vida cotidiana e as contradições de Canudos: Fala das mulheres Conselheiristas; Analisa o destino dos órfãos do Povoado mais conhecidos como os “Jagunçinhos”. Muitos foram acolhidos por Instituições como Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Liceu Salesiano do Salvador e pelo Comitê Patriótico da Bahia. Fundado em Salvador a 28 de julho (1897-1901). Coordenado por Lélis Piedade.

A Quarta jornada de entrevistas a conversa volta a ser o Peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel (13/03/1830-22/09/1897), o Antônio Conselheiro, principal personagem de Canudos, desenhando um amplo painel sobre a sua vida, especialmente sobre os momentos que antecedem a fundação de Belo Monte em 1893. Ressalta novamente os conflitos e a hierarquia da Igreja Católica; O suposto Milenarismo do Conselheiro.

Concluindo a nossa 5ª e última entrevista o Professor Calasans traça breves perfis de personagens que ficaram célebres na História de Canudos, como o Juiz de Direito Arlindo Leoni (1869-1936), Luís Viana (30/11/1896-06/07/1920), Febrônio de Brito, o Coronel Moreira César (07/07/1850-04/03/1897), General Arthur Oscar, de Andrade Guimarães, como Comandante da Quarta Expedição, que arrasou o Povoado de Canudos.

*“Bem, nós vamos começar a entrevista com o Professor José Calasans, hoje, dia 04 de agosto de 1997, às 14:52, é então a nossa primeira fase da entrevista”.* Assim, desse modo, demos início às nossas atividades. Gostaria de destacar alguns momentos das entrevistas para o público leitor que são relevantes, no qual o Mestre Calasans descreve um episódio bastante pitoresco numa viagem de navio para Sergipe, vamos a sua narrativa:

- CALASANS: *(Eu) Que ainda era estudante de Direito do segundo ou terceiro ano e encontrou no navio que ia para Sergipe um grande Advogado, o Evaristo de Moraes, ia tomar parte de um Júri famoso, um problema lá de Sergipe, uma morte, um negócio de paixão. E, eu tinha lido, em 1934 e 35, o livro dele sobre a Escravidão no Brasil. Ele*

*era um velho muito agradável. E quando ele viu que eu tinha lido um livro dele ficou entusiasmado. Eu estava muito apegado ao problema do negro. Cheguei primeiro ao negro do que ao jagunço de Canudos. Essa minha viagem foi muito agradável, porque até então eu nunca tinha visto um Historiador. Ele conversava muito era um apaixonado também pela História. Quando cheguei em Sergipe, durante alguns dias, eu me julguei da equipe do Evaristo de Moraes. Fui assistir ao Júri e aí ocorreu um caso que não esqueço: no dia do Júri, eu, estudante de Direito, me sentei logo na frente. Na hora da tréplica o Evaristo me chamou assim: “me arranje com urgência uma trena” eu saí e trouxe a trena para o Evaristo. Eu nunca vi farsa tão grande. Lia os autos e media. O Advogado de Defesa ficou perdido, pois não entendia o que Evaristo estava fazendo com aquela trena. Pouco antes de falar, Evaristo me chamou e entregou a trena. Quando falou não fez qualquer referência a problema de distância, de tiro, de nada. Tudo tinha sido feito para distrair e atrapalhar o Advogado de Defesa. Mas eu me entusiasmei com essa truque, mas o que me interessou mesmo foi ter conversado com um Historiador”.*

*- Professor, Evaristo conseguiu vencer o Júri?*

*- CALASANS: Conseguiu, conseguiu. Conseguiu, mas ele tomava nota, multiplicava, fazia qualquer coisa, e o outro Advogado que era até um sujeito de muito valor, que era daqui da Bahia, a gente via que ele falava com receio do que Evaristo estava fazendo com a trena. O Evaristo era como todo Advogado do crime, era brilhante e quase farsante.*

*- Ele (Evaristo de Moraes) foi Advogado do Dilermano de Assis.*

*- CALASANS: Foi Advogado do Dilermano. É isso mesmo, ele foi Advogado do Dilermano.*

Em um segundo momento a ser lembrado pelo Professor José Calasans é o seu retorno ao Estado de Sergipe.

*- CALASANS: Bom, mas aí quando eu voltei para Sergipe...*

- Já estava formado?

- CALASANS: *Já estava formado, acabei me candidatando para ser professor da Escola Normal.*

- O Senhor não pensou em advogar?

- CALASANS: *Não, não. Então, eu fiz um concurso para Professor da Escola Normal, que era História do Brasil e de Sergipe. Escolhi um tema sobre a História da Fundação de Aracaju.*

Em um outro momento da entrevista, ainda no primeiro dia Marco Villa formula a seguinte questão:

- *Professor Calasans, deixa eu perguntar uma coisa para o Senhor. O Senhor disse, momentos atrás, que sua ida a Canudos, em 1950, a primeira pessoa que o senhor conheceu foi o Manoel Ciriaco?*

- CALASANS: *Foi o Manoel Ciriaco que me foi posto à disposição.*

- *Marco Villa: A partir de então o Senhor passou a ter contato com outros sobreviventes?*

- CALASANS: *Homens e mulheres. Lembro-me bem de uma filha de Macambira, Francisca, e até deu-se uma coisa interessante: “Francisca, olhe, esse moço é da Bahia!”. Ela disse: Seu Lélis ainda é vivo? Era Lélis Piedade, do Comitê Patriótico, que havia tratado das irmãs dela, queimadas de varíola. As irmãs viram para Salvador trazidas pelo Batalhão do Dantas Barreto. O Lélis conseguiu que muitos Oficiais entregassem os menores. As duas estavam no Forte de São Pedro. Ele foi buscar as duas irmãs e elas não puderam sair no mesmo dia pois a roupa estava lavando e elas não tinham outra muda. Manoel Macambira, que foi vaqueiro do Dr. Fiel, e que não se envolveu na Guerra, foi quem as mandou buscar. Porque o Comitê pedia muito às pessoas que tivessem recursos, levassem os seus parentes. Ele levou as três. As duas que estavam aqui e a outra, porque parece que a família era grande, inclusive tem*

*aquele que atacou a Matadeira. Eu não sei se você já ouviu falar em Zé Pretinho?! Tanto o João de Régis, como o Ioiô da professora, falam nesse filho de Macambira, chamado Zé Pretinho, donde a gente conclui que o Macambira deveria ser escuro. Chamava-se José, José Pretinho. E esse, não sei se era verdade, contava muita coisa que fez, matando soldado, isso e aquilo. Porque o Joaquim Macambira morreu cedo. Ele morreu cedo, morreu logo naqueles primeiros ataques, e outro, Manoel, esse nunca apareceu, não aparece nenhuma referência dele. Quando o Paulo Fontes propôs uma questão contra o Estado, contra a União Federal, pedindo indenização, uma das testemunhas dele foi o Manoel Macambira, que na hora das declarações finais não apareceu, não estava por lá, nem ele nem o Jesuíno. O Jesuíno foi testemunha, porque eles diziam, e outros fazendeiros também disseram, que os jagunços respeitavam a propriedade. Entendeu? Que os prejuízos que eles tiveram os proprietários de Cocorobó e Canudos, foi por causa do Exército, que chegou com fome e não havia víveres suficientes. Então eles mandavam matar o bode e o carneiro, o bode e o boi. E aí tem uma outra coisa que me parece significativa: O Euclides da cunha diz que o Moreira César morreu na casa de uma fazenda abandonada, de Canudos, mas eles apresentam para indenização o número de cabeças de gado, vacum e caprinos que possuíam em fins de 1896. Trezentose tantos, quatrocentos, se tinham esses números é porque, a fazenda só foi abandonada na hora da ameaça do Moreira César, não é? Porque Uauá era uma coisa de lá, não é? Mesmo o Febrônio ficou muito distante da fazenda. Agora, quando anunciou-se o ataque, me disse Pedrão, que Zé Venâncio, parece que é a grande figura militar dali. Foi o Zé Venâncio que derrubou as casas todas. Tanto que a Expedição de Savaget não encontra nenhuma casa ocupada, eram só casas abandonadas ou derrubadas. Como também pela estrada do Rosário. O Venâncio deve ter tido esta missão. Segundo me disse Pedrão, ele veio de longe, ele é um homem de São Romão. São Romão é um povoado no Rio São Francisco no lado de 1843-Pernambuco, perto das Lavras Diamantinas. Lá ele foi buscar armas cedidas por Coronéis inimigos de Luiz Viana, ricos e bem municiados. O Zé Venâncio foi buscar armas, quando viu que o insucesso de Uauá ocorreu devido à falta d armas: eles tinham duas ou três espingardas e foram de pau cantando aquela coisa toda, parecendo aqui os Sem Terra quando chegam nos lugares. O Zé Venâncio é um homem importante, tanto quanto Honório Villanova diz que quando os padres não quiseram celebrar mais a missa, o Conselheiro mandou ele saber dos padres se vinham ou não celebrar e o Zé Venâncio acabou tendo uma discussão com o Frei João Evangelista do*

*Monte Marciano (1843-1921), que amaldiçoou e ele amaldiçoou também Frei João. Ele devia ser um homem de prestígio para ter esta missão, não é?*

*- E o João Abade?*

*- CALASANS: Pedrão não gostava de João Abade, me disse: tive um arranco com ele”. Ele cometeu um crime e no meio da estrada entre Tucano e outro ponto que não me lembro agora, ele encontrou um sujeito dando numa mulher, entrou na briga e terminou matando o agressor da mulher. Por isso acabou tendo de fugir da Justiça e foi acompanhar o Conselheiro. Ele me disse também que o Pajéu era um moleque safado. Que quando chegou em Canudos, foi preso por João Abade, e levado para a Poeira. Ele me disse também que teve uma questão com o Pajéu lá, em Várzea da Ema. O jornalista, o Lélis Piedade, diz que, em Queimadas, contavam que Pajéu, desrespeito alguém e apanhou no meio da rua. Segundo o Edmundo Moniz, Pajéu apanhou por ordem do Conselheiro para não parecer que os Conselheiristas eram desordeiros.*

*- Quando foi o primeiro contato que o senhor teve com Pedrão?*

*- CALASANS: O antigo Diretor das Obras Contra as Secas tomou um depoimento de Pedrão, é o Lima, ou o Souza Lima. Não sei se há cópia no DNOCS. É um depoimento de Pedrão, que estava lúcido quando conversou comigo, quando conversou com o Paulo Dantas, mas é um documento mais antigo onde talvez ele negue que tenha combatido em Cocorobó. Porque com toda aquela coragem que ele manifestou, ele disse: “Doutor meu coração pedia para brigar”, ele ficava muito calado, entendeu? Quando fui conversar com ele a primeira vez, ele não me disse nada. Eu voltei ao Arnaldo: Dr. Arnaldo, Pedrão não fala”. Ele disse: “ Hoje de tarde ele vai falar, eu vou dizer a ele que você é pessoa mina”. E realmente de tarde e no outro dia de manhã ele começou a falar, contar as coisas que fez. Porque ele fugiu e só voltou à Várzea da Ema muitos anos depois, porque acho que receava que houvesse algum processo, alguma coisa contra ele. Eu tenho a impressão que ele receava isso. E foi uma das coisas boas que o Governo fez foi não querer apurar nada. Não tem nenhum processo. Se fosse em 64 era processo como o Diabo, mas lá não teve nenhum. Pedrão voltou anos depois, Ciriaco que fugiu, não por causa dele mas por causa do pai. Segundo o*

*João de Régis ele era covarde, o pai é que era valente. Acho que ele não se dava bem com o pessoal de Ciriaco, porque esse velho Ciriaco é da região.*

Num outro instante da entrevista o professor José Calasans expõe sobre o Arraial de Canudos.

*- E o Arraial em que estado estava quando o Senhor chegou lá?*

*- CALASANS: Ah, estava bem, Tinha uma praça enorme e o Cruzeiro.*

*- No mesmo lugar?*

*- CALASANS: O Cruzeiro estava no mesmo lugar, quer dizer, o Macedo Soares diz que o Cruzeiro foi levado para o outro lado o rio, onde foi enterrado Tupi Caldas e alguns Oficiais. Quando eu estive lá o Cruzeiro estava bem. O Cruzeiro foi derrubado por causa da estrada.*

*- Em algumas das suas idas a Canudos, depois de 1950, o senhor chegou a fotografar o Arraial?*

*- CALASANS: Não. Mas quem fotografou muito foi o Pierre Verger (1902-1996) e o pai de Claude Santos (Alfredo Santos). Foi o Odorico Tavares (1912-1980), quem levou Verger a Canudos, pouco depois de ter chegado ao Brasil. Eu tenho uma carta do Rodrigo Melo Franco apresentando Verger. A reportagem de Odorico resgatou Canudos do esquecimento.*

*- Como o Senhor analisa as relações entre o Conselheiro e os proprietários da região?*

*- CALASANS: A maioria dos proprietários da região mantinha boas relações com o Conselheiro, a não ser o Coronel José Américo, tomou posição contra o Conselheiro, os outros não! O Macambira é um homem de recursos. Outra coisa, o Antonio da Mota e o Macambira mantiveram relações comerciais com Juazeiro, com Monte Santo, com Santa Luzia. O chefe lá de Santa Luzia, Coronel Zé Leitão, mantinha contato com Canudos, porque estava em com o Conselheiro.*

Ocasão muito interessante no decorrer da entrevista foi quando indagado:

- *Quais os pontos de vista que o Senhor mudou nesses cinquenta anos de pesquisas sobre Canudos?*

- CALASANS: *Primeiro eu me libertei de Euclides. E eu sinto mesmo que fui me libertando sem perder a admiração que todo brasileiro deve ter por ele. Segundo: eu comecei a ver o sertanejo real, não naquelas tiradas de Euclides. Tiradas que o povo aceitou e todo mundo no Brasil sabe:” o sertanejo é antes de tudo um forte.” Não tem outra frase que todo mundo fale, né? [...] Tem certas coisas que marcaram, ele tinha esta capacidade. Agora, não dá para esquecer os defeitos, aquela coisa de não citar, como fez com o diagnóstico de Nina Rodrigues[...] Ele só cita uma vez Teodoro Sampaio, o livro O Tupi na Geografia Nacional. Tem páginas e páginas em Os sertões que são de Durval Vieira de Aguiar, Ele cita Durval somente uma ou duas vezes, entende?*

- *Como eram as prédicas lá em Canudos? Quem predicava? Somente Antônio Conselheiro?*

- CALASANS: *Olhe, o Fávila Nunes publicou umas cartas em um livro que lamentavelmente não prosseguiu. Ele queria fazer 50 fascículos, e só fez três do qual só se conhece um que está aqui. Tem uma dessas cartas dizendo assim: “O Conselheiro marcou Conselho para dia tanto”. Aquela cerimônia grande do Conselheiro era depois que ele estava em Canudos e era periodicamente marcada. Agora, todos os dias tinha no fim d tarde e se prolongava pela noite, o Terço, e que o Conselheiro assistia. Um velho deu uma entrevista para o Estado de S. Paulo há muitos anos dizendo que o Conselheiro assistia. Mas aí ele diz assim: “ Eu não fui porque eu nunca gostei de homem rezador “. Quer dizer, a unanimidade não teria existido,” Eu nunca fui porque nunca gostei de homem rezador”, entendeu? Todas as tardes havia essa reza e de vez quando se marcava o Conselho. E vinha gente de todas as partes.*

- *Virou o um Centro de Romaria?*

- CALASANS: *Virou. É ponto interessante para tratar. Um sujeito Tipógrafo de Aracaju, eu morava em Aracaju, publicou nos jornais que veio de Aracaju para tomar a bênção e assistir um Conselho dele. Quer dizer, vinha de diversas partes, entendeu? Vinham em romaria Ele pediu pra falar com o Conselheiro e a pessoa que tomava conta dessas, digamos, audiências, era o Paulo José da Hora, que disse a ele que na presença do conselheiro só se podia chama-lo de meu pai. Ele contou nessa entrevista, que está em livro de recortes de jornais no Instituto Histórico, que estava esperando a hora dele, quando uma senhora chegou-, que ele calculou que era uma fazendeira e disse: “Meu pai - diz textualmente – estou lhe trazendo dois envelopes, um, é para as obras da igreja e, o outro, é para meu pai”. E ele acrescentou que, logo em seguida, tinha outra pessoa que estava na frente dele que teria pedido dinheiro, pedido ajuda. O Conselheiro sem abrir o envelope entregou aquela parte que era destinada a ele, a parte da igreja não, mas a outra parte ele entregou a pessoa. O sujeito era Tipógrafo, eu procurei notícias desse homem, mas não devia ser homem humilde. Era Tipógrafo em Aracaju. [...] Parece que o próprio Honório diz que os homens não iam sempre para as orações de fim de tarde, as mulheres é que iam em grande massa.*

- *Quem foi Antonio Conselheiro?*

- CALASANS: *Eu tenho a impressão que Antonio Conselheiro chegou aqui como simples beato, fazendo aquelas coisas que que um beato fazia, e que ele fez quando passou em Assaré: arranjar as coisas para dar ao povo, aos necessitados, sair com aquele carneirinho. Eu acho que três pessoas de projeção na vida brasileira se modificaram com o sertão, vendo o sertão ou vivendo o sertão: Conselheiro, Euclides da Cunha e Luiz Carlos Prestes. Honório Vilanova dizia que quando ele viu o Conselheiro pela primeira vez ele era simplesmente um beato, porque não estava pregando, estava ensinando o povo a rezar, fazer caridade, arranjar dinheiro para os padres. Mas o Honório me dizia assim: “ Quando fui vê-lo na Bahia, ele já era um Conselheiro”. O Conselheiro é aquele que pode dar conselhos, entendeu? [...] Em 1893, pela Imprensa, Durval Vieira de Aguiar fez questão de escrever que o Conselheiro: “construiu a igreja de Mocambo, que hoje Olindina, e que era um homem pacífico, e que garantia a ordem no Cumbe”, quando se deu o Choque de Masseté e o Governo Estadual apelou para Floriano Peixoto, que acabou autorizando o General Inocêncio Galvão, que era o Comandante do Distrito, a enviar Tropa Federal para ir*

*atrás do Conselheiro com 80 Praças. O Durval Vieira de Aguiar veio pela Imprensa dizendo que no sertão o Conselheiro só tem feito manter a ordem e que achava perigoso mandar matar mulheres e meninos e que estavam acompanhando o Conselheiro. Apareceram outras opiniões, mas na reunião em Palácio, com o Governador Rodrigues Lima, (04/5/1845-18/12/1903) a discussão tomou um rumo que era duplamente perigoso: o envio de uma Força com 80 homens: 40 do 9o Batalhão e 40 do 16º, que nessa época serviam aqui. Mas a maioria dos presentes achou que aquela Tropa podia ser novamente vencida pelos Conselheiristas, e, caso tivesse algum êxito, acabaria matando milhares de sertanejos velhos, mulheres e meninos, Venceu a ideia de recolher a Tropa, o que foi feito no dia 09 de julho, quando o Comandante da Tropa que estava em Serrinha disse que o Conselheiro tinha saído do Cumbe e estava nos arredores de Canudos. Aí a Tropa foi recolhida e ninguém mais se preocupou com Canudos. Passou 1893,94, e em 95 vai a Missão do Frei João Evangelista, a Missão foi uma ideia na Assembleia Legislativa, de um Deputado Estadual que era até de oposição ao governador Rodrigues Lima, chamado Antônio Bahia. Ele fez um discurso mostrando as preocupações do sertanejo com aquele núcleo que estava crescendo, e que a oposição daria o seu inteiro apoio ao Governo para encontrar uma solução conciliatória para aquela questão.*

Ainda sobre o Professor José Calasns, escrevi no Caderno Cultural A Tarde, 25/05/2002, um artigo que tinha o seguinte título: “*Mestre jamais avaro no saber*”, onde mostrava que das inúmeras definições do significado da palavra mestre, existe uma que diz que é aquele que ensina. Parece-nos a mais singela, porém, a que melhor enuncia o saudoso José Calasans Calasans. O Professor era também um homem que não guardava as informações que coleta para si, não era avaro no saber, sua enorme generosidade intelectual sugeria uma fábula: “O mestre que ensinava o pulo do gato aos seus discípulos” e realizava o verdadeiro papel de um educador, qual seja: difundir o que aprende; disseminar o conhecimento e socializar o saber; o que o tornava quase uma espécie em extinção, considerando que a realidade dos círculos acadêmicos é quase caracterizada por grupos fechados, panelinhas, verdadeiros guetos dominados pelo ciúme, inveja, emulação e arrivismo, sendo que o mestre estava distante de tais frivolidades.

O Mestre Georges Gusdorf diz que : “É difícil precisar como o mestre tornou-se um mestre. A força do mestre é uma responsabilidade assumida. Primeiramente

responsabilidade para com os outros, pois o mestre descobre que ele tem responsabilidade de alma. Vivia até então confinado nos outros, agora são os outros que devem confiar nele”.

Em tempo: Existe em nossos arquivos uma correspondência do notório Professor Historiador Luís Henrique Dias Tavares, de 03/10/1997, ao Centro de Estudos Euclides da Cunha- CEEC, homenagem que anexo a este texto:

Professor é maior título de José Calasans. Possui o de Doutor, por concursos públicos de títulos e provas escritas e orais – os concursos de Livre Docente e Cátedra que resultavam em demonstração de saber, e resistência física e intelectual para o candidato e a Banca Examinadora. Mas o título de Doutor não supera o de Professor, este sim o que reúne a experiência humana à autoridade segurança na transmissão dos conhecimentos. Professor, este tudo complexo que é dado a poucos, é Calasans, nosso mestre maior.

Professor de professores, Calasans tem sido professor de todos que se aproximaram ou se aproximam do tema Canudos, esta questão, esta vergonha, esta imensidão social política e humana que é o episódio de Canudos e do seu personagem carismático, Antônio Vicente Mendes Maciel.

De todas as grandes qualidades de Calasans, a maior é a generosidade. No particular, é mestre em doar informações e sugestões para estudos, livros, artigos, peças de teatro e filmes; informações e indicações também para a localização de problemas, e suas possíveis soluções, a respeito da vida e da obra de Euclides, da Cunha, muito principalmente Os Sertões. Calasans é o Professor, o Mestre, o Mestre, O Amigo, O Colega, O Companheiro que todos desejam.

SSA, 03.10.1997.

Luiz Henrique Dias Tavares

Não poderia deixar de publicar a homenagem feita ao Mestre Calasans, pelo professor Renato Ferraz, (22/09/1934 – 02/09/2002) que estava já bastante debilitado em virtude do acometimento de uma doença, leu o meu artigo publicado no Caderno Cultural de A Tarde, 25/05/2002, cujo título era: “Mestre jamais avaro no saber” e escreveu o seguinte bilhete para mim:

Gostei muito do seu artigo sobre Calasans. Ele ressalta, sem pieguice, aquilo que eu acho ter sido o traço mais marcante do caráter do nosso velho Mestre e amigo: a generosidade.

Parabéns e um abraço,  
RF

Em tempo: O Mestre Ferraz, faleceu dois meses depois.

## REFERÊNCIAS:

VILLA, Marco Antônio. Calasans: Um Depoimento para a História/Marco Antônio Villa. Salvador: Gráfica da UNEB,1998.

CALASANS, José. Quase biografia de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia,1986.

GUSDORF, Georges. Professor para quê? Para uma Pedagogia da Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes,1995.

# **FOTOGRAFIA DA GUERRA DE CANUDOS: PESQUISA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FOTOGRAFIAS AVULSAS EXISTENTES NO ACERVO DO MUSEU DA REPÚBLICA**

*Claude Santos<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O texto é um relatório de pesquisa que descreve uma análise comparada de fotografias, documentos militares e relatos de correspondentes da Guerra de Canudos com o intuito de identificar o autor de três fotografias avulsas pertencentes ao acervo do Museu da República no Rio de Janeiro. Trata-se de parte de uma pesquisa inédita desenvolvida pelo autor Claude Santos que viria a desembocar no seu livro “Crônicas de Sangue: O Cotidiano na Guerra de Canudos”, o qual, infelizmente, permanece não publicado diante do seu falecimento precoce em 2016. O texto apresenta informações novas ao debate do tema, como também, aponta aspectos controversos a serem considerados pelos estudiosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra de Canudos; Fotografia; Flávio de Barros; Juan Gutierrez de Padilha.

**ABSTRACT:** The text is a research report that describes a comparative analysis of photographs, military documents and reports by correspondents from the War of Canudos, with the aim of identifying the author of three separate photographs belonging to the collection of the Museum of the Republic in Rio de Janeiro. This is part of an unprecedented research developed by the author Claude Santos that would lead to his book “Crônicas de Sangue: O Cotidiano na Guerra de Canudos”, which unfortunately remains unpublished given his early death in 2016. The text presents new information to the debate on the subject, as well as points out controversial aspects to be considered by scholars.

**KEYWORDS:** War of Canudos; Photograph; Flávio de Barros; Juan Gutierrez de Padilha.

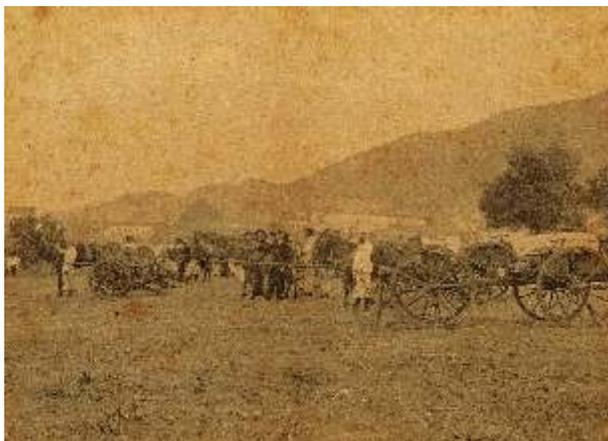
## **OBJETO DA PESQUISA**

Identificação do autor de 3 fotografias avulsas do acervo do Museu da República retratando um batalhão de artilharia na Vila de Monte Santo durante a quarta expedição militar contra Canudos (março a outubro de 1897). A pesquisa teve como fonte documentos militares (ofícios, portarias, ordens do dia, partes de combate etc) e relatos dos correspondentes de guerra.

---

<sup>1</sup> Fotógrafo, documentarista, pesquisador e ensaísta baiano (1953-2016).

## FOTOGRAFIAS ANALISADAS



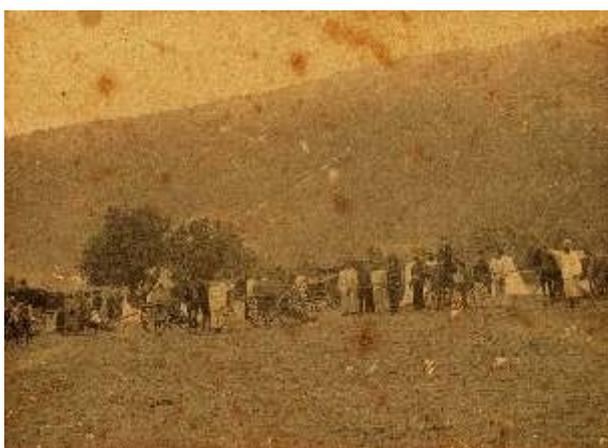
**Fotografia 1** /CA01(5)

Batalhão de artilharia com 3 canhões Krupp 75mm, carroças com caixões de munições e oficiais em primeiro plano. No segundo plano, casas da vila e a lateral da igreja de Monte Santo.



**Fotografia 2** /CA01(4)

Oficialidade do batalhão de artilharia (4 oficiais) e oficialidade que não pertence diretamente a este batalhão. Em segundo plano destaca-se a subida da Via Sacra de Monte Santo.



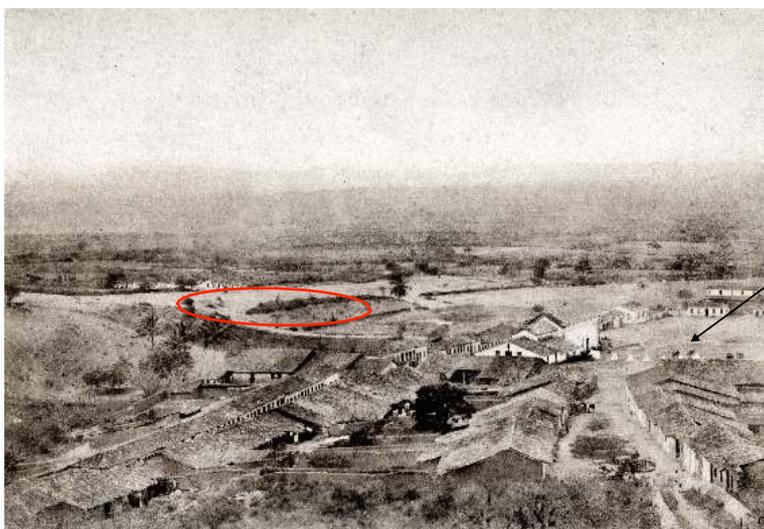
**Fotografia 3** /CA01(3)

Batalhão de artilharia com 3 canhões Krupp 75mm, oficiais e soldadesca, barracas e ao fundo a Via Sacra de Monte Santo.

**Observação:** As três fotografias foram produzidas no mesmo dia.

## POSICIONAMENTO DO CENÁRIO

Tendo como base a fotografia **Vista de Monte Santo**, feita por Flávio de Barros entre os dias 8 e 23 de setembro, e a **Fotografia 1** do Museu da República, podemos localizar o cenário das imagens estudadas. Ficava à esquerda da igreja de Monte Santo. Na fotografia de Flávio não aparecem acampamentos militares nesta zona, mas o batalhão de artilharia do qual nos ocupamos poderia já ter ido para Canudos antes dela ser produzida. Na imagem só aparecem acampamentos militares da divisão de artilharia Canet, à direita da igreja, que tinha chegado em Monte Santo no dia 8 de setembro conduzindo armamento bem mais pesado do que os registrados nas imagens do Museu da República. Segundo os documentos militares e relatos jornalísticos estudados, a Canet é a única divisão de artilharia que está em Monte Santo durante a estada de Flávio na vila. Portanto, as fotografias avulsas do Museu da República não foram feitas por Flávio de Barros. Mais adiante, apresentaremos outros argumentos.



Vista de Monte Santo



Divisão Canet

## PERSONAGENS INDENTIFICADOS NA FOTOGRAFIA 2



General  
João da Silva Barbosa

Major  
Salvador Pires de Carvalho e Aragão

## SOBRE OS PERSONAGENS IDENTIFICADOS

... Chegou também ante-hontem no vapor «Cordillière» o exm. sr. general João da Silva Barbosa. S. ex. foi recebido por diversos amigos e officiaes. É commandante da brigada da vanguarda das forças em operações contra Canudos, Dadas ao distincto militar as boas vindas. O estado-maior do general Silva Barbosa compõe-se do coronel Torquato de Souza, capitão João Guithierres e alferes João Xavier do Rego Barros e Custodio de Souza Lima.

Jornal Estado da Bahia, 6 de abril de 1897.

O general Barbosa era o comandante da 1ª Coluna da quarta expedição. Estava com 61 anos e tinha chegado em Salvador no dia 4 de abril de 1897. Do seu estado-maior fazia parte o fotógrafo Juan Gutierrez de Padilha que exerceria a função de

ajudante de ordens. *João Gutierrez* tinha sido colocado à disposição do Exército como *capitão honorário, sem direito à ajuda de custo*, através de uma *portaria reservada* do Ministro da Guerra em 24 de março de 1897. Quatro dias antes, 20 de março, Barbosa tinha sido nomeado *para servir na divisão em operações no interior do estado da Bahia*.

No dia 6 de abril, Barbosa e seu estado-maior foram para Queimadas e se apresentaram ao general Artur Oscar, comandante da quarta expedição. Ficaram nesta base de operações quase um mês. Depois foram para Monte Santo onde chegaram no dia 6 de maio. De lá, se deslocaram para Canudos acompanhando Artur Oscar em 20 de junho e chegaram no Alto da Favela no entardecer de 27 de junho. Na manhã do dia seguinte, Gutierrez morreu com um tiro no peito. Segundo uma notícia da época (transcrita do *Jornal do Brasil* e publicada no jornal sergipano *A Notícia* de 2 de outubro de 1897), suas *malas, papéis e outros objetos* ficaram sob a guarda do general Barbosa, do capitão Dr. Álvaro Telles de Menezes e do major Martiniano Alves Ferreira, comandante da Praça de Monte Santo. Entre os objetos, uma máquina fotográfica. Gutierrez estava fotografando em Canudos e certamente fotografou em Queimadas e Monte Santo onde permaneceu por mais de dois meses. O major Martiniano foi dispensado do comando da Praça de Monte Santo em 27 de setembro e embarcou para o Rio de Janeiro, no pacote Brasil, no dia 16 de outubro. Três dias depois o jornal *Diário de Pernambuco* publicou uma nota informando que estavam *seguindo para o Rio de Janeiro, pelo pacote Pernambuco (sic), do Lóide Brasileiro, os clichês de Canudos, da Companhia Fotográfica Brasileira* (notícia publicada por Frederico Pernambucano de Mello no seu livro *A Guerra Total de Canudos*). Eram as fotografias de Gutierrez, sócio da empresa citada, que tinham ficado sob a guarda do comandante da Praça de Monte Santo.

O major Salvador Pires de Carvalho e Aragão tinha 41 anos. Era capitão do Exército e foi nomeado major-comandante do 5º Corpo de Polícia da Bahia em 11 de abril de 1897. Embarcou para Queimadas no dia 26 de maio e chegou na vila de Monte Santo em 12 de junho. Lá permaneceu até o dia 20 quando foi para Canudos acompanhando as tropas da quarta expedição. Portanto, estava em Monte Santo exatamente na época que lá estavam Barbosa e Gutierrez.

## PERSONAGENS IDENTIFICADOS FOTOGRAFADOS POR FLÁVIO DE BARROS



1. Fotografia Generais Barbosa, Oscar, Eugênio e ajudantes (Flávio de Barros).
2. Fotografia General Barbosa e seu estado-maior (Flávio de Barros).
3. Fotografia 5ºCorpo de Polícia da Bahia na trincheira (Flávio de Barros).

## CONCLUSÕES

1) As 3 fotografias avulsas do Museu da República não foram produzidas por Flávio de Barros porque durante sua estada em Monte Santo, entre os dias 6 e 23 de setembro, o batalhão de artilharia fotografado não estava na vila e os personagens identificados na Fotografia 2 já estavam em Canudos a mais de três meses.

2) As imagens do Museu da República foram produzidas pelo fotógrafo Juan Gutierrez entre os dias 13 e 19 de junho de 1897.

## POSSIBILIDADES PROVOCADAS PELA PESQUISA

1) O fotógrafo Flávio de Barros pode ter visto fotografias produzidas por Gutierrez em Queimadas e Monte Santo. Diferentemente de Gutierrez que tinha documentado a Revolta da Armada (1893), Flávio não tinha experiência em fotografar oficiais e batalhões. Observando suas imagens feitas em Monte Santo e Canudos é visível uma

certa semelhança, na composição das tropas e destaque da oficialidade dos batalhões, com as fotografias de Gutierrez. É possível que ele tenha sido orientado neste sentido pelo comandante da Praça de Monte Santo, major Martiniano, que estava com as fotografias de Gutierrez. Provavelmente essas imagens tinham sido processadas pelo fotógrafo num laboratório ambulante, muito comum na época, nas vilas de Queimadas e Monte Santo e podem ter servido de referência para Flávio de Barros.

2) O batalhão documentado nas fotografias avulsas do Museu da República pode ser a 1ª Bateria do 5º Regimento de Artilharia de Campanha. Durante a primeira fase da campanha da quarta expedição passaram por Queimadas e Monte Santo, além do 5º RAC, a 4ª Bateria do 1º Batalhão de Artilharia de Posição (Tiro Rápido), o canhão Withworth 32 (97mm), que ficaria conhecido como *Matadeira*, e uma parte da 4ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia de Campanha que tinha participado da expedição Moreira César e depois foi incorporada à Brigada de Artilharia, comandada pelo coronel Antônio Olympio da Silveira. O 5º RAC foi para Queimadas, sob o comando do major Luiz Barbedos, em 23 de março. Lá, o Regimento foi dividido em 2 baterias (1ª e 4ª). A primeira foi para Monte Santo e a quarta voltou para Salvador e se incorporou à segunda coluna, comandada pelo general Savaget, que iria para Canudos por Sergipe. A 1ª Bateria do 5º RAC estava em Monte Santo quando Gutierrez produziu as imagens estudadas.

## **POSSIBILIDADES PROVOCADAS PELA PESQUISA COM RELAÇÃO À MOVIMENTAÇÃO DOS PERSONAGENS NAS FOTOGRAFIAS**

Certamente a Fotografia 2 foi a primeira ou a última a ser produzida, tendo como universo o pequeno conjunto estudado. Nela aparecem oficiais que não pertenciam àquele batalhão de artilharia tanto que eles não estão presentes nas outras imagens.

A Fotografia 1 apresenta uma situação curiosa. O personagem identificado como sendo o general Barbosa aparece no canto esquerdo da imagem como se aguardando o fotógrafo acabar de realizá-la. É muito provável que o comandante da 1ª Coluna estivesse fazendo umavistoria das tropas acampadas na vila, uma rotina nas praças militares, acompanhado de oficiais de outros batalhões e de auxiliares. Entre eles, o seu ajudante de ordens João Gutierrez que estava atrás da câmera,

fotografando.



Fotografia 1

## REFERÊNCIAS

GALVÃO, Walnice Nogueira. No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais. São Paulo: Atica, 1974.

CUNHA, Euclides da. Diário de Uma Expedição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. Caderneta de Campo. São Paulo: Cultix, 1975.

MELLO, Frederico Pernambucano de. A Guerra Total de Canudos. A Girafa, 2006.

Arquivo do Ministério do Exército

Jornais Gazeta de Notícias, Estado da Bahia, Correio de Notícias e A Notícia.

## AGRADECIMENTOS

Sílvia Pinho  
George Ermakoff  
Áurea Maria  
Viana Lima  
Pedro Cavalcanti  
Cícero de Almeida

## JOÃO GUTIERREZ E FLÁVIO DE BARROS: DOIS FOTOGRAFOS NA GUERRA DE CANUDOS (1896-1897)

*Claude Santos<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O texto reconstrói as trajetórias dos fotógrafos Juan Gutierrez de Padilha e Augusto Flávio de Barros durante a quarta e última expedição militar da Guerra de Canudos, tendo como referência as descobertas exibidas no relatório de pesquisa “Fotografia da Guerra de Canudos: Pesquisa para Identificação de Fotografias Avulsas Existentes no Acervo do Museu da República” exposto acima. Portanto, trata-se também de parte da pesquisa inédita desenvolvida pelo autor Claude Santos que viria a desembocar no seu livro “Crônicas de Sangue: O Cotidiano na Guerra de Canudos”, o qual, infelizmente, permanece não publicado diante do seu falecimento precoce em 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra de Canudos; Fotografia; Flávio de Barros; Juan Gutierrez de Padilha.

**ABSTRACT:** The text reconstructs the trajectories of the photographers Juan Gutierrez de Padilha and Augusto Flávio de Barros during the fourth and last military expedition of the War of Canudos, using as reference the findings shown in the research report “Photography of the Canudos War: Search for Identification of Single Photographs Existing in the Collection of the Museum of the Republic” shown above. Therefore, it is also part of the unpublished research developed by the author Claude Santos that would lead to his book "Crônicas de Sangue: O Cotidiano na Guerra de Canudos", which unfortunately remains unpublished given his early death in 2016.

**KEYWORDS:** War of Canudos; Photograph; Flávio de Barros; Juan Gutierrez de Padilha.

Era um dia nublado de junho quando o fotógrafo João Gutierrez retratou uma bateria de artilharia na vila de Monte Santo, durante a quarta expedição militar contra o Arraial de Canudos. Essas imagens, recentemente identificadas, pertencem ao acervo do Museu da República.

Juan Gutierrez de Padilha, espanhol naturalizado brasileiro pouco tempo depois da Proclamação da República, tinha sido incorporado ao Exército, através de portaria reservada do Ministério da Guerra do dia 24 de março de 1897, como capitão honorário "sem direito, porém, à ajuda de custo". Era um voluntário. E, naquele dia de junho, estava acompanhando o general João da Silva Barbosa, comandante da primeira coluna da expedição, numa vistoria das tropas acampadas na vila.

---

<sup>1</sup> Fotógrafo, documentarista, pesquisador e ensaísta baiano (1953-2016).

Gutierrez tinha chegado em Salvador, na tarde de 2 de abril, integrado ao estado-maior de Barbosa, a quem serviria como ajudante de ordens, mas a sua principal missão era fotografar as operações da quarta expedição militar. Além de trazer na bagagem uma larga experiência no seu ofício, era um republicano exaltado. Quando foi proclamada a República, logo aderiu à nova ordem e no seu *atelier* - inicialmente estabelecido no Rio de Janeiro como Photographia União e, depois, Companhia Photographica Brasileira – foram retratados importantes líderes republicanos.

No palco da guerra, Gutierrez não só usaria os apetrechos da sua profissão como, também, os armamentos necessários aos combates. Estava preparado para enfrentá-los. Era capitão da Guarda Nacional. Alguns anos antes, em 1891, tinha sido nomeado tenente do 1o Regimento de Cavalaria e, ainda com a mesma patente, fotografou e combateu durante a Revolta da Armada, em 1893. Segundo um contemporâneo, o tenente Frederico Luiz da Costa, na época ele comandou um esquadrão do mesmo regimento e foi elogiado pelo então coronel João da Silva Barbosa, seu amigo. A mesma fonte também anotou que naquele ano de 1897, logo depois da derrota da expedição Moreira César no sertão baiano e quando se iniciaram os preparativos para a expedição Artur Oscar, Gutierrez diariamente dizia aos mais próximos que a República precisava ser vingada e ele, como verdadeiro republicano, deveria marchar. Em nada adiantaram os pedidos e ponderações para demovê-lo da idéia, e, acompanhando Barbosa, embarcou no vapor *Cordillère* em 31 de março. Antes, no dia anterior, tinha sido fotografado com o estado-maior do general e lavrado testamento.

Depois de uma curta permanência na Cidade da Bahia, Barbosa e seus auxiliares tomaram um trem na Estação da Calçada, no dia 6 de abril, e foram para Queimadas. Lá se apresentaram ao general Artur Oscar, comandante da quarta expedição militar.

A pacata vila de Queimadas tinha se transformado numa base de operações militares. Às 7h da manhã, as tropas entravam em forma e logo depois começavam os repetidos toques dos corneteiros anunciando os detalhes da ordem do dia. Em meio ao burburinho, Gutierrez fotografou os preparativos militares e quando foi para Monte Santo, no início da manhã de 3 de maio, não levou o material produzido. Deixou-o sob a guarda do capitão Dr. Álvaro Telles de Menezes, médico que estava servindo na enfermaria militar.

Chegaram em Monte Santo no dia 6. Como Queimadas, a segunda base de operações também se transformou numa praça de guerra e o fotógrafo documentou o seu cotidiano. Lá ficou até o dia 20 de junho quando foi para Canudos acompanhando o

general Barbosa e as tropas da expedição Artur Oscar. Antes, se preocupou em proteger as fotografias produzidas na vila, deixando-as com o major Martiniano José Alves Ferreira, comandante da praça militar. Entre elas, as publicadas neste artigo, feitas entre os dias 13 e 19 de junho.

As tropas da primeira coluna da expedição Artur Oscar tiveram o seu batismo de sangue no dia 27, quando foram encurraladas pelos defensores de Canudos no local que ficou conhecido como *Vale da Morte*. Na manhã do dia seguinte, tentaram tomar a *Fazenda Velha*, trincheira conselheirista, investindo do *Alto da Favela*. No combate, foi morto o fotógrafo e combatente João Gutierrez. Segundo uma testemunha da cena, "algumas malas, papéis e outros objetos de Gutierrez" ficaram sob a guarda do general Barbosa, do capitão Dr. Álvaro de Menezes e do major Martiniano. Entre os objetos, uma máquina fotográfica.

João Gutierrez completaria 34 anos no dia 30 de setembro daquele ano de 1897. Os guardiões dos seus bens sobreviveram ao conflito, mas coube a Martiniano devolvê-los a quem de direito. Depois de ter sido dispensado do comando da Praça de Monte Santo, foi para Salvador e embarcou para o Rio de Janeiro levando, segundo o *Diário de Pernambuco*, "os clichês de Canudos, da Companhia Photographica Brasileira". Certamente eram as fotografias de Gutierrez, proprietário da empresa citada.

Depois da morte de Gutierrez, passaram-se mais de dois meses para outro fotógrafo chegar ao palco de conflito. Chamava-se Augusto Flávio de Barros e foi para Queimadas com a comitiva do ministro da guerra, Carlos Machado Bittencourt, no dia 30 de agosto. Tinha mais de quarenta anos e algumas notícias publicadas na imprensa titularam-no como "professor". Realmente o fora. No início da sua vida profissional exercera o magistério em escolas públicas na região do Rio São Francisco.

Do percurso de Queimadas a Monte Santo, Flávio nos deixou poucas fotografias, mas quando chegou à segunda base de operações militares, em 8 de setembro, trabalhou intensamente tendo como principal objetivo retratar a oficialidade de todos os batalhões. Alfredo Silva, correspondente do jornal fluminense *A Notícia*, anotou que o fotógrafo não dispendo "aqui de câmara em que realize os seus delicados trabalhos, esse artista aguarda sua volta à Bahia para então poder terminá-los".

Diferentemente de Gutierrez, que nas suas bagagens certamente tinha levado os objetos e químicos necessários para processar suas fotografias, Flávio só iria finalizar suas imagens em Salvador e no Rio de Janeiro. Na realidade, iniciava-se na profissão ao passo que Gutierrez quando chegou ao Brasil, vindo de Portugal por volta de 1888, já

era um *operador* respeitado na Photographia União, tradicional *atelier* da cidade do Porto.

Quando Flávio de Barros chegou em Canudos no entardecer do dia 27 de setembro, a situação militar era estável o que lhe possibilitou fotografar a oficialidade dos batalhões e fazer *vistas* do arraial, localizando-o geograficamente. Durante os combates de 1 de outubro, documentou uma bateria de artilharia bombardeando o povoado e no dia seguinte produziu a fotografia "400 jagunços prisioneiros", retratando homens, mulheres e crianças que participaram da rendição organizada por Antônio Beatinho. Na manhã do dia 6 de outubro, já consolidada a vitória, fotografou as ruínas das igrejas e o corpo do líder religioso de Canudos que, respeitosamente, titulóu como o "Retrato do Bom Jesus Antonio Conselheiro (depois de exumado)".

Findou-se aí o trabalho de Flávio em Canudos. Naquele mesmo dia, apressadamente, voltou para Salvador. Estava ansioso para iniciar o processamento das imagens e ir para o Rio de Janeiro, divulgá-las e comercializá-las. Como Gutierrez, era um voluntário e buscava uma compensação financeira por envolver-se naquela perigosa empreitada. Poucos dias depois, desembarcou na capital da República e o *Jornal do Brasil* noticiou que o fotógrafo trazia "nada menos de 65 clichês de fotografias tiradas em Canudos e que serão expostas à venda".

Em 20 de dezembro, Flávio de Barros iniciou na imprensa a publicação de anúncios noticiando que faria uma exposição pública, "por meio de projeções fotoelétricas", na rua Gonçalves Dias, 46. Na época, a capital federal estava em estado de sítio, decretado depois do atentado ao presidente Prudente de Moraes e que vitimou o ministro da guerra, Carlos Machado Bittencourt. Apesar disso, a tragédia de Canudos ainda excitava a curiosidade pública e a investida comercial do fotógrafo teve uma boa receptividade. No dia 11 de janeiro de 1898, o *Jornal do Brasil* publicou um anúncio informando que o evento já tinha sido visitado "por mais de 8000 pessoas, entre as quais muitos dos oficiais do nosso heróico exército e que revêm com a máxima fidelidade os lugares e perigos por que passaram durante essa memorável campanha".

Naquele início do ano de 1898, João Gutierrez também apareceu nos jornais. No dia 2 de janeiro, as folhas noticiaram que a Companhia Photographica Brasileira, então em liquidação judicial, tinha sido destruída por um incêndio. Provavelmente nele perdemos grande parte do trabalho feito pelo fotógrafo durante a guerra, mas é possível que algumas imagens ainda estejam adormecidas em arquivos públicos e particulares. O mesmo podemos imaginar com relação às fotografias de Flávio de Barros. Certamente

ele produziu outras imagens, além das editadas nos álbuns que hoje pertencem ao Museu da República, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Casa de Cultura Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo.

POETAS  
BRASILEIROS

# ASCENSO FERREIRA

## O ENCANTADOR DAS PALAVRAS



Ascenso Ferreira declamando uma de suas poesias.

Alto, corpulento, pernas longas, rosto largo e comprido, Arsenio Carneiro Gonçalves Ferreira, nasceu em Palmares, Pernambuco, no dia 09 de maio de 1895 e faleceu na cidade do Recife em 05 de maio de 1965. Foi a vida toda um menino saudoso e de alma leve, primaveril. A sua poesia maviosa e colorida era a radiografia do seu espírito de nordestino, que amalgamado com a natureza parecia fazer parte dela.

Foi sempre um homem de evocações, de lembranças pungentes, de descrições comovidas dos cenários idílicos e personagens emblemáticos de um tempo pretérito, mas imperecíveis na sua memória encharcada de brasilidade. Sua poesia categorizada pelos especialistas como regional – diríamos também memorialística – não o impediu de ser moderno, pois seus versos desconcertantes, bem humorados, ocasionalmente sarcásticos,

desafiava o rigor estético exigido aos poetas do seu tempo, regramento a ser observado com severidade, sob o risco de desqualificação dos exegetas daquele período. Tornou-se uma figura destacada na revolucionária Semana de Arte Moderna de 1922, demonstrando assim a universalidade da sua poesia imantada pela prosódia, imagens, sentidos e cores da sua terra natal, a qual impregnou também com seu sentimento agudo de brasileirismo em estado puro.

Ascenso Ferreira era poeta para ser soletrado e lido nas escolas, nos educandários, nas universidades, nas feiras, becos e periferias das cidades. Ao trazer sua arte poética para abrir a Secção “Poetas Brasileiros”, nesta segunda edição eletrônica da Revista Canudos”, o fazemos imbuídos da força pedagógica e educativa do seu versejar belo, elegante e divertido, diríamos mesmo, um retrato falado de nosso povo. Outros e outras virão, poetas e poetisas do Brasil afora neste momento tão sombrio, tão melancólico e distópico que vivenciamos, pois, a poesia não foge à luta, contudo, não perde a ternura jamais.

**Prof. Manoel Neto**

*Coordenador do CEEC - UNEB*

## HISTÓRIA PÁTRIA

*Por Ascenso Ferreira*

Plantando mandioca, plantando feijão,  
colhendo café, borracha, cacau,  
comendo pamonha, canjica, mingau,  
rezando de tarde nossa ave-maria,

Negramente...

Caboclamemente...

Portuguesamente...

A gente vivia.

De festas no ano só quatro é que havia:

Entrudo e Natal, Quaresma e Sanjoão!

Mas tudo emendava num só carrilhão!

E a gente vadiava, dançava e comia...

Negramente...

Caboclamemente...

Portuguesamente...

Todo santo dia!

O Rei, entretanto, não era da terra!

E gente pra Europa mandou-se estudar...

Gentinha idiota que trouxe a mania

de nos transformar

da noite pro dia...

A gente que tão

Negramente...

Caboclamemente...

Portuguesamente...

Vivia!

(E foi um dia a nossa civilização  
tão fácil de criar!)

Passou-se a pensar,

passou-se a cantar,

passou-se a dançar,

passou-se a comer,

passou-se a vestir,

passou-se a viver,

passou-se a sentir,

tal como Paris

pensava,

cantava,

comia,

sentia...

A gente que tão

Negramente...

Caboclamemente...

Portuguesamente...

Vivia!

## TREM DAS ALAGOAS

*Por Ascenso Ferreira*

O sino bate,  
o condutor apita o apito,  
solta o trem de ferro um grito,  
põe-se logo a caminhar...

– Vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende  
com vontade de chegar...

Mergulham mocambos  
nos mangues molhados,  
moleques mulatos,  
vêm vê-lo passar.

– Adeus!  
– Adeus!

Mangueiras, coqueiros,  
cajueiros em flor,  
cajueiros com frutos  
já bons de chupar...

– Adeus, morena do cabelo cacheado!  
– Vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende  
com vontade de chegar...

Mangabas maduras,  
mamões amarelos,  
mamões amarelos  
que amostram, molengos,  
as mamas macias  
pra a gente mamar...

– Vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende  
com vontade de chegar...

Na boca da mata  
há furnas incríveis  
que em coisas terríveis  
nos fazem pensar:

– Ali dorme o Pai da Mata!  
– Ali é a casa dos caiporas!

– Vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende  
com vontade de chegar...

Meu Deus! Já deixamos  
a praia tão longe...  
No entanto, avistamos  
bem perto outro mar...  
Danou-se! Se move,

Se arqueia, faz onda...  
Que nada! É um partido  
já bom de cortar...

– Vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende  
com vontade de chegar...

Cana-caiana,  
cana-roxa,  
cana-fita,  
cada qual a mais bonita,  
todas boas de chupar...

– Adeus, morena do cabelo cacheado!  
– Ali dorme o Pai da Mata!  
– Ali é a casa das caiporas!

– Vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende,  
vou danado pra Catende  
com vontade de chegar...

## CINEMA

*Por Ascenso Ferreira*

MAS D. Nina,

aquilo é que é o tal de cinema?

— O homem saiu atrás da moça,

pega aqui, pega acolá,

pega aqui, pega acolá,

até que pegou-la.

Pegou-la e sustentou-la!

Danou-lhe um beijo,

danou-lhe beijo,

danou-lhe beijo!...

Depois entraram pra dentro de um quarto!

Fez-se aquela escuridão

e só se via o lençol bulindo...

Me diga uma coisa, D. Nina:

isso presta pra moça ver?!...

## **FILOSOFIA**

*Por Ascenso Ferreira*

(A José Pereira de Araújo - "Doutorzinho de Escada")

Hora de comer — comer!

Hora de dormir — dormir!

Hora de vadiar — vadiar!

Hora de trabalhar?

— Pernas pro ar que ninguém é de ferro!

## MINHA ESCOLA

*Por Ascenso Ferreira*

A escola que eu frequentava era cheia de grades como as prisões.

E o meu Mestre, carrancudo como um dicionário;

Complicado como as Matemáticas;

Inacessível como Os Lusíadas de Camões!

À sua porta eu estava sempre hesitante...

De um lado a vida... — A minha adorável vida de criança:

Pinhões... Papagaios... Carreiras ao sol...

Vãos de trapézio à sombra da mangueira!

Saltos da ingazeira pra dentro do rio...

Jogos de castanhas...

— O meu engenho de barro de fazer mel!

Do outro lado, aquela tortura:

"As armas e os barões assinalados!"

— Quantas orações?

— Qual é o maior rio da China?

— A  $2 + 2$  A B = quanto?

— Que é curvilíneo, convexo?

— Menino, venha dar sua lição de retórica!

— "Eu começo, atenienses, invocando

a proteção dos deuses do Olimpo

para os destinos da Grécia!"

— Muito bem! Isto é do grande Demóstenes!

— Agora, a de francês:

— "Quand le christianisme avait apparu sur la terre..."

— Basta

— Hoje temos sabatina...

- O argumento é a bolo!
- Qual é a distância da Terra ao Sol?
- ?!!
- Não sabe? Passe a mão à palmatória!
- Bem, amanhã quero isso de cor...

Felizmente, à boca da noite,  
eu tinha uma velha que me contava histórias...  
Lindas histórias do reino da Mãe-d'Água...  
E me ensinava a tomar a bênção à lua nova.

